

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA
CIDADE DE JOÃO PESSOA: o processo de elaboração das
Cartilhas do Patrimônio pelo IPHAEP.

1980/2003

MARIA IVONILDE MENDONÇA TARGINO

João Pessoa – PB
Março de 2007

MARIA IVONILDE MENDONÇA TARGINO

**UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA CIDADE DE JOÃO
PESSOA: o processo de elaboração das *Cartilhas do Patrimônio* pelo IPHAEP.
1980/2003**

Texto apresentado à Banca de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História sob a orientação da Profa. Dra. Cláudia Engler Cury.

João Pessoa – PB

Março de 2007

T185e Targino, Maria Ivonilde Mendonça.
 Uma experiência de educação patrimonial na cidade
 de João Pessoa: o processo de elaboração das cartilhas do
 patrimônio pelo IPHAEP. 1980/2003 / Maria Ivonilde
 Mendonça Targino. – João Pessoa, 2007.
 120 p.
 Orientadora: Cláudia Engler Cury.
 Dissertação (mestrado) UFPB/CCHLA
 1. História Cultural. 2. Patrimônio Cultural.
 3. Educação Patrimonial.

UFPB/BC

CDU: 930.85(043)

MARIA IVONILDE MENDONÇA TARGINO

**UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA CIDADE
DE JOÃO PESSOA: o processo de elaboração das *Cartilhas do
Patrimônio* pelo IPHAEP (1980/2003)**

Avaliada em 16 de Março de 2007 e APROVADA.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Jovanka Baracuhy Cavalcanti Scocuglia
PPGS - UFPB

Profa. Dra. Carla Mary S. Oliveira
PPGH - UFPB

Profa. Dra. Cláudia Engler Cury - Orientadora
PPGH - UFPB

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus filhos: Vinícius Ricardo, último rebento da prole “fim de rama”, por carregar a semente da herança paterna - o gosto pelo saber acadêmico; Giordano José, meu primogênito, atualmente médico, concretizando assim, meu ideal de outrora e Liliane, futura psicóloga, continuadora do nosso “clã matriarcal”, bem como, aos meus descendentes - netos e netas: as princesas Amanda, Larissa e Ana Rafaela e aos príncipes Lucas Ricardo e Marcos Vinícius e também ao futuro pequeno príncipe ou pequenina princesinha, que um dia haverá de chegar, porque, todos eles constituem meu “ego”, a minha essência mais profunda, a razão do meu (re) viver, a minha presença no futuro.

In memoriam

Ao saudoso companheiro Geraldo Targino, a quem devia o compromisso de realizar este estudo – parte integrante de uma História de Vida.

In memoriam

Aos meus queridos e saudosos pais, a quem devo e agradeço os ensinamentos dos valores que direcionam minha existência.

RESUMO:

A pesquisa recuperou o processo de elaboração/produção da “*Cartilha do Patrimônio: Centro Histórico de João Pessoa*”, editada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba, em 2002 e 2003, desde a confecção de seu texto original, nos anos de 1980, até sua aplicação nas escolas, no início do ano letivo de 2003, como iniciativa pioneira no estado da Paraíba. Seu foco temático está no estudo do processo histórico de elaboração da noção de educação patrimonial e de seus instrumentos, no interior dos órgãos públicos estatais, gestores da preservação do patrimônio cultural, tanto em nível nacional quanto em nível estadual/local. Esta pesquisa não realizou uma coleta de dados quantitativos para aferição do alcance e eficácia da cartilha, que subsidiasse uma avaliação de sua repercussão no âmbito das políticas públicas de preservação. Tratou, sim, de situar historicamente o processo, pela pesquisa de documentos de domínio público, da bibliografia existente sobre o tema e, com a metodologia da história oral, de depoimentos - testemunhos vivos – para aprofundar uma reflexão sobre essa experiência. Foram analisadas as duas edições da cartilha, visando-se à identificação das razões, sentidos e significados desse suporte educativo, como prática preservacionista e instrumento de *alfabetização cultural*, realizada pela instituição (IPHAEP) em conexão com o espaço escolar (Escola), na intermediação da Delimitação do Centro Histórico e a Educação Patrimonial. A pesquisa procura contribuir na resposta aos questionamentos sobre o papel da preservação patrimonial para a história e sobre como o patrimônio cultural poderá oferecer à sociedade um referencial para a construção de sua historicidade e de sua identidade. Ao questionar a preservação inserida na dinâmica do movimento da história, chega-se a um melhor entendimento de como se engendra a Cultura Histórica. Com este propósito destaca-se a importância do papel da Memória na trajetória de configuração do Patrimônio Cultural e a sua necessária inclusão no campo do conhecimento histórico do currículo de educação formal.

Palavras-chaves: **Patrimônio Cultural, Educação Patrimonial, Cultura Histórica e Ensino de História.**

ABSTRACT:

This study recovers the process of elaboration/production of the “Cartilha do Patrimônio: Centro Histórico de João Pessoa” (Patrimony booklet: Historical Center of João Pessoa), edited by the Institute for Artistic and Historical Patrimony of the State of Paraíba (IPHAEP), in 2002 and 2003, since the its initial project, in the 1980’s, until its actual use in schools, in the beginning of the academic year of 2003, as a pioneering initiative of the state of Paraíba. Its thematic focus is on the historical development of the notion of heritage (“patrimonial”) education and its pedagogical tools, in governmental institutions for cultural patrimony preservation, at state level as much as national level. This research did not carry out a quantitative fact-gathering to measure the reach and efficacy of the program, that could subsidize an evaluation of its repercussion in public policies for preservation. It analyses historically the process and its context, consulting public documents, the existing bibliography about the subject and, using oral history methodology, collected participant people statements - live testimonies – in order to deepen the reflection about that experience. The two editions of the booklet were analyzed, aiming at the identification of the reasons and meanings of that educational material, as both practice of preservation and tool for cultural literacy, carried out by the institution (IPHAEP) in connection with the public schools, according to the Demarcation of the Historical Center and Heritage Education. The study wants to contribute in finding answers to the questionings on the importance of patrimonial preservation for history and the potentiality of cultural patrimony to support society in the construction of its historicity and identity. This reflexion on preservation in its historical context should give us a better understanding of how Historical Culture is generated. Emphasis is given to the importance of Memory for the configuration of Cultural Patrimony and to the necessary insertion of related themes in the program of history teaching in formal education.

Key words: Cultural patrimony, Heritage Education, Historical Culture and History teaching

AGRADECIMENTOS

A Deus, por garantir sempre “refúgio e fortaleza” nesta caminhada;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFPB, pelos sentimentos externados, de compreensão, paciência e dedicação, durante todo o processo acadêmico da Pós. Em especial, a minha orientadora, Cláudia Engler Cury, pela precisão dos conhecimentos transmitidos, pelo equilíbrio e elegância de sua conduta no desempenho de suas funções, por representar o “porto-seguro” dessa trajetória, sempre, inundado de segurança, carinho e apoio, garantidos nos momentos de incerteza e insegurança, por acreditar neste trabalho de pesquisa e em minha capacidade de executá-lo;

A Virgínia Kyotoku, Secretária do PPGH, pela atenção e disponibilidade dispensadas a todos os mestrandos;

Aos amigos do IPHAEP, companheiros na luta preservacionista, pelo apoio prestado à pesquisa e pelo sentimento de irmandade transmitido durante o processo histórico de recuperação das “memórias”, dessa experiência pioneira;

A Nora de Cássia, incentivadora, companheira e amiga, em todo o percurso dessa caminhada na pós-graduação, responsável também, pela manutenção desse sentimento de solidariedade e carinho fraterno tão característico da turma/2005, pioneira deste Programa de Pós-Graduação em História da UFPB;

E aos demais familiares e amigos, por suportar e superar com paciência, as “mal traçadas linhas”, durante todo o processo de atividades acadêmicas realizadas.

SUMÁRIO

RESUMO:	I
ABSTRACT:	II
AGRADECIMENTOS	III
SUMÁRIO	IV
ÍNDICE DE QUADROS E ILUSTRAÇÕES	V
LISTA DE ANEXOS *	VI
LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS	VII
 INTRODUÇÃO	 1
 CAPÍTULO I – BREVE HISTÓRIA OU HISTÓRICO DAS CONCEPÇÕES DE PATRIMÔNIO CULTURAL.	 13
1.1 A elaboração das concepções de patrimônio cultural e das políticas públicas de preservação.	13
1.2 Ações de Estado prenunciadoras de uma concepção de educação patrimonial no âmbito nacional e estadual/local	24
 CAPÍTULO II – EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DAS CARTILHAS DO PATRIMÔNIO PELO IPHAEP (1980/2003)	 45
2.1 Educação patrimonial: conceituação e aplicação da metodologia no Brasil.	45
2. 2 A Educação Patrimonial no IPHAEP	54
2.3 Recuperação da história e das memórias do processo de elaboração das duas edições da CARTILHA DO PATRIMÔNIO	62
 CAPÍTULO III – A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ÂMBITO DO MUNDO ESCOLAR.	 78
3.1 As cartilhas do IPHAEP nas escolas de João Pessoa	78
3.2. Relações entre a metodologia da educação patrimonial e o ensino de História	89
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 97
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS	 101
a) Referências	101
b) Fontes e Documentos	104
c) Bibliografia de Apoio	108
Sítios eletrônicos	120
Reportagens	120
 ANEXOS	 121

ÍNDICE DE QUADROS E ILUSTRAÇÕES

QUADRO I: SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS AO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO	39
QUADRO II: FASES DAS CONCEPÇÕES DE PATRIMÔNIO CULTURAL NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO	44
QUADRO III - DISTRIBUIÇÃO DOS ROTEIROS DAS ENTREVISTAS	64
CARTILHA: 1ª VERSÃO, CAPA E CONTRACAPA	69
CARTILHA – 2ª VERSÃO, CAPA E CONTRACAPA	71
ILUSTRAÇÕES DA EDIÇÃO 2003	91

LISTA DE ANEXOS

- ANEXO A - Anteprojeto de Mário de Andrade (1936/37).
- ANEXO B - Decreto-Lei Nº 25 de 30 de novembro de 1937.
- ANEXO C - Decreto-Lei Nº 3551, de 04 de agosto de 2000.
- ANEXO D - Lei Nº 378 de 13 de maio de 1937.
- ANEXO E - Compromisso ou Carta de Brasília (1970)
e Compromisso de Salvador (1971).
- ANEXO F - Lei Municipal Nº 8.465, de 30/12/1997.
- ANEXO G - Carta da Paraíba Em Defesa dos Bens Culturais (1998).
- ANEXO H - Cartilha do Patrimônio: Centro Histórico de João Pessoa (1ª Edição/2002 e 2ª Edição/ 2003).
- ANEXO I - Decreto Nº 9.484 de 10 de maio de 1982
e Decreto Nº 25.138 de 28/06/2004.
- ANEXO J - Ata Nº 1.012ª da Sessão do CONPEC/IPHAEP (2004).
- ANEXO K - Texto da Coordenadoria de Arquitetura do IPHAEP (1982).
- ANEXO L - Texto de Apresentação dos Roteiros das Entrevistas (Nov.2006)
- ANEXO M - Termos de Cessão de Uso dos Depoimentos (Nov.2006)
- ANEXO N - Mapa da Delimitação do Centro Histórico Atual (2004).
- ANEXO O - Jornal *A União* de 23 de julho de 2003 – Reportagem de Lançamento da Cartilha do Patrimônio.
- ANEXO P - Memorando Interno Nº 0003/IPHAEP/2003.
- ANEXO Q - Cartaz de divulgação da *Cartilha do Patrimônio* nas Escolas da Rede Pública Estadual (2003).
- ANEXO R - LDB- Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.
- ANEXO S – Lei n. 11.274/ 2006 - Ampliação do Ensino Fundamental.

LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS

AECI - AGENCIA ESPAÑOLA DE COOPERACIÓN INTERNACIONAL

CAHAC - COORDENADORIA DE ASSUNTOS HISTÓRICOS, ARTÍSTICOS E CULTURAIS DO IPHAEP

CFC - CONSELHO FEDERAL DE CULTURA (1966)

CFE - CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

CNRC - CENTRO NACIONAL DE REFERÊNCIA CULTURAL (1975)

CONPEC - CONSELHO DE PROTEÇÃO DOS BENS HISTÓRICO-CULTURAIS DO IPHAEP

DEPROM - DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DO IPHAN

DPHAN - DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (1937)

DPHAN - DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (1946)

ESPEP – ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA.

FAPA – FACULDADE PORTO-ALEGRENSE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS

FNPM - FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA (1979/1980)

HQ - HISTÓRIA EM QUADRINHOS

IBPC - INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (1970)

IPHAEP - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA (1971)

ICOMOS - INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES
(CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS)

LDB - LEI DE DIRETRIZES E BASES

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA (1985).

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (1953)

MES - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA (1937)

PCH - PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO DE CIDADES HISTÓRICAS (1973)

PRONAC - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CULTURA

PRODETUR - PROGRAMA DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO
DA PARAÍBA

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A PEQUENA E MICRO-EMPRESA

SPHAN - SERVIÇO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HIST. E ARTÍSTICO
NACIONAL (1937)

- SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO

NACIONAL (1979)

SEC/PB - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DA PARAÍBA

UEPG – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA/PR

UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

UFPB - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

UFSM- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA/RGS

UNESCO - UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL
ORGANIZATION - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A
EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA -1945.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (1972)

UNISINOS – UNIVERSIDADE DE RIO DOS SINOS - SÃO LEOPOLDO/RGS

NEP – NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO
DA UFSM/RGS

LEPA – LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS DA
UFSM/RGS

NUPEP – NÚCLEO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DE PORTO
ALEGRE/RGS

LABOEP – LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DA FACULDADE DE
EDUCAÇÃO DA UFF/RJ

GPEHM- GRUPO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E MEMÓRIA,
VINCULADO AO PPG EM EDUCAÇÃO DA UEPG (PONTA GROSSA/PR).

GPAHI – GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ARQUEOLOGIA HISTÓRICA
E INDUSTRIAL.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é um estudo do processo histórico de elaboração da noção de educação patrimonial no interior dos órgãos públicos estatais responsáveis pela preservação do patrimônio histórico e artístico, tanto em nível nacional quanto em nível local. O recorte temporal da pesquisa obedeceu ao movimento interno de elaboração do conceito de educação patrimonial pelos gestores públicos dos órgãos que se pretende aqui analisar: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), de 1937, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), de 1970 e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), de 1971.

A discussão central da pesquisa versa sobre a experiência pioneira, por parte do IPHAEP, na confecção das Cartilhas do Patrimônio a respeito da preservação do Centro Histórico Inicial da Cidade de João Pessoa, desde a elaboração do texto original, ainda nos anos de 1980, até sua aplicação nas escolas, no início do ano letivo de 2003.

Partiu-se do pressuposto de que a recuperação do processo de confecção das duas edições da Cartilha do Patrimônio possibilitaria uma discussão sobre a aplicação da metodologia de educação patrimonial, a partir dos parâmetros das políticas públicas de preservação, para o gerenciamento da área conhecida como *sítio histórico de João Pessoa*. Essa reflexão abriria perspectivas para pensarmos a inclusão da educação patrimonial nos currículos escolares, não somente da educação básica e fundamental mas também do ensino médio.

A proposta que hoje designamos como educação patrimonial tem sido caracterizada como forma de preservação, inserindo-se nas políticas públicas de preservação, como parte da luta pela salvaguarda dos bens culturais. Suas formulações ora enfatizam uma espécie de despertar da *consciência histórica dos valores patrimoniais*, ora a própria necessidade de sensibilizar a sociedade brasileira, em diversos momentos históricos, desses mesmos valores, ou seja, a necessidade de conscientização da sociedade. Em ambos os enfoques,

identifica-se a perspectiva educativa contida na adoção da mais recente expressão - *educação patrimonial* - surgida na década de 1980, a partir da terminologia inglesa *Heritage Education* e consagrada durante a década de 1990, data considerada marcante para a educação patrimonial, em nível nacional. É nessa data que a educação patrimonial ganha ênfase como prática efetiva dos gestores da preservação, num verdadeiro boom, a partir dos pressupostos adotados pelas diretrizes e ações de políticas públicas tendo em vista o engajamento das comunidades locais na gestão e promoção desse patrimônio de maneira sustentável.

O desejo de desenvolver esta pesquisa nasceu de minha própria experiência de trabalho com a preservação do patrimônio, em instituição estadual – O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), agente diretamente responsável pela preservação ativa dos bens histórico-culturais no Estado. Atuei, a princípio, como pesquisadora no Setor de Planejamento e Pesquisas Histórico-Culturais, entre 1977 e 1985, com atribuições direcionadas tanto aos objetivos quanto à aplicabilidade dos instrumentos da política de preservação dos bens constitutivos do acervo do patrimônio histórico, arquitetônico, natural, ambiental e paisagístico da Paraíba. Durante o período de 1986/1994, assumi a Coordenadoria de Assuntos Históricos, Artísticos e Culturais (Assessoria de Execução Programática vinculada à Diretoria Executiva do IPHAEP). Em abril de 1994 aposentei-me como professora da rede pública estadual e afastei-me do serviço público, retornando, porém, ao IPHAEP em 1997. Permaneci no exercício da função de Coordenadora até fevereiro de 2005, o que me permitiu associar o conhecimento da literatura existente sobre preservação do patrimônio ao conhecimento técnico-prático e estabelecer um contraponto entre os diferentes discursos existentes a respeito da política preservacionista, sobretudo no âmbito estadual. Isto despertou meu interesse em desenvolver uma investigação, respaldada em fundamentos teórico-metodológicos capazes de permitir o questionamento das práticas e/ou discursos do agente do Estado, como profissional de História atuante também na área de Educação Patrimonial e detentora de um saber técnico-institucional.

O *corpus* documental da pesquisa constituiu-se primeiramente de teses e dissertações e bibliografia identificada a respeito do tema, bem como a documentação produzida pelo antigo SPHAN e as atuais instituições - IPHAN e IPHAEP – constante de processos, pareceres, atas, projetos e programas de atividades, legislação específica sobre

preservação do patrimônio cultural e de publicações específicas que tratam da temática e do processo de definição da área do *sítio histórico inicial* de João Pessoa, seu tombamento e formas de preservação.

Em seguida, foram trabalhadas mais diretamente as duas edições da “Cartilha do Patrimônio: *Centro Histórico de João Pessoa*” e os documentos que envolveram a elaboração desse material no IPHAEP. Realizou-se também, uma análise da documentação voltada para o ensino de história que se refere à questão da educação patrimonial, apoiada na bibliografia existente sobre a temática e em relatos de experiências desenvolvidas nesse sentido, em diferentes estados do país. Esta discussão apoiou-se também na leitura das diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e dos Temas Transversais propostos para os currículos escolares do ensino fundamental e médio.

No conjunto documental das fontes seriais escritas ou textuais, que agrupam documentos de domínio público ou oficial, foram identificados três grupos:

1 - Obras de doutrina da preservação, incluindo coletâneas da legislação federal (IPHAN) e estadual (IPHAEP) de proteção dos bens culturais, utilizadas como fontes para correlação das esferas macro e micro, no contexto do objeto da pesquisa; as atas dos trabalhos do Conselho Consultivo dos Bens Histórico-Culturais (CONPEC), a partir de sua instalação, em 1992; os pareceres e deliberações emitidas por aquele órgão de Orientação Superior do IPHAEP; e os livros de tomo instituídos pela legislação vigente que contém as inscrições do tombamento dos bens culturais integrantes do acervo patrimonial paraibano.

2 - A documentação produzida nos diversos setores de órgãos relativos à preservação, resultante das atividades práticas exercidas pelos técnicos, envolvendo levantamento/inventário, cadastramento, tombamento, restauração e revitalização de um bem cultural a ser preservado e ações de educação patrimonial, nas quais se refletem as diretrizes das políticas públicas adotadas na produção do patrimônio cultural em nível estadual. Essa documentação encontra-se sob a forma de pareceres, formulados pelo corpo técnico do IPHAEP e pela Comissão do Centro Histórico; de processos, instruídos como dossiês dos imóveis inseridos ou não em áreas delimitadas de proteção rigorosa ou ambiental, retidos nos arquivos do IPHAEP e de projetos dos programas de revitalização aplicados na área de proteção do Centro Histórico da cidade de João Pessoa. Nesse

conjunto de fontes, coletadas nos diversos setores institucionais de execução programática e nas assessorias adjuntas da Comissão do Centro Histórico, foi possível identificar, na escolha do que é patrimônio, no contexto da preservação de monumentos arquitetônicos, naturais e paisagísticos do patrimônio paraibano, o processo de produção de sentidos com relação à operacionalização da fundamentação teórica e prática. A análise que permitiu essa identificação deu-se por meio da aproximação entre a prática e os discursos veiculados na produção do patrimônio cultural paraibano, especificamente com relação à delimitação do Centro Histórico Inicial de João Pessoa.

3- As Fontes Impressas – entre as quais foram incluídos boletins informativos; a plaquete “IPHAEP: 30 Anos de História: Resgate do Passado Constrói o Futuro”, comemorativa das três décadas de fundação do IPHAEP, centrada na legislação estadual, para divulgação e promoção das ações de preservação; o cadastramento e o tombamento estadual dos bens culturais da Paraíba, acrescido de suas respectivas descrições históricas e arquitetônicas; folders de eventos da Instituição; cartilhas educativas, especialmente a “Cartilha do Patrimônio: *Centro Histórico de João Pessoa*”; representações gráficas, quadros demonstrativos e mapas, além de pesquisas histórico-culturais dos bens de valor para a preservação, utilizadas como justificativa do ato de tombamento dos referidos bens patrimoniais. Inserem-se ainda nesse grupo as coletâneas de recortes dos periódicos locais – jornais *A União*, *O Norte* e o *Correio da Paraíba* – sobre preservação, patrimônio e história da Paraíba, material de pesquisa utilizado para o confronto da repercussão da produção institucional na sociedade e útil também no processo de cruzamento de fontes, sempre em busca de sentidos e significados a respeito do patrimônio cultural.

No processo minucioso de análise dessas fontes, deu-se atenção à questão da subjetividade, considerando que a condição de pesquisadora a partir do tempo recente/presente, imersa no tempo de estudo, ao analisar criticamente a produção da instituição relacionando-as às outras fontes, havia de direcionar o distanciamento/estranhamento necessário à produção do conhecimento histórico. Essa abordagem direcionou o foco da pesquisa para outros sujeitos ligados ao tema pesquisado, refletindo que existe não somente uma relação entre o historiador do presente e seu tema, mas também entre o historiador e o seu tempo. Ao adotar a mediação da linguagem, do texto como forma de pesquisa, consideramos que textos e leituras são dimensões sempre

presentes porém distintas e optamos por desdobrá-los nos estudos dessa produção - *o que se fala e como se fala - e de sua recepção – para quem se fala.*

Partindo-se da decisão de utilizar metodologicamente a “Cartilha do Patrimônio Centro Histórico de João Pessoa” como fonte, procurando estabelecer sua conexão com o fazer didático (Escola) e sua relação interinstitucional (IPHAN/IPHAEP), pensou-se na elaboração de entrevistas. Nesse estágio da pesquisa foi decisiva a contribuição da metodologia da história oral que garantiu a recuperação da historicidade e das memórias que permeiam o processo de elaboração das duas edições da “Cartilha do Patrimônio: Centro Histórico de João Pessoa”.

A História Oral caracteriza-se como metodologia interdisciplinar de pesquisa basicamente apoiada na Memória, justamente porque “a testemunha reconstrói o passado à sua maneira e em função do presente ao relatar a sua percepção do que vivenciou no passado” (THOMPSON, 1992). Esse processo possibilita resgatar, repensar e reconstruir o passado sob um olhar atualizado, cuja peculiaridade “decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações sócio-culturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu” segundo Alberti (2004, p. 23).

Segundo Chaveau e Tétard (1999), é indispensável refletir quanto “à presença do historiador em seu tempo”, porque: “esta presença que se faz direta ou indireta no tempo, presença intelectual, moral, filosófica e, até mesmo psicológica e física”, exige do historiador do presente uma atitude perante esses procedimentos empíricos. A esse respeito adverte os historiadores a “abstrair-se da ideologia e da subjetividade”, lembrando-lhes que a epistemologia da história do presente consiste em interrogar a história, propondo-lhe novos dados; com esse procedimento, o historiador ampliará as potencialidades de “explicitação” e “sugestão” na prática empírica (CHAVEAU, TÉTARD, 1999, p.30-32-36).

No caso específico desta pesquisa os procedimentos metodológicos envolveram os diversos recortes da história oral, desde a escolha dos sujeitos até a coleta dos depoimentos, por meio de entrevistas semi-estruturadas, tendo em vista uma abordagem objetivo-comparativa, apoiada em roteiros previamente organizados para os objetivos da pesquisa. Esses roteiros revestiram-se da dupla função de sintetizar as questões até então levantadas pela pesquisa e, ao mesmo tempo, orientar suas atividades subsequentes.

Parte dos entrevistados foi escolhida entre os técnicos do IPHAEP, entre eles algumas pessoas ainda atuantes na instituição e também aquelas que, excluídas do quadro institucional, ainda atuam nessas práticas em atividades correlatas à preservação e que são portadoras de opiniões sobre o assunto aqui pesquisado. Outra categoria de entrevistados compõe-se de educadores – professores, diretores e/ou administradores de escolas que foram alvo do trabalho de Educação Patrimonial baseado na “Cartilha do Patrimônio: *Centro Histórico de João Pessoa*”. Também foi entrevistado um professor da categoria *pro-tempore*, atuante como supervisor escolar e representativo da comunidade inserida na área de preservação rigorosa, incluída na atividade de aplicação e recepção da citada Cartilha, além de professores atuantes na rede particular de ensino da cidade, identificados com as ações básicas de educação patrimonial.

Como pudemos perceber ao longo da pesquisa, analisando a documentação de caráter oficial, o Patrimônio Cultural tem sido visto pelos gestores públicos como uma prática social relevante em qualquer coletividade. Atualmente, suas qualificações definem-se de modo amplo, com fronteiras precisas, podendo estender-se e propagar-se continuamente, de geração a geração, pelos novos significados que pode vir a assumir. O conceito de Patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar, mas sobretudo para agir: o Patrimônio, de certo modo, constrói/forma nas pessoas um sentimento de identidade, a Identidade Social.

É por meio desse mecanismo de simbolização/ação que a preservação dos bens culturais tem sido pensada/elaborada nos órgãos destinados a propor políticas públicas na área cultural. Assim, procura-se fixar a memória social através de um processo histórico constituído tendo em vista sua transmissão, ou seja, o patrimônio assim configurado como conhecimento transmissível através da cultura indica que, nesse processo de desenvolvimento histórico, estabeleceu-se a mediação entre a experiência concreto-vivida e o pensamento, resultando na formulação de conceitos que alargam esse campo do saber.

O questionamento do papel da preservação patrimonial para a história - e das possibilidades do patrimônio cultural oferecer à sociedade um referencial de construção de sua historicidade - devia conduzir-nos a uma reflexão sobre a questão da preservação inserida na dinâmica da história. Tal reflexão nos proporcionaria o entendimento do papel da Cultura Histórica e da memória engendrada e transmitida pela história através de sua secular dinâmica, testemunho precioso da formação cultural das sociedades, constituindo-

se em sua raiz cultural. O patrimônio cultural, por sua vez, pode-se identificar como parte integrante dessa memória, depositário dos valores de identidade e referência de uma nação.

O distanciamento existente entre as formulações sobre o patrimônio histórico-cultural e os historiadores deve-se à própria configuração da historiografia brasileira e ao perfil do profissional de história. Tanto a cultura quanto a memória, até o século XIX, ainda não faziam parte da pauta central da historiografia brasileira, pois a escrita da história naquele momento – de feição teleológica – preocupava-se com estudos e pesquisas de temas políticos e administrativos, voltados para os enfoques dos grandes vultos e heróis, notadamente luso-brasileiros ou portugueses.

A presença de historiadores na área de preservação do patrimônio histórico sempre foi reduzida, sobretudo pela orientação dada aos próprios cursos universitários, voltados quase que exclusivamente para a formação de professores e pesquisadores acadêmicos. A carência de interesse por essa área específica deve-se, também, às circunstâncias da própria formação do pensamento preservacionista no país, ligado ainda ao pressuposto de que a história é produzida pelo sujeito consciente por meio do Estado/Nação. Esta visão sempre direcionou o trabalho de preservação através de políticas públicas com base no nacionalismo, no sentido de gerir-se um Patrimônio Nação, com a capacidade de evocar acontecimentos e personagens notáveis da história nacional.

Por outro lado, a prática atendia às diretrizes políticas do período de 1937/1945, cujas iniciativas privilegiaram uma concepção passadista e conservadora da cultura brasileira e cujos agentes de preservação eram recrutados entre intelectuais não especialistas, cabendo a eles a legitimação do patrimônio no presente para a valorização de uma memória nacional. A memória que assim se valorizava era vinculada à identidade de uma determinada classe social, alicerçada por uma história oficial. Essa identificação com a idéia de nacionalismo sustentou, durante muitos anos, as políticas estatais de preservação do patrimônio no Brasil.

Sabe-se que, ao final da década de 1960, a História rompe com a tradição historiográfica sob a influência das ciências sociais, tendo como mentora dessa renovação a École Pratique des Hautes Études - Escola dos Annales ¹ responsável pela introdução de

¹ Essa idéia renovadora naquele momento corporifica-se através da revista "*Annales d'Histoire Economique et Sociale*", fundada por Lucien Febvre, no início do século XX, segundo Reis (2000).

várias mudanças no fazer historiográfico. A partir da adesão ao diálogo entre sociólogos, antropólogos, filósofos, geógrafos e historiadores, abrem-se possibilidades de um amplo e estreito relacionamento com as outras áreas do conhecimento humano, o que caracteriza a interdisciplinaridade assumida pela chamada Nova História na construção do conhecimento histórico. Entre as mudanças que então se operam, destacam-se a renovação da escrita da história, a adoção da história-problema, a introdução de novos objetos à pesquisa empírica e, conseqüentemente, a seleção de novas fontes, com a ampliação da noção de documento e a adoção de novas propostas teórico-metodológicas na investigação histórica. No contexto de nossa pesquisa, essa postura permite referir-nos aos objetos relacionados ao cotidiano das cidades, à história local e, especialmente, aos lugares e espaços de memória, representações sociais e simbólicas, ampliando-se o campo de pesquisa histórica, em coerência com a linha de Ensino de História e Saberes Históricos do Programa de Pós-Graduação em História da UFPB.

A construção da concepção de patrimônio cultural tem adquirido um sentido de processo histórico e de memória social específico. No âmbito dos órgãos que tratam da preservação do patrimônio cultural percebe-se uma referência direta ou indireta ao passado como algo que é permanentemente construído a partir do presente. A importância da Memória e do Patrimônio reflete-se atualmente no interesse despertado na sociedade pelo “desvendamento” do passado através da representação de sua memória social – da qual o patrimônio é uma vertente – onde o ser social se revela atuante, não apenas como simples admirador, mas como partícipe num dos campos de disputa simbólica da sociedade – a Memória Social.

Conforme nos indica Le Goff:

Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social, um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica (LE GOFF, 1996, p. 477).

A partir do século XX, especialmente com a eclosão das duas guerras mundiais, as bases civilizatórias que conferiam premissas ao pensamento histórico e a sua configuração não puderam mais sustentar-se. O homem contemporâneo, diante da ausência de sentido das experiências traumáticas vivenciadas pelo holocausto, por exemplo, opta não por suportá-las, ou esforçar-se por orientar seus critérios de sentido; mas sim pelo silêncio e esquecimento de suas memórias, ameaça de ruptura com o passado e de modo que o

sentimento de continuidade entre passado e presente vai se tornando cada vez mais residual, apagando-se da Memória, por força da própria irreversibilidade do tempo, reconfigurando os sentimentos coletivos com relação ao passado. A Memória Social, conceito complexo e interdisciplinar, tem sido abordada de vários pontos de vista: da sociologia, da antropologia, da filosofia, da psicanálise e da comunicação social. No entanto, essas aproximações não são pacíficas, especialmente em relação à História. Entretanto, diríamos que o embate existente entre os diferentes conceitos sobre os campos do saber e seus agentes portadores, ao permitir o desafio e o confronto, incita à produção intelectual.

O conceito de Patrimônio Cultural tende a ampliar-se, na medida em que há a participação da sociedade no processo de escolha e seleção do que se considerará patrimônio comum, alargando e mantendo os critérios de preservação, num diálogo constante dos gestores desse patrimônio com a comunidade, em defesa dos bens constitutivos de nossas raízes culturais, formadores de nossa identidade cultural e de nossa memória histórica.

O interesse coletivo de diversos grupos em consolidar esse direito, como direito de cidadania, deve-se à simbolização/ação do patrimônio que confere a esses segmentos o sentimento de identidade coletiva, a chamada Identidade Social.

Segundo os argumentos de Diehl (2002, p.111-112) vive-se, na atualidade, uma maneira de certo modo revolucionária de concepção e de reconstituição do passado, motivada pelos questionamentos a respeito dos critérios de plausibilidade científica da História. Como conseqüências das discussões sobre a validade científica, surgem as múltiplas opções e diversas tendências assumidas atualmente pela historiografia, traduzidas por muitos autores como ressubjetivação e repoeitização do passado, em que a Memória e a Identidade têm lugar de destaque.

No intercruzamento da Memória e da Identidade com as variáveis tempo, espaço e movimento, inúmeras possibilidades se abrem como expectativas existenciais para se pensar a (re) simbolização e a revalorização dos sentidos e funções culturais, num processo dinâmico de memorização no qual a noção de identidade assume perspectivas antropológicas que vão além de sua concepção meramente ideológica.

Parafraseando Diehl, registre-se que é nesse processo relacional entre História e Identidade, tendo a Memória como elemento fundante, que emergem as representações nas experiências e expectativas de vida, em que o tempo é força de corrosão, o espaço é o *locus* da rememoração e o movimento é a estrutura simbólica da cultura - elementos constituidores da Memória e da Identidade Coletivas, presentes também no acervo patrimonial das cidades.

Cabe, pois, reconhecer que, diante das mudanças estruturais do pensar e do fazer histórico, despontam inúmeras questões. Até que ponto é possível entender a produção do conhecimento histórico com rigor científico, a partir dos deslocamentos e tendências existentes na atualidade? Essa posição hoje representa, para o historiador de ofício, um grande desafio do qual ele não pode se esquivar. Para enfrentá-lo, necessita aceitar e reconhecer a presença já marcante de mudanças teórico-metodológicas consideráveis nos procedimentos, no tratamento das fontes e da própria função do conhecimento histórico, abrindo-se, assim, novas e variadas possibilidades de relacionar o espaço das experiências cotidianas com o horizonte das expectativas, através do próprio conhecimento histórico como se engendra uma cultura histórica.

A tarefa do historiador é a de produzir o conhecimento a partir de fundamentos da escrita histórica, supondo-os como elementos centrais ao pensar essa produção e suas conseqüências político-sociais. A concepção de um projeto de história como disciplina e ciência pressupõe uma narrativa legitimadora de verdades, a partir dos elementos do passado, considerados como dados positivos e constitutivos de fatos comprováveis. Era a partir dessa relação temporal que a História, ao tecer sua produção de sentido, naturalizava seus procedimentos e práticas e,

Conseguia fornecer respostas ao mundo em que a dúvida e a incerteza não podiam ser toleradas, em que era preciso domar um campo de experiência arredo para contribuir, no presente, um horizonte de expectativas minimamente controláveis (SILVA, 2004, p. 03).

A crença nessa concepção – na qual a história confunde-se com os relatos dos eventos pretéritos – fez com que o passado ocupasse lugar de destaque, tornando mais intensa a problematização entre passado/presente por parte dos profissionais de história na modernidade, a partir da ruptura entre essas temporalidades.

É a partir de uma integração desse passado com as categorias desenvolvimento e progresso, segundo Silva (2004), que se poderia assegurar ao presente um sentido e um ponto de ancoragem, indicando caminhos para o futuro.

Segundo a nova perspectiva, é no interior do processo de reafirmação do presente frente à própria escrita histórica que esta se submete ao rigor do exame crítico e se assume como operação que utiliza procedimentos e procede a escolhas, despertando disputas nos valores e significações acerca do passado. Surge assim, uma das tarefas políticas centrais da história disciplinar: a tarefa de, ao constituir o passado como projeção do presente e desejo de futuro, disciplinar esse passado como explicação da vida presente, segundo os sentidos mais importantes para a construção desse presente, numa conjunção de incertezas e dúvidas próprias de um mundo de vida marcado sucessivamente pela eclosão de mudanças e transformações.

Quanto à aplicabilidade das políticas públicas de preservação ao nível estadual, ressalta-se que ao longo das três décadas, desde a sua criação, em 1971, o IPHAEP tem apresentado um discurso ainda moldado na embrionária legislação do IPHAN – vingada nas hostes do Estado Novo, na década de 1930, originada no afã da Modernidade – cujas concepções permanecem vigentes. Nesse ponto, portanto, permanece um singularismo responsável por extremas dificuldades para a adoção de uma política eficaz de preservação do patrimônio cultural. Isto ocorre tanto na esfera federal, quanto na estadual, e, particularmente no Estado da Paraíba, o que nos leva a questionar o porquê da resistência desse tipo de concepção no interior do órgão gestor estadual e, talvez, na mentalidade das pessoas envolvidas e de parte da sociedade.

Convém esclarecer, ao falar em Políticas Públicas de Preservação, que o termo significa formulação de diretrizes, definição de critérios e prioridades, elaboração de projetos para obtenção de investimentos/recursos e fomento a intervenções, mantendo sempre como parâmetro a tensão entre necessidades, demandas e recursos disponíveis. O que equivale a dizer que as políticas públicas, de fato, só existem com destinação de recursos e/ou investimentos, e não apenas com diretrizes.

Tanto a história do conceito de Patrimônio Cultural quanto a concepção de Educação Patrimonial remetem-nos à própria história da criação do Serviço do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional nos anos 1930/1937. Por esse motivo os capítulos da dissertação estão organizados da seguinte forma:

O primeiro capítulo parte da explanação sobre o processo de elaboração das concepções de patrimônio cultural, situando-as historicamente no âmbito das políticas públicas estatais de preservação, ressaltando aspectos característicos de sua institucionalização ao longo desse processo. Trata, em seguida, das relações com a Educação Patrimonial, visando à sua promoção por meio da aplicação dessa metodologia, entendida como forma de *alfabetização cultural* e de apreensão do conceito de patrimônio cultural em seu sentido mais amplo, adotado pela Constituição Federal de 1988.

No Capítulo II, a partir de uma abordagem histórica e historiográfica, aprofunda-se uma discussão a respeito de Educação Patrimonial, procurando compreender seu sentido no âmbito das políticas públicas de preservação, como ação educativa, destacando-se seus princípios, fundamentos e metodologia em diversas experiências realizadas nos diversos contextos do país. Em particular, é também destacada nesse capítulo uma experiência em nível estadual, concretizada pela “Cartilha do Patrimônio – *Centro Histórico de João Pessoa*”, assim denominado oficialmente em 1982. Essa Cartilha é vista e usada como objeto de *alfabetização cultural* determinante do processo de conhecimento, identificação, valorização e de apropriação, por parte da comunidade, dos bens patrimoniais inseridos naquela área, contribuindo para a construção da cidadania cultural.

No Capítulo III, parte-se da análise das perspectivas que as abrem (delineadas no capítulo anterior) para o desenvolvimento do ensino de história e da pesquisa do ensino de história local, a partir do diálogo e utilização de conceitos e referências teóricas da história, enquanto memória e ensino de história. Analisaram-se as propostas de ação em políticas educacionais, com relação ao conhecimento, valorização e apreensão do patrimônio cultural, por meio da metodologia de educação patrimonial, para as atividades dos currículos escolares do ensino fundamental e médio, com base nos termos previstos pela Lei Federal de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) e como referência os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1997).

CAPÍTULO I – BREVE HISTÓRIA OU HISTÓRICO DAS CONCEPÇÕES DE PATRIMÔNIO CULTURAL.

1.1 A elaboração das concepções de patrimônio cultural e das políticas públicas de preservação.

A noção de patrimônio cultural, consagrada pelo ideário e pela prática institucional, esteve ligada à salvaguarda dos vestígios do passado, desde a criação do antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, em 1937. Elevado à categoria de Diretoria, em 1946, passa a chamar-se DPHAN e, a partir de 1970, transforma-se em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, atualmente vinculado ao Ministério da Cultura – MinC. Como organismos oficiais, incumbidos da defesa e proteção do acervo patrimonial brasileiro, durante várias décadas restringiram-se aos bens caracterizados pela expressão “pedra e cal”. Dessa forma, valorizavam apenas os elementos de natureza tangível e a conservação do passado, tendo como objetivo a preservação de uma memória nacional alimentada pelo conteúdo ideológico de fortalecimento da identidade do Estado/Nação.

O processo de elaboração de uma concepção de patrimônio cultural, no Brasil, pode-se dizer que ocorre em duas etapas que permanecem como duas vertentes paralelas. A primeira está centrada, segundo Funari (2004, p.01), na “tradição secular e na valorização dos vestígios monumentais das elites do passado, na monumentalidade dos grandes edifícios, na estatuária, nos grandes pintores e escultores, nos estilos canônicos da erudição”, concepção esta que encontra respaldo na sociedade patriarcal e aristocrática. A segunda vertente vem à tona por ocasião da promulgação da Constituição de 1988, que assume interesse pelos valores culturais identificados nos saberes e fazeres das diversas manifestações do povo brasileiro.

Fonseca (1997, p.11-17) ² analisa esses dois aspectos da institucionalização do patrimônio cultural, destacando os anos 1930/1940 como o momento fundador/criador do Patrimônio, e os anos 1970/1980 como seu momento renovador, ressaltando as diversas formas de atuação na produção do acervo patrimonial, responsáveis por pontos de vista conflitantes no interior do IPHAN. Ao comentar a concepção modernista liderada por Rodrigo Melo Franco, responsável pela expressão “pedra e cal”, e a concepção de Aloísio Magalhães, baseada na idéia de bem cultural, caracteriza a primeira como preconizadora do ideário elitista dominante e esta última, como ampliadora do conceito de patrimônio e da introdução de uma noção mais abrangente de Memória Social.

Por esse raciocínio, caberia ao Estado promover a identificação cultural da Nação não apenas com o passado mas mediante a interligação das diversas temporalidades: passado, presente e futuro. Isso implica na ampliação do conceito de memória nacional, através da incorporação da memória dos dominados, da cultura popular e da história dos vencidos e esquecidos desse processo, à luz dos ensinamentos de Le Goff que vê a memória como poder, como apropriação do tempo:

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos e dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1996, p. 426).

Os intelectuais que, no Brasil, tomaram assento nos órgãos de preservação a partir de 1930/45 eram, em sua maioria, arquitetos e tidos como os “senhores da memória”, provavelmente a isso inclinado por sua formação de elite e amparado por outros intelectuais modernistas. Assim sendo, sua cultura histórica e suas concepções a respeito de preservação do patrimônio, geradas naquele contexto e considerando dignos de preservação apenas determinados bens, correspondiam à de uma determinada elite política e econômica do país, detentora dos privilégios de classe hegemônica. Esses privilégios expressavam-se nos monumentos da arquitetura religiosa, militar e civil, evocativos de uma memória singular e de períodos específicos. O caso mais exemplar é o do Barroco

² Ao longo de sua obra; “O Patrimônio em processo”, a autora destaca ainda que apesar de esses dois momentos corresponderem a períodos autoritários no quadro político nacional, estes mentores intelectuais da política federal de preservação conseguiram criar um campo próprio com autonomia para implantação de um projeto para a cultura brasileira; buscando valorizar na formação de nossa identidade os saberes e fazeres da produção popular com os bens materiais e imateriais dentro de uma visão antropológica de cultura.

Colonial, estilo tão bem definido em exemplares da arquitetura religiosa mineira, tanto urbana quanto rural, e escolhido pelos intelectuais modernistas como expressão genuína da arte nacional, conforme afirma Sant'Anna: "A configuração que assumiu o patrimônio histórico e artístico nacional reflete o projeto modernista de instituir como genuína arte nacional o barroco mineiro e a arte moderna" (SANT'ANNA, 1977, p.119-120).

Por ocasião das famosas viagens etnográficas³ para busca e reconhecimento de indícios de uma cultura nacional, os monumentos e núcleos urbanos coloniais encontrados na cidade de Ouro Preto, apesar de abandonados, mantinham a integridade estilística original, narravam a história local e refletiam a tradição secular. Conformavam, assim, um novo perfil civilizado do brasileiro, centrado na história e na tradição, para criação de nossa memória nacional. Esse conjunto, em consonância com o momento político de estabelecimento do Estado Novo centralizador, reflete muito bem a construção de uma identidade artística para o país no pensamento preservacionista dos intelectuais modernistas. Segundo Gonçalves "Cidades, casas e igrejas coloniais barrocas eram consideradas como signos de um Brasil, original e esquecido, um exemplo de vitalidade e originalidade cultural" (GONÇALVES, 1996, p.70).

No contexto histórico-político e cultural da década de 1920, registra-se uma contribuição decisiva dos intelectuais brasileiros⁴ para o amadurecimento de uma cultura histórica com relação à preservação do patrimônio cultural. Apresentam inúmeros anteprojetos e projetos que propunham a criação de dispositivos legais para a proteção do patrimônio e que, embora não tenham sido aprovados àquela época, colaboraram para a consolidação de uma cultura preservacionista no Brasil. Nesse período histórico, se podem destacar, ainda, vários acontecimentos políticos e culturais da maior importância para o país: a Semana de Arte Moderna (1922), em São Paulo; o episódio dos Dezoito do Forte (1922), no Rio de Janeiro; a campanha da reação republicana de Nilo Peçanha e J.J. Seabra; a exposição internacional de Lasar Segall (1922), em São Paulo; o manifesto

³ Várias viagens foram ainda realizadas em todo o País, entre 1927 e 1929 por grupos de intelectuais, sob o comando de Mário de Andrade, precedidas pelas de 1919 e 1924, às Minas Gerais.

⁴ Vários intelectuais iriam encontrar, na Era Vargas (1935/45), meios de difundir e publicar suas idéias, muitas das vezes com espírito crítico. Parte dessas idéias, incorporadas pelo Estado Novo, contribuíram para a formação de um elo comum entre intelectuais e política cultural desse governo autoritário, como a construção de nossa nacionalidade, tão bem lembrada por GUEDES (1991, p.22).

regionalista de 1926, em Pernambuco; e a criação dos museus Mariano Procópio, em Juiz de Fora (1921), e do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, em 1922.

Foi justamente nesse ambiente político-cultural que frutificaram os ideais modernistas e, ainda que não houvesse um pensamento homogêneo entre os intelectuais, encontraram-se canais para sua concretização e solidificação, a partir da criação efetiva das instituições como o Departamento Municipal de Cultura, em São Paulo e, principalmente, o Serviço de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Através desses órgãos a perspectiva nacionalista assumida na segunda fase desse movimento apresentaria nova dimensão, uma vez que Estado passou a atuar como mediador de um pensamento novo quanto à preservação patrimonial. Sobre este assunto, Bomeny destaca:

Os anos 30 são momentos do desenho da política institucional. De ousado agora, o fato de o Estado Nacional chamar intelectuais de todos os matizes, combinando projetos propostas e idéias mescladas da utopia dos anos 20. O governo vai ao encontro dos discursos dos intelectuais (BOMENY, 1991, p.8).

Mais adiante, Bomeny afirma, conclusivamente:

Aos projetos esparsos empíricos, distintos, o Estado abre a porta para o estabelecimento da grande política nacional do projeto de reconstrução do patrimônio como prática social integradora. A ousadia agora, repito, consistia na institucionalização das paixões incontidas e medida: da cultura com a civilização; do popular com o erudito; do barroco com o clássico; da pluralidade com a unicidade; da história com a sociologia; da etnografia com a sociologia. Era o momento de realização histórica de uma idéia – do grande sistema cultural moderno (BOMENY, 1991, p. 8).

Ortiz, ao tecer considerações acerca desse discurso nacional, assegura

A memória nacional opera uma transformação simbólica da realidade social, por isso não pode coincidir com a memória particular dos grupos populares. O discurso nacional pressupõe necessariamente valores populares e nacionais concretos, mas, para integrá-los em uma totalidade mais ampla (ORTIZ, 2005, p. 138-139).

Com base nesse raciocínio, é possível parafrasear o autor, afirmando que a relação entre esses valores se dá por meio de uma relação política. Dessa forma constitui-se a identidade que, por sua vez, estruturada no jogo da interação entre o nacional e o popular, tem a própria sociedade como suporte real. Os artífices dessa idéia seriam, portanto, os intelectuais que se destacam como agentes mediadores dessa construção fazendo, nesse processo, a ligação entre fenômenos de ordens distintas: o popular (pluralidade) e o

nacional (particular). Configura-se assim, para Ortiz, a mediação em que “os intelectuais são destacados como mediadores simbólicos, uma vez que concretizam o elo entre o particular e o universal, representativos do singular e o global” (ORTIZ, 2005, p.140-142).

Antes do Governo Provisório, até 1930, não havia lei visando à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Havia, sim, uma fragilidade em nossa tradição intelectual

[...] ligada a um tradicionalismo ensaístico resultante dos processos científicos do conhecimento, educação e administração, incapaz de garantir a riqueza nacional, de bens e símbolos da cultura brasileira, de proteger a nação dos descasos de uma política predatória e de decisões associadas a interesses meramente eventuais (BOMENY, 1991, p.4).

Cabe, pois, afirmar que desde as décadas de 1920 e 1930 esses intelectuais, integrantes da elite hegemônica brasileira, tiveram a convicção de que o Estado deveria ser responsável pelo estabelecimento de uma política de conservação e valorização do patrimônio histórico e artístico nacional, unificado num único projeto que contemplasse questões relativas à identidade e à memória nacionais. Identidade e memória eram, assim, vistas como base de sustentação de um Estado/Nação, no sentido do chamamento dos escolanovistas para a educação e dos modernistas para a cultura e para o patrimônio.

A década de 1930, pelas vozes daqueles intelectuais, foi responsável por uma nova feição cultural⁵ do cenário brasileiro. A partir da Revolução, o Estado fortalecido e ampliado passou a interferir nas relações de trabalho, no sistema educacional e de saúde, no movimento estudantil e na organização da cultura, até então organizada e articulada em outros moldes.

Considera-se que o primeiro despertar da “consciência” do poder público em relação à proteção desse patrimônio manifestou-se em 1933, três anos após a Revolução, quando o presidente Getúlio Vargas concedeu à cidade de Ouro Preto a categoria de monumento nacional, consubstanciada no artigo 148 da Constituição, promulgada no ano seguinte, em 1934:

Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de

⁵ Sobre as configurações dessas políticas culturais no Brasil, a partir dos anos 1930, atingindo os anos 1970/1990 recomendamos a leitura da tese de doutoramento de Cláudia Engler Cury (2002).

interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual (Constituição Federal de 1934, art.148).

As evidências da interferência estatal na cultura encontram-se nos inúmeros decretos de criação de organismos responsáveis pela execução de diversas atribuições específicas da gestão cultural, indo desde a criação de vários museus, até o anteprojeto e, em seguida, a criação do SPHAN ⁶. O Decreto-Lei n. 25 de 30 de novembro 1937 ⁷, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e institui o tombamento, regulamentado somente em 1986, é o mais importante documento legal referente à proteção dos bens culturais, ainda hoje em vigor. Essa legislação é considerada a mais avançada sobre a matéria na América Latina, e mesmo uma das mais significativas entre as demais nações do mundo no período de entre - guerras.

O período denominado “tempos Capanema” – apelido dado à gestão do ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, à frente da pasta entre 1934 e 1945 – foi o da consagração do projeto de formulação de uma identidade nacional, que passava pela cultura. Foi recrutado para a prestação de serviços públicos um grupo de intelectuais que incluía nomes que se tinham destacado nos movimentos de renovação artística da década de 1920. Estabeleceu-se, assim, um novo relacionamento entre os intelectuais e a classe dirigente no país, criando-se um “território livre” para a cultura, mas também verdadeiro dilema entre a ação criadora desses intelectuais e o regime autoritário vigente, cujo objetivo era a produção de uma cultura oficial mesclada das mais diversas correntes

⁶ Mário de Andrade, no anteprojeto de criação do Serviço de Proteção do Patrimônio Artístico Nacional — ANEXO A —, quis abranger a salvaguarda do conjunto de bens culturais que considerava necessários para construir um perfil do Brasil. Não se restringiu bens culturais apenas a bens móveis e imóveis, propondo a criação de museus de artes aplicadas e técnicas industriais, por ex: do café, do algodão, do açúcar, etc.; ou seja, dos modos de fazer brasileiros. Somente em 1970 essa conceituação seria retomada e estendida aos saberes e fazeres cotidianos do povo, e apenas a Constituição de 1988, abarcou os “bens de natureza imaterial, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, como é o caso das formas de expressão e dos modos de criar, fazer e viver”, conforme reza o Art.216.

⁷ Este instrumento legal – ANEXO B – apóia várias medidas e propostas complementares: Leis 3.924, de 26/01/1961, 4.845, de 19/11/1965 e 5.471, de 09/07/1968, respectivamente, de defesa dos monumentos arqueológicos e pré-históricos e de controle da saída de obras de arte e dos documentos bibliográficos para o exterior; complementação de Cartas Patrimoniais internacionais, de proteção de sítios e monumentos históricos e artísticos. A Lei ROUANET (n. 8.313, de 23/12/1991) oferece estímulo por meio de incentivos fiscais e financiamentos em benefícios de bens tombados, criando-se o PRONAC - Programa Nacional de Apoio à Cultura, do MinC, através da Portaria n. 10 do Secretário do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional, do Minc e regulamentado em 10/09/1986, atendendo aos arts. 17 e 18 do Decreto-Lei nº 25/1937.

ideológicas: modernistas de esquerda, militantes da ação católica e escolanovistas ⁸. Em busca de superação dessa contradição, o caminho encontrado por essa elite intelectual foi a promoção de uma produção nacionalista como legitimação cultural de suas realizações.

Todas essas referências contribuem para corroborar a idéia de que as décadas de 1920 e 1930 foram fundamentais para o amadurecimento das ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro. As representações de memória articularam-se às questões referentes à identidade nacional, à constituição de uma memória coletiva, à conceituação de bem cultural a ser preservado, à origem social desse bem cultural e às possibilidades de uso educativo do patrimônio cultural.

As ações empreendidas pelos esforços do Estado, dos intelectuais modernistas e dos arquitetos pretendiam uma revalorização do homem brasileiro, que culminaria com a criação de um “novo homem”, “civilizado”. Essa finalidade se atingiria através de uma ação pedagógica que desenvolvesse a cultura do país e sua arte, capaz de levar todos os cidadãos a moldar a nacionalidade com o fim de reconhecerem-se numa única identidade nacional. Esse objetivo inspirou a intervenção de intelectuais nas práticas populares para reinterpretá-las como expressões de uma cultura nacional homogênea, desconsiderando, nesse processo de (re) interpretação cultural coletiva, as diferenças regionais e étnicas.

É essa a visão que marca as origens do órgão federal incumbido da salvaguarda do patrimônio histórico e artístico brasileiro. Na formulação de suas diretrizes iniciais, evidencia-se a marcante influência daqueles intelectuais que, ao debruçarem-se sobre a realidade brasileira na tentativa de apreender e (re) valorizar os elementos constitutivos da identidade cultural do país – sem renunciar às suas preocupações histórico-tradicionalistas em relação ao patrimônio histórico e artístico, edificado para o conhecimento da história pátria e o culto às tradições do passado - acabaram por direcionar a constituição de uma cultura histórica a esse respeito.

Da associação entre interesses nacionais e o projeto modernista configura-se, a partir da construção de um saber institucionalizado delimitado pelo conceito de patrimônio

⁸ Principais representantes dessas correntes ideológicas: Mário de Andrade, Lúcio Costa, Alceu Amoroso Lima, Oswald de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Heitor Villa-Lobos e Paulo Duarte, integrantes do grupo de intelectuais modernistas, e Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Francisco Campos como representantes dos escolanovistas.

cultural, uma “cultura preservacionista” reconhecida, na dimensão de seu significado social, como representação simbólica e codificação cultural.

Esse saber específico, que se constrói no processo histórico e nas experiências sociais vividas no tempo e insere-se, portanto, num determinado contexto histórico, conferindo-lhe um sentido social e constituindo-se como memória social. Consideradas como decorrentes do conhecimento histórico, compreende-se que as concepções que regem o patrimônio e os bens constitutivos de seu acervo não deixam de ser representações produzidas por um determinado meio social. Isto nos remete às conexões entre memórias e representações “como frutos de uma construção histórica – de determinada cultura histórica, e por isto mesmo submetida à passagem do tempo e à transformação, sendo, portanto, perecível. E, ao ser (re) introduzida na história, torna-se uma dentre tantas outras, produzidas pelos homens” (GUIMARÃES, 2003, p.20).

Segundo Neves, entende-se cultura histórica como:

A identidade social de uma dada comunidade, construída a partir de um conhecimento histórico, fundamentado por uma visão crítica assumida pelos próprios agentes desse processo histórico, por meio do qual essa comunidade se constitui e se situa na contemporaneidade (NEVES, 2000/2001, p. 36).

A Constituição de 1937, que institucionalizou o regime autoritário implantado por um golpe de estado, incluiu nova disposição, mais vigorosa, em defesa do patrimônio em seu Art.134:

Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional (Constituição Federal de 1937, art. 134).

Inaugurou-se assim, no Brasil, a prática de colocar o patrimônio histórico, artístico e natural sob a proteção do poder público, assegurando-se constitucionalmente essa proteção, mais tarde ampliada a outras categorias de patrimônio e reiterada nos textos das Cartas Magnas de 1946 (Art.175); de 1967 ⁹ (Art.172) e na de 1988 (Art. 5º, LXXIII; 20 X; 23 III e IV; 24 VII e VIII; 30 IX; 215 216 e 225). Vale ressaltar, aqui, o modo como,

⁹ Esta constituição sofre modificações no ano de 1969, por meio de emendas à sua redação, alterando-se o texto e a numeração desse artigo, melhor detalhado ao longo dessa análise.

nesses diversos textos constitucionais, se apresenta a questão da preservação do patrimônio cultural brasileiro.

A Constituição de 1946 – a quarta constituição brasileira - seria responsável por organizar um regime democrático para o país. O texto estatuiu, em seu Artigo 175, que “As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do poder público”, mantendo-se assim, a tradição do controle estatal sobre o patrimônio.

Após o estabelecimento do golpe militar de 1964, num contexto mesclado por aguda crise econômica movida pelo intenso processo de modernização, aliado às greves e enfrentamentos políticos responsáveis pelas profundas alterações sociais, econômicas e políticas, instala-se no Brasil um período de 20 anos de arbitrariedade, sob forte repressão militar. Muito embora pretendida inicialmente como uma intervenção militar rápida e saneadora das reformas econômicas, com controle da inflação e pretensão fim da corrupção, o novo governo culmina com a reformulação da Carta Magna de 1946, dando-lhe sentido autoritário e institucionalizando um novo regime, estabelecendo eleições indiretas e consolidando a intervenção militar na vida pública. Essa nova constituição, em vigor a partir de 1967, em relação à cultura permanece na tradição, ao considerar seu amparo como dever do Estado, assim especificado no Art.172¹⁰, acrescido de Parágrafo único que determina: “Ficam sob a proteção do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas”.

A preocupação com a memória histórica, a partir dos anos 1970/1980, tem se manifestado muito freqüentemente por meio das reivindicações de movimentos sociais populares representativos dos mais diversos grupos sociais, que reclamam direitos de cidadania e o direito à memória – como afirmação de sua identidade étnica e cultural. Quanto à aplicação da temática da memória associada aos bens culturais, constitutivos de nosso acervo patrimonial, essas questões somente foram inseridas na historiografia brasileira muito recentemente, principalmente na produção acadêmica dos cursos de pós-graduação em História continuando, durante algum tempo, quase ausentes no processo

¹⁰ Foi através da Emenda Constitucional n. 1, de 17/10/1969, publicada no Diário Oficial da União de 20/10/1969, que este artigo recebe nova numeração – Art. 180.

escolar de ensino/aprendizagem. Entende-se que o conhecimento histórico socializado por meio da escola deveria ser o ponto de partida da discussão sobre a valorização do patrimônio cultural no Brasil e no mundo e suas diversas concepções.

No texto constitucional de 1988 estende-se essa proteção também ao patrimônio de valor paleontológico, ecológico e científico, sacramentando, dessa forma, como princípio constitucional a proteção do patrimônio cultural brasileiro, desde que esses bens incluídos como patrimônio cultural do País, “sejam portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes elementos étnicos e culturais formadores da nação brasileira” (Constituição Federal de 1988, art. 216).

A Carta Magna de 1988 procurava, assim, corrigir várias distorções na política de preservação, incluindo dispositivos que valorizam outros elementos formadores da identidade nacional, admitindo em nossa realidade histórica a presença de uma memória plural, subsidiária de uma “nova” política de preservação do patrimônio cultural brasileiro, mantendo a sua proteção sob a responsabilidade do Poder Público, porém com a colaboração da comunidade nos termos da Lei Constitucional. Ao partir da valorização do intangível¹¹ na conceituação de patrimônio cultural, o enfoque é deslocado da nação para a sociedade – desviando-o da representação do passado nacional comprometido com a idéia da sua salvação do esquecimento, para a representação da cultura material, ou seja, o patrimônio, até então referenciado pela nação, passava a ser inserido também nas preocupações preservacionistas, acrescentando à noção de patrimônio a de memória. São nos espaços construídos a partir da relação entre memória e patrimônio que ocorrem as práticas de preservação: ações de colecionamento (museus e coleções), restauração (bens móveis e imóveis), ou registros de bens (intangíveis ou imateriais). Essas ações expressam a emergência da retomada da memória pelos indivíduos e grupos sociais.

O patrimônio identifica-se, assim, como uma vertente da memória – entendida por Le Goff como:

Um elemento essencial, do que se costuma chamar identidade individual e coletiva cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia [...] A memória, onde cresce a história, que por sua vez

¹¹ Conforme redação do Decreto nº 3.551/2000 – a categoria de intangibilidade dos bens culturais talvez esteja relacionada ao caráter desmaterializado que assumiu a moderna noção antropológica de cultura, contribuindo para uma concepção mais ampla, centrada numa relação da sociedade com a cultura. O texto completo do Decreto encontra-se como um dos anexos desta dissertação.

a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro [...] (LE GOFF, 1996, p.476-477).

A ameaça de perda e/ou destruição¹² que pairava sobre os bens monumentais arquitetônicos, mesmo na época da fundação do SPHAN, fez deles o centro das preocupações do Instituto. Aquela se agravou com os efeitos da urbanização acelerada e da especulação imobiliária das cidades brasileiras a partir de 1950. Essa conjuntura provocou um desequilíbrio na fisionomia da instituição, que se impunha reformular o conceito de bem cultural, devendo atentar para as múltiplas manifestações culturais do fazer brasileiro e para as condições do meio ambiente onde se insere esse fazer.

É precisamente na fase de atuação de Aloísio Magalhães à frente do IPHAN, na década de 70, que a política de proteção e defesa dos bens culturais começou a sofrer transformações significativas, diferentemente daquelas orientadas por Rodrigo Mello Franco de Andrade, quando da criação do SPHAN,¹³ em 1937.

O esforço até então realizado, no sentido de operacionalizar um conceito mais abrangente de bem cultural, além de envolver o comprometimento de outras entidades com o programa de trabalho do IPHAN, exigia também a necessidade de um diálogo com a comunidade. Isso evidenciava a urgente tarefa de reestruturação do órgão, efetivada com a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, em 1979, e a transformação do IPHAN em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, constituída como órgão normativo, e a Pró-Memória tornando-se agenciadora dos meios e recursos para operacionalização da Secretaria recém-criada.

Essa descentralização consolidou-se com a disseminação, em todo o País, das secretarias de cultura e de órgãos estaduais e municipais de preservação, reduzindo assim a

¹² Para maiores esclarecimentos sobre o discurso a respeito da perda/destruição do patrimônio, sugerimos a leitura das obras de: GONÇALVES (1991; 1996). De acordo com suas proposições, defende que a imagem da perda está presente na narrativa da preservação histórica, considerando-se ser o processo de desenvolvimento contemporâneo responsável pela perda da identidade nacional, resultando na diluição dos seus componentes fundamentais – configurando-se assim, uma homogeneização cultural. Essas reflexões indicam que a “representação do patrimônio cultural é vista como o efeito da tensão entre o que não é mais (PERDA) e o que não é ainda (BUSCA)”.

¹³ O antigo SPHAN - Serviço de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que começara seu funcionamento um ano antes, em caráter experimental, somente foi criado oficialmente pela Lei nº 378/1937, em pleno Estado Novo, para integrar o Ministério da Educação e Saúde Pública (MES), passou a chamar-se, em 1946, DPHAN - Departamento ou Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e depois IPHAN, desdobrando-se em 1979 em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e Fundação Pró-Memória (PRÓ-MEMÓRIA).

possibilidade de ser a instituição federal a única alternativa para a proteção de bens de valor histórico, artístico, natural, arqueológico ou paisagístico. Muito embora fique claro que ao longo de toda a trajetória histórica de elaboração da concepção de patrimônio não existiu uma diferenciação conceitual entre os bens de valor em nível nacional, estadual ou municipal, na verdade o que ocorreu nesse processo de proteção e legitimação do patrimônio cultural a geração de uma concentração de poder, ao se considerar legítima, apenas, a legislação federal. A respeito dessa conduta norteadora da política de preservação, assim se posiciona Ávila Lins:

Essa postura norteadora estava bem de acordo com o momento político em que se inseria, na medida em que o Governo de Getúlio Vargas caracterizava-se pela exacerbação de um ideário unificador, pelo exercício do poder que adquiria preocupação com o simbólico, procurando fazer prevalecer à unidade nacional sobre o particularismo. É nesse quadro que surge o SPHAN (LINS, 1989, p.310 - 313).

Hoje é possível considerar a estratégia de politizar a prática federal de preservação no Brasil, no sentido de defender como objetivo primordial a apropriação simbólica desses bens pelos diferentes grupos sociais da sociedade brasileira, garantindo sua circulação nos espaços públicos, enquanto referenciais de uma identidade coletiva e, também, enquanto conteúdos do imaginário social.

1.2 Ações de Estado prenunciadoras de uma concepção de educação patrimonial no âmbito nacional e estadual/local

O IPHAN age atualmente em quatro grandes áreas, relativas ao Planejamento e Administração, Identificação e Documentação, Proteção e Promoção do patrimônio cultural. Por meio da área de Promoção desenvolvem-se as atividades de difusão, informação e editoração, voltadas a consolidar e valorizar a imagem desse organismo federal, visando promover e difundir o patrimônio cultural brasileiro, por meio da aplicação de metodologias de Educação Patrimonial, exercida como um processo contínuo de envolvimento da comunidade.

Nessa perspectiva participativa, em busca do exercício da cidadania cultural, agentes e sociedade devem contribuir para introduzir a questão do patrimônio no universo das questões de interesse para a sociedade, num diálogo aberto com o poder público, caracterizando a função social do órgão de preservação, na busca da concepção marioandradiana: arraigada ao ideal de coletivização da cultura e na concepção ampla e dessacralizada de patrimônio – visão cristalizada em carta enviada por Mário de Andrade ¹⁴ ao amigo Paulo Duarte: “Defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização” (DUARTE, 1977, p. 151).

A questão do patrimônio, expressa nos documentos oficiais deve voltar-se para o caráter didático visando à inserção da Educação Patrimonial, quer seja como disciplina nos currículos do sistema educacional básico - nas fases de ensino fundamental e médio da educação formal - ou, ainda, como educação informal, caracterizada pela instrumentalização prioritária de alfabetização cultural. Essa expressão, segundo diversos autores (HORTA, 1999; FONSECA, 1996), remete aos ensinamentos preconizados por Paulo Freire, quando considerava que aquela possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia levando-o à compreensão do universo sócio-cultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido.

Uma preocupação maior foi despertada pelo IPHAN nos anos 1990, ligada ao caráter didático da preservação. Porém, não se pode considerá-la como uma idéia contemporânea, pois sempre esteve presente desde o início do ideário defendido pela política de proteção do patrimônio cultural, notadamente desde a criação do anteprojeto de Mário de Andrade, ainda em 1937. Naquela ocasião, quando o intelectual defendia a criação de museus educativos passíveis da aplicação de metodologias e programas junto a professores e alunos no processo ensino/aprendizagem, considerava-se relevante a contribuição prestada pela interação da cultura com a educação visando à conscientização da comunidade, no sentido de valorizar o patrimônio, despertando-a para o exercício pleno de cidadania.

¹⁴ Segundo esse ideólogo do patrimônio, a atuação do Estado na área da cultura deveria ter como finalidade principal a coletivização do saber, o que justifica sua preocupação e envolvimento com o caráter educacional contidos em seu anteprojeto para o SPHAN, em 1937, sancionado pela Lei n. 378, de 13 de maio de 1937, cujo suporte legal encontra-se reproduzido no anexo “D”, deste trabalho.

O próprio Rodrigo Mello Franco de Andrade, em discurso proferido na década de 1960 e publicado pelos arquitetos cariocas¹⁵, assim se expressa a respeito da educação como parceira no processo de proteção ao patrimônio cultural:

Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente dos patrimônios de arte e de história do país: é o da educação popular. Ter-se de organizar e manter uma campanha ingente, visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que nos ficaram do passado. (ANDRADE, 1968, p. 24-25).

Constata-se que a dimensão pedagógica é o tema central nessa afirmação, justamente por indicar a não possibilidade de trabalhar-se a preservação sem a participação popular.

Ainda naquele pronunciamento, ocorrido na cidade de São Paulo, exatamente no ano de 1961, durante o encerramento do curso Arte Antiga no Brasil, aquele ideólogo define a importância do conhecimento e da preservação dos bens de interesse cultural para a própria preservação da nacionalidade, no que ela tem de mais genuíno, ao conceituar a palavra patrimônio:

O que se denomina patrimônio histórico e artístico nacional – hoje patrimônio histórico e cultural representa, parte muito relevante e, expressiva do acervo aludido, por ser o espólio dos bens materiais móveis e imóveis aqui produzidos por nossos antepassados, como valor de obra de arte erudita e popular ou vinculados a personagens e fatos memoráveis da história do país. São documentos de identidade da nação brasileira. A substância dele é que comprova melhor que qualquer outra coisa, nosso direito de propriedade sobre o território que habitamos (ANDRADE, 1968 p. 01).

Pode-se depreender, dessa concepção de patrimônio, que aí permanece a idéia de uma identidade ou nacionalidade única e não plural como a concebida contemporaneamente.

A descentralização do IPHAN e sua conversão de instituto em secretaria ficaram garantidas por meio de acordo assinado em Brasília, entre Governadores Estaduais e Secretários de Educação, o que marcaria a criação de órgãos especializados sobre preservação, com legislação própria, vigente em sua jurisdição estadual. O IPHAEP - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba, originariamente criado

¹⁵ O texto desse discurso intitulado “Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” foi editado na *Revista Arquitetura*, pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, em setembro de 1968, como homenagem a Rodrigo Mello Franco, pela passagem do seu septuagésimo aniversário.

como instituto por Decreto do Poder Executivo, em 1971, vinculado à Secretaria da Educação e Cultura e somente instalado em 1974, surgiu, portanto, como resultado prático das deliberações desse Encontro dos Governadores e Secretários de Estado ¹⁶. A Paraíba foi representada naquele evento pelo então Secretário da Educação e Cultura, deputado Antônio Marques da Silva Mariz, sendo governador do Estado João Agripino Maia Filho. O Encontro, cujas disposições foram expressas em documento único, ainda em 1970, seria reiterado pelo Ministro Jarbas Passarinho, através do Compromisso de Salvador, um ano depois, em 1971, tendo sido recomendada a criação do Ministério da Cultura, ocorrida em 1985, e de Secretarias ou Fundações de Cultura, em âmbito estadual, muitas delas já em funcionamento desde o final da década de 1970.

No Compromisso de Brasília, editado pela Revista do Conselho Federal de Cultura, constata-se que seus integrantes:

Reconhecem como inadiável a necessidade de ação supletiva dos Estados e Municípios à atuação federal, no que se refere à proteção dos bens culturais de valor nacional; assegura competência aos estados e municípios sob orientação técnica da DPHAN à proteção dos bens culturais de valor regional (REVISTA CULTURA, 1970, p.112).

Essas determinações, subscritas pelos integrantes do Compromisso de Brasília, foram cumpridas à risca pelos recém-criados Institutos Estaduais. No caso específico do IPHAEP, no início da década de 1980 já se apresentava um Planejamento de Atividades junto à Secretaria de Educação e Cultura do Estado, considerando a conscientização (termo empregado na época, como sinônimo de educação patrimonial) um critério básico à preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, apresentando nesse documento, a seguinte justificativa:

Considerando que a preservação do Patrimônio Histórico e Cultural brasileiro deve exprimir a mensagem de sua experiência histórica, e que somente as medidas de policiamento para evitar sua destruição não correspondem à vitalidade necessária é de fundamental importância, a

¹⁶ Esse Encontro, realizado em Brasília entre 1 e 3 de abril de 1970, para o estudo da complementação das medidas necessárias à defesa do patrimônio histórico e artístico nacional, com a finalidade de assegurar tanto a preservação de novos valores culturais nacionais, como também os regionais. O evento marcou o aparecimento dos Institutos Estaduais em prol da defesa e salvaguarda no cenário da proteção dos bens culturais de valor regional. Todas as resoluções desse acordo sob a orientação do então Ministro da Educação, do Regime Militar, Jarbas Passarinho e do Conselho Federal de Educação, criado desde 1967, foram adotadas por unanimidade no documento subscrito por todos participantes, que se chamou Compromisso de Brasília, mais tarde renovado por meio do Compromisso de Salvador, ambos reproduzidos nos Anexo “E” desta dissertação.

inclusão nos currículos escolares (1º. Grau, 2º. Grau e Ensino Superior), de matérias que tratem da preservação histórica, cultural e natural, no intuito de promover e divulgar o nosso acervo, bem como o culto à sua proteção. Torna-se assim imprescindível a necessidade de promover cursos de extensão para professores das áreas de Estudos Sociais e Comunicação e Expressão – Educação Artística, objetivando proporcionar-lhes os conhecimentos indispensáveis à transmissão às novas gerações, como também à comunidade onde atuam da preservação dos bens culturais e naturais, capacitando-as à identificação e valorização do patrimônio histórico, cultural e natural. Estas questões estão implícitas na filosofia, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba, tendo em vista não apenas a conservação física dos monumentos, mas, sobretudo, a perpetuação da memória do nosso Estado (Texto introdutório do Planejamento de Atividades do IPHAEP-1983).

A adoção dessas medidas pode ser considerada como o indício de diretrizes para o estabelecimento de uma Educação Patrimonial, mesmo se levando em conta a conjuntura política, social e cultural daquele momento histórico, marcado pela censura imposta à sociedade desde o estabelecimento do Golpe Militar de 1964.

Ao longo do processo de implantação da política federal e estadual de proteção dos bens de valor histórico-cultural, destaca-se o uso da palavra conscientização – (conscientizar + ação = ato ou efeito de conscientizar), derivada do verbo transitivo conscientizar = tomar consciência de, ter conhecimento de algo. É etimologicamente entendida como sentimento do que em nós se passa ¹⁷. Essa análise pode ser exemplificada através de alguns documentos, testemunhos de sua aplicabilidade.

Constatou-se, nessa análise, que o I Encontro dos Governadores e Secretários da Cultura culminou em recomendações concretas contidas em documento elaborado naquela ocasião, denominado de Compromisso de Brasília. Nele destaca-se a indicação de “um estado de consciência novo, em relação à cultura e, em especial, voltado para a valorização dos bens patrimoniais, depositários de uma memória nacional”.

Essa conscientização, assim entendida, era reforçada no discurso do Prof. Arthur Cezar Ferreira Reis, presidente do Conselho Federal de Cultura à época, responsável pela presidência dos trabalhos do evento. Sua fala ressalta, também, “a consciência cívica do sentido dos valores culturais, na formação de nossa identidade, na constituição do Estado como Nação”. No próprio texto do Compromisso ou Carta de Brasília registram-se algumas referências alusivas à palavra “consciência”, associadas à educação. E, dentre

outras determinações, chama a atenção a exigência da inclusão, nos currículos escolares nos três níveis de escolaridade (primário, médio e superior), de disciplinas que tratassem do conhecimento e da preservação do acervo histórico e artístico, das jazidas arqueológicas e pré-históricas, das riquezas naturais e da cultura popular, com base na idéia de ser o culto ao passado elemento básico da formação da consciência nacional, sendo, portanto, necessário adotar certos critérios:

Sendo o culto do passado elemento básico da formação da consciência nacional, deverão ser incluídas nos currículos escolares, de níveis primário, médio e superior, matérias que versem o conhecimento e a preservação do acervo histórico e artístico [...].

E, adiante, o texto admite que:

[...] em cursos especiais para professores do ensino fundamental e médio se lhes propicie a conveniente formação sobre tais problemas, de maneira a habilitá-los a transmitir às novas gerações a consciência e o interesse do ambiente histórico-cultural (REVISTA CULTURA, 1970, p.112-113).

Para especificar que esta idéia de valor da consciência cívica, estender-se-ia a todos os níveis de ensino:

[...] no nível elementar, noções que estimulem a atenção para os monumentos representativos da tradição nacional; no nível médio, através da disciplina de Educação Moral e Cívica; no nível superior (a exemplo do que já existe nos cursos de Arquitetura com a disciplina de Arquitetura no Brasil), a introdução, no currículo das Escolas de Arte, da Disciplina de História da Arte no Brasil; e nos cursos não especializados, o de Estudos Brasileiros, parte deste consagrada aos bens culturais ligados à tradição nacional (REVISTA CULTURA, 1980 p.113).

Analiticamente, constata-se nesses trechos documentais o destaque dado à expressão “culto ao passado”, que é aplicada como indicativo da significação do valor da consciência cívica a ser cultuada por meio de ensinamentos pedagógicos, portadores de grande carga ideológica, pretendida pelo denominado período ditatorial. Isso ocorreu não apenas em relação ao ensino da História e seus conteúdos, principalmente considerando-se a introdução da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, mas também nas escolas de todos os graus e modalidades (com destaque para a disciplina de Estudos Brasileiros), ministrados em cursos universitários e de especialização integrantes dos sistemas educacionais no país. A inclusão da Educação Moral e Cívica e o espírito cívico

¹⁷ Cf. verbete do dicionário da língua portuguesa de Caldas Aulete (1968, p. 908, v.2).

imposto teriam como finalidade preparar o homem para a vida, formar o cidadão para servir à família e à sociedade, inserindo por meio das demais disciplinas e de suas atividades escolares, a realização de atos cívicos - na prática diária educativa – centrados justamente no culto à nação e ao passado glorioso e memorável, como ideais de formação do cidadão e com o objetivo de legitimar a formação da nacionalidade.

O destaque dado àquela expressão, de certa maneira, se comparado ao pronunciamento do presidente do IPHAN¹⁸, em janeiro de 2004 direciona-se exatamente contrário àquela idéia, presumindo talvez, ser possível garantirem-se perspectivas futuras para a abertura de novas diretrizes voltadas à preservação dos bens patrimoniais brasileiros:

A criação do Instituto, de forma distinta das experiências internacionais, não estava ligada a saudosismos ou ao culto do passado: ela foi obra dos intelectuais modernistas que propunham a valorização do país, da cultura e da arte brasileira, nas suas vertentes eruditas e populares (REVISTA MUSEU, 2007, p. 01).

E, mais adiante, ao afirmar que essa mudança poderá ser delineada a partir das transformações adotadas e operadas nas superintendências, museus e escritórios regionais, pela Instituição, reforça que passarão a agir “de portas abertas e preparadas para receber os visitantes e as populações locais”, no sentido de ampliar “vínculos com a educação, o turismo e o lazer”, ou seja, numa ruptura com as ideologias e utopias de outrora, numa efetiva atuação democrática e participativa, assinalada pela presença da comunidade, o que nos garante não um discurso unívoco, mas sim pluralista.

No discurso do Diretor da DPHAN, Renato Soeiro, ainda por ocasião, daquele evento - o Encontro de Brasília, em 1970 é possível identificar as proposições desse controle estatal na área educacional durante o regime militar:

[...] a DPHAN tem encaminhado às autoridades superiores, em mais de uma oportunidade, sugestões no sentido de que sejam introduzidas nos currículos escolares dos vários níveis de ensino, informações sobre o significado da herança cultural que nos foi legada. No momento em que o Sr. Ministro da Educação e

¹⁸A data de 13 de janeiro de 2007 foi escolhida, como marco inicial das comemorações dos 70 anos de atuação do IPHAN como primeira instituição no gênero na América Latina – alusiva à preservação do patrimônio cultural, cuja meta principal neste ano, está ligada ao estabelecimento de um Sistema Brasileiro de Patrimônio, integralizado às “estruturas federativas do país e da sociedade civil”, na busca de uma gestão voltada para uma reestruturação institucional, cujo “processo deverá ser correlato a um movimento de atualização conceitual nas políticas públicas da cultura”. Cf. em: <<http://www.revistamuseu.com.br/emfoco/emfoco.asp?id=11653>>. Acesso em 26 de jan.2007.

Cultura (Jarbas Passarinho) determina a inclusão nesses currículos, de uma disciplina sobre instrução Moral e Cívica, é a oportunidade para que essas informações, sobre o patrimônio histórico e artístico do país passem a constituir matéria de relevo, entre os temas a serem ali considerados, pois indispensáveis à formação da consciência cívica nacional (REVISTA CULTURA, 1970 p.17).

Dever-se-ia dizer que, a partir de 1970, a política pública de preservação assumida pelo IPHAN, sob a direção de Aloísio Magalhães, foi identificada pela reafirmação da identidade nacional frente à relação de oposição entre cultura e desenvolvimento. Havia uma necessidade intrínseca de se (re) fazer essa identidade, adequando-a às demandas e aos problemas daquele momento histórico, com elevado índice de absorção de valores estranhos à identidade cultural brasileira, introduzidos pela industrialização no processo de modernização do país. Para Aloísio, os únicos valores culturais que permaneciam estáveis, naquele momento marcado por descontinuidades, eram os bens culturais, aos quais denominava “pontos de referência”, e assinalava: “Somente, a conscientização e o uso adequado de nossos valores é a única maneira de nos contrapormos, oferecendo alternativas nossas à inevitável velocidade de transferência cultural entre nações no mundo de hoje”, chegando a afirmar que até a década de 1970, os bens reconhecidos pelo IPHAN

[...] agrupam-se em duas tipologias: os móveis e imóveis, contendo ou não valor criativo associado ao valor histórico – (sempre voltados para o passado) e os bens da criação individual, espontânea, obras do nosso acervo artístico (música, literatura, cinema, artes plásticas, arquitetura, teatro), quase sempre de apreciação elitista (MAGALHÃES, 1984 p.42).

De acordo com essa classificação, segundo Magalhães, muitos bens ficaram excluídos: eram aqueles procedentes do fazer popular que, por estarem inseridos na dinâmica do cotidiano, eram desconsiderados em seu potencial. Considerava-os, como bens culturais vivos, merecedores de projetos que os beneficiassem, o que foi feito através do CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural, criado em 1975, atuante até 1979 e substituído pela Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), que passou a privilegiar o processo de produção e a inserção social do bem cultural. Isso significa que a cultura ganhou, a partir dali, uma perspectiva antropológica, em que as manifestações culturais pesquisadas deviam ser compreendidas em sua trajetória e a partir de sua relação com o contexto onde são produzidas e por onde circulam. Vários projetos, a partir de 1980, foram desenvolvidos nessa perspectiva do conhecimento e das especificidades de cada

saber/fazer¹⁹, refletindo muito bem a concepção de Magalhães, ao preconizar a idéia de bem cultural, ampliadora do conceito de patrimônio e da introdução de uma noção mais abrangente de memória social.

Em relação aos Institutos Estaduais, criados após 1970, a aplicação da palavra conscientização também se fez presente em suas diretrizes de ações. Particularmente, há alguns exemplos da presença dessa terminologia em diversos documentos do IPHAEP. Inicialmente, o texto da estrutura organizacional datado de 1982, em seu Capítulo IV, na alínea “o”, determina que a Coordenadoria de Assuntos Históricos, Artísticos e Culturais – CAHAC, como órgão de execução programática, teria a competência “de promover campanhas sistemáticas de conscientização”, com o objetivo de preservar o acervo histórico cultural paraibano. Dez anos depois, em 1992, esse mesmo texto ainda era mantido, no Regimento Interno, especificando tais atribuições na Seção I como competência da Divisão de Pesquisa e Documentação, na qualidade de organismo subordinado àquela Coordenadoria.

No exame desses textos/documentos percebe-se que, como testemunhos, eles trazem uma revelação da aplicabilidade dessa terminologia consciência/conscientização, no âmbito das políticas públicas de preservação nacional e estadual, sempre correlata ao sentido de educar ou despertar um sentimento capaz de formar valores a respeito da necessidade de obter conhecimentos sobre os bens integrantes do patrimônio cultural, com o objetivo de sua salvaguarda e conseqüente apreensão por parte da comunidade/sociedade. Talvez, por considerar-se que os órgãos educacionais (escolas e outras instituições culturais) teriam como tarefa despertar a consciência de participação da comunidade, nesse processo de defesa e salvaguarda dos bens culturais.

Ao longo da análise de todas essas iniciativas no processo de elaboração das concepções de patrimônio cultural, percebe-se a implicação de inúmeras definições e redefinições nas diretrizes políticas sobre a preservação do patrimônio cultural brasileiro,

¹⁹ Foi através dessa nova concepção vigente na esfera federal a partir da gestão de Aloísio Magalhães no IPHAN, aliada ao desvendamento do saber/fazer e da tecnologia patrimonial que ocorreu o tombamento da Fábrica de Vinho de Caju Tito Silva & Cia. em João Pessoa. Sua restauração foi orientada a partir dessa idéia, tendo sido detalhada a documentação do processo de sua desmontagem e remontagem, de modo a guardar a memória, não apenas do produto, como também do seu processo de fabricação. Com a conclusão da restauração do imóvel, que esteve a cargo da Oficina Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa, criada em 1991 e sediada no Casarão de Azulejos até 2002, a partir daquele ano o prédio tornou-se a Sede da Oficina e passou a abrigar também o Memorial da Antiga Fábrica.

cujos espaços de institucionalização são renomeados e também historicamente datados, como é o caso do SPHAN /DPHAN (1937/1946) - depois IPHAN (1970) - e do IPHAEP, em 1971.

O IPHAN, desde sua criação em 1937 até a década de 1960, atuou como articulador de uma idéia afinada com o “nacionalismo”, como alicerce do Estado/Nação, quando estabeleceu uma concepção padrão para patrimônio em geral, com base em um critério estético-estilístico de sua arquitetura, reconhecido pela denominação “pedra e cal”. Essa concepção, de certo modo, assegurou por muito tempo a idéia de uma unidade de estilo como condição para a atribuição de valor de patrimônio identificado como símbolo de nacionalidade e influencia até hoje as políticas públicas de preservação.

A partir da década de 1960 a discussão acerca do patrimônio passou a vinculá-lo à cidade, ao urbanismo e à cidadania, pressupõe novos critérios de valorização e reconhecimento de outras possibilidades de preservação. Segundo Motta, essa concepção deve contrapor-se àquela “nacionalista” e considerar.

[...] as cidades como processo social e historicamente construído, como espaços que acumulam vestígios culturais no seu processo permanente de (re) apropriação social e como lugares que adquirem valor simbólico, referências culturais das comunidades que os habitam, capacitando-as a reconhecer neles sua história e identidade (MOTTA, 2002, p. 126).

Essa nova proposta de configuração de um campo mais amplo do conceito de patrimônio permitirá alguns deslocamentos no que concerne à elaboração de uma memória coletiva. É somente a partir de 1970 que o IPHAN perde o papel de protagonista na área patrimonial, provocado por seu envolvimento com novos contextos (que, aliás, o IPHAN ainda não domina), em virtude de sua própria estruturação institucional. Isto provoca mudanças no direcionamento de sua gestão, no sentido de comportar-se mais com caráter de parceiro, procurando assumir uma gestão participativa, rompendo com sua hierarquia de poderes e conhecimentos.

A idéia repassada hoje por essa instituição como agente gestor das políticas públicas de preservação em nível nacional está associada à flexibilidade/plasticidade adotada nas articulações de competência entre o público e o privado, claramente

identificadas em seu procedimento em lançar projetos com apoio da iniciativa privada²⁰. Por seu envolvimento com o marketing cultural, mantém-se sempre à distância, em relação ao monitoramento e à execução desses projetos, caracterizando um rompimento com aquele “paternalismo” exercido pela instituição durante várias décadas. Convém ressaltar, ainda, que o Programa Monumenta – direcionado para a revitalização do patrimônio cultural brasileiro – durante o ano de 2004, em parceria com cerca de 500 companhias do setor privado e público, apoiou projetos de recuperação nesses núcleos, através de atividades econômicas, culturais e sociais auto-sustentáveis.

Hoje, essas preocupações estão presentes não somente entre as ações do IPHAN, mas também, entre as do órgão congênere estadual na Paraíba – o IPHAEP. Percebe-se, nessa instituição, o empenho e a inclinação de sua política em atingir a dimensão social, democrática e participativa visando à gestão sustentável, sobretudo com relação aos programas de Educação Patrimonial, que consistem na definição de ações incentivadoras da sensibilização e do respeito dos moradores e usuários dos sítios históricos para com os bens e as referências culturais e imateriais formadores de sua memória e identidade.

É necessário salientar-se que todas e quaisquer ações, nesse sentido, devem adequar-se às especificidades de cada local. Para garantir idéia de sustentabilidade, essas políticas devem apoiar-se na Educação Patrimonial como fundamento, com base em critérios que não venham apenas promover o tradicional lema – “Conhecer para preservar, preservar para conhecer”, como também, – o conhecer, o conviver, o gostar para poder

²⁰ A discussão a respeito desses procedimentos adotados nas políticas de preservação, nas décadas de 1980/1990, se encontra bem desenvolvida por PELEGRI (2006, p. 126 – 136), quando aborda sobre como as relações existentes entre a natureza e a cultura podem estar presentes nas concepções de patrimônio e como têm direcionado as ações de reabilitação dos núcleos históricos e de educação patrimonial e ambiental, na qualidade de instrumentos de construção da cidadania e do desenvolvimento sustentável. Estas ações reabilitadoras continuam sendo aplicadas não apenas nos países latino-americanos mas, sobretudo, no Brasil [na área do Pelourinho, em Salvador (BA), 1980/1990 e mais especificamente em áreas de núcleos históricos revitalizadas nas cidades de João Pessoa (PB), 1998; Olinda e Recife (1997/1998)]. Muitas vezes, estas ações direcionaram essas áreas revitalizadas sob o impacto da “pseudo-restauração”, rotulada também de “gentrification” ou gentrificação, para uma restauração de fachada ou aparente – visando tão somente à reutilização de seu patrimônio através da “terceirização” de seus usos sociais, geradora de problemas relativos à ampliação do consumo cultural e a transformação da paisagem histórica em “ruínas” patrimoniais – como consequência do “marketing urbano” e fomentadora da homogeneização dos centros históricos.

valorizar, respeitar e identificar-se com os patrimônios culturais e a adoção de outro slogan – “Prevenir para preservar”²¹ presentes em diretrizes da política patrimonial, voltada a ações de conservação preventiva de acervos documentais, fotográficos e mídias, preservação de sítios arqueológicos e paleontológicos, restauração e conservação de bens móveis e, também a própria segurança do patrimônio cultural.

Convém ressaltar o pensamento de Pelegrini (2006, p.136) em relação à eficácia das políticas públicas de preservação, quando apresenta como ações necessárias à reabilitação dos centros históricos um conjunto focalizado num tripé de medidas direcionadas “à recuperação física da área degradada, a revitalização funcional urbana e a otimização da gestão ambiental local”, procedimentos indispensáveis para a viabilidade da “promoção do desenvolvimento sustentável e a inclusão da população à qual pertence o patrimônio cultural e natural”. Isso se aplica perfeitamente ao caso do Centro Histórico da Cidade de João Pessoa, pela sua proximidade com uma área de preservação ambiental e ecológica, cuja população depende dos recursos naturais para sua sobrevivência.

Na prática, sugerem-se como ações educativas a realização de cursos, palestras, conferências e visitas guiadas com a utilização de cartilhas e sinalizações de patrimônio²², vídeos e CD-roms, que sirvam como suporte à inclusão da história local e do tema da preservação do sítio nas disciplinas e currículos escolares do ensino fundamental e médio. O exemplo, abordado como objeto de estudo nessa pesquisa, que alude a uma experiência de Educação Patrimonial desenvolvida pelo IPHAEP, em um determinado recorte espaço-temporal, ajuda a afastar a idéia de inoperância e ineficácia desse material sob a forma de Cartilha, muitas vezes rotulado de “tradicionalista”. A adoção dessas medidas concretiza-se em vários contextos do país, com a participação de novos atores e novos sujeitos

²¹ Cf. recente XII Congresso da ABRACOR – Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores dos Bens Culturais, realizado entre 28/8 e 01/9/2006, na cidade de Fortaleza/CE, englobando a temática “Preservação do Patrimônio Cultural – Gestão e Desenvolvimento Sustentável: Perspectivas”, o que vem conferir as tendências atuais e os deslocamentos do campo do patrimônio, pela presença abrangente dos diversos conteúdos abordados naquele evento, sobretudo para o destaque dado à Educação Patrimonial, e em particular à comunicação apresentada sob o título: “Projeto – Prevenir para Preservar – Oficina de capacitação no Ecomuseu Comunitário de Santa Cruz”, apresentado como incentivo à educação patrimonial, o qual registra a presença desse *slogan*, em ações de preservação.

²² A implantação da sinalização de patrimônio cultural no Brasil foi recentemente instalada, conforme notícia na Folha de São Paulo – Cotidiano, (disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/ff1210200628.htm>); acesso em: 22 out.2006), sob a responsabilidade do poder municipal, na cidade de Salvador/BA, indicando-a, portanto, como a primeira cidade a utilizar placas interpretativas com conteúdo informativo a respeito da história e da arquitetura do bem patrimonial material, representado pela Igreja do Bonfim, complementadas por informações turísticas e gastronômicas, distribuídas nas principais ruas de acesso ao bairro de sua localização reunindo, assim, as principais características da atual identidade daquela localidade.

engajados na preservação do patrimônio cultural e como exemplificação prática, podem ainda ser citadas as Cartilhas de Icó (1999), Sobral (1999) e Aracati (2000)²³, aplicadas ao estado do Ceará, como suportes de Educação Patrimonial.

Por ocasião do I Encontro Nacional de Educação Patrimonial, realizado entre 12 e 17 de setembro de 2005, em São Cristóvão (SE), o IPHAN aproveitou a oportunidade para sintetizar o processo de desenvolvimento de ações educativas. Nesse evento aconteceu o lançamento da publicação “Patrimônio das Cidades”, sob a responsabilidade da 8ª Sub-regional de Sergipe.

A Educação Patrimonial sob a ótica de prática preservacionista, ou seja, vista como política pública de preservação, pode ser identificada em sua forma pela incidência de parcerias com órgãos ligados à educação formal, o que concorre para viabilizar recursos para as mais diversas atividades educacionais, envolvendo um intercâmbio de conhecimentos e saberes, entre a escola e a comunidade. Além disso, os projetos²⁴ em andamento ou em vias de conclusão nos diversos contextos do país são direcionados pela reorientação curricular – os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1997, 1998) – que prevêem a inclusão/inserção da Educação Patrimonial no ensino fundamental e médio, tendo como eixo o ensino de História – capaz de incorporar as histórias locais como temática. Dessa forma, os estudos de história local capacitariam os alunos a observar melhor o mundo em que estão inseridos, possibilitando o entendimento e a compreensão das relações sociais existentes em seu próprio tempo, cuja discussão pretende-se abordar no capítulo subsequente.

Esses procedimentos práticos encontram favorecimento na própria discussão contemporânea a respeito do sentido do patrimônio, que concorre para operar um alargamento do seu campo. O patrimônio passa a ser visto não apenas como um bem de

²³ Todos esses materiais, de responsabilidade do IPHAN, foram lançados sob a forma de cartilhas informativas, com o objetivo de formar naquelas comunidades valores e conhecimentos a respeito do patrimônio existente a ser preservado, nos determinados “sítios”, do vizinho estado, em diferentes contextos históricos.

²⁴ Em meio a tantos outros, merece referência o Projeto “Tesouros do Brasil” (Disponível em <<http://www.tesourosdobrasil.com.br/projeto.htm>>), realizado anualmente, cuja primeira edição ocorreu em 2004, sob o patrocínio das empresas Fiat, Usiminas e Magnetti Marelli, e envolveu 13.600 estudantes em todo o país. Com a participação da instituição escolar, os alunos elegem um bem material ou imaterial, em sua cidade e, a seguir elaboram um relatório destacando sua relevância para incorporá-lo como bem patrimonial de importância para a identidade da comunidade na qual está inserido. A cada ano, vários trabalhos são selecionados para compor o livro “Tesouros do Brasil”, sendo premiados os quatro melhores.

herança, mas como bem constitutivo da consciência de um povo ou grupo, cujo campo é sempre demarcado por tensões, negociações e disputas de poder, em virtude de suas articulações com a memória e as identidades sociais, conforme sinaliza Segala (2004), com respaldo nas considerações de Pierre Nora (1997, p.391):

Passamos hoje de um patrimônio tipo nacional a um patrimônio tipo simbólico e identitário, de um patrimônio herdado a um patrimônio reivindicado, de um patrimônio visível a um patrimônio invisível, de um patrimônio ligado ao Estado a um patrimônio social, étnico e comunitário (SEGALA, 2004, p.2).

Essa identificação do patrimônio com o social traz justamente a idéia de que a preservação de um bem cultural deve estar estreitamente articulada ao seu conhecimento e ao seu uso social, à ciência e à consciência do patrimônio. É por meio dessa articulação do patrimônio cultural no pensamento social brasileiro que se abrem perspectivas de formas particulares de sua apropriação nos currículos escolares e nos materiais didáticos, capazes de conduzir vários desdobramentos para uma reflexão específica de sua aplicabilidade conjunta de atividades escolares, no âmbito da Educação Patrimonial, numa articulação perfeita com todos esses saberes.

A Educação Patrimonial insere-se nas políticas públicas de preservação e identifica-se como parte da luta pela salvaguarda dos bens culturais, despertando a consciência histórica dos valores patrimoniais, no sentido de sensibilizar a sociedade brasileira para o “desenvolvimento da tomada de consciência para sua inserção no processo histórico” (FREIRE, 1979, p.66) capaz de garantir uma educação libertadora e não depositária, pelo caminho da conscientização por meio do diálogo e não apenas no limite da sala de aula.

Convém lembrar que a educação como prática sócio-cultural estabelece uma relação de caráter indissociável entre a educação e a cultura e, ao mesmo tempo, cria um vínculo de inseparabilidade entre educação e patrimônio, uma vez que não há como sequer pensar educação fora do campo do patrimônio, ou seja, da cultura. A expressão Educação Patrimonial, conforme Chagas, “marca seu diferencial na confluência entre a educação, a memória, a cultura, o patrimônio e a preservação, cujos dispositivos narrativos servem para contar histórias, para fazer enfim, a mediação entre diferentes temporalidades, pessoas e grupos” (CHAGAS, 2004, p.4).

Na discussão para precisar uma definição dos usos sociais do patrimônio, do passado e de suas relações com a educação, cabe a articulação de todas as iniciativas com

as atividades curriculares das escolas de ensino fundamental e médio, introduzindo-se propostas de formação de professores com a ação integrada e educativa de instituições culturais envolvidas com a preservação patrimonial.

Com a intenção de fechar a discussão a respeito do processo de elaboração das concepções de patrimônio cultural, conforme análise pretendida nesta Dissertação elaboraram-se os quadros demonstrativos apresentados nas páginas que se seguem, com base nos dados fornecidos pela pesquisa empírica nos documentos oficiais e pela bibliografia consultada.

Os dados constantes dos quadros podem considerar-se como uma síntese desse processo historicamente datado, ao ressaltarem-se os significados atribuídos à “escolha seletiva” daquilo que se constituiu como patrimônio cultural. Através de reflexões pode-se constatar que o caráter “elitista e culto” das ações de preservação no Brasil, ainda hoje presente, é marcado por permanências na sua configuração, sempre relacionada à linha mestra de gestão defendida pelo IPHAN, desde sua criação em 1937, por um Estado nacionalista e centralizador - o que imprime ao patrimônio o *status* de um campo tenso e conflituoso, por excelência.

QUADRO I: SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS AO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

PERÍODO	CONTEXTO/SIGNIFICAÇÃO	PROTEÇÃO ESPECÍFICA
1937/1945 Processo de “elaboração do patrimônio cultural” – ideário nacionalista – identidade cultural.	<p>. A elite intelectual dos anos 20/30 foi responsável pela promoção de uma produção altamente nacionalista como legitimação cultural de suas realizações que foram fundamentais para o amadurecimento das ações de preservação. Essa elite era representada pela intelectualidade na década de 1920/30, foi decisiva no amadurecimento da consciência brasileira em relação à preservação do patrimônio cultural</p> <p>. “O patrimônio histórico e artístico nacional” - constituído por monumentos e núcleos históricos excepcionais concretizados pela expressão “pedra e cal”, valorizando apenas, sua intangibilidade, era centrado na história e na tradição para criação de um memória nacional, com base na condição, de ser o culto ao passado elemento básico da formação nacional.</p>	<p>. Bem isolado- caráter de excepcionalidade e historicidade dos bens culturais materiais.</p> <p>. Monumento isolado- caráter monumentalista e hegemônico.</p> <p>. As obras arquitetônicas ancestrais religiosas – monumentos notáveis e excepcionais de caráter estilístico/elitista eram considerados como patrimônio nacional herdado e visível, ligado ao Estado.</p>

PERÍODO	CONTEXTO/SIGNIFICAÇÃO	PROTEÇÃO ESPECÍFICA
Década de 1950 Configuração das transformações no território do patrimônio – “origem histórica”.	<ul style="list-style-type: none"> . Preocupação com o processo de industrialização das cidades para salvaguarda da monumentalidade, com a disseminação das renovações urbanas no Pós - Guerra. . A noção de patrimônio ambiental urbano amplia-se e passa a ser considerada como fator de reconhecimento dos “núcleos históricos”. 	<ul style="list-style-type: none"> . Bens patrimoniais de diversos períodos históricos para a recuperação de perdas significativas durante o processo de transformações e mudanças urbanas ocorridas na época de industrialização do país.
Década de 1960 Processo de “urbanização do patrimônio” – instrumento de gestão urbana.	<ul style="list-style-type: none"> . Intervenções das políticas públicas de patrimônio no espaço urbano (no aparato legal e social de ação sobre o espaço urbano): . Bens estendem-se a diversos períodos históricos – conjuntos edificados, bairros, vilarejos, cidades, sítios arqueológicos e naturais. 	<ul style="list-style-type: none"> . Bem ambiental e paisagístico. . Defesa do patrimônio histórico, artístico, arqueológico, natural e paisagístico.

PERÍODO	CONTEXTO/SIGNIFICAÇÃO	PROTEÇÃO ESPECÍFICA
<p>Década de 1970</p> <p>Configuração do processo de “democratização do patrimônio”:</p> <p>. Preocupação com a não participação da sociedade nas decisões das políticas públicas de preservação.</p>	<p>. Distanciamento muito grande envolvendo as instituições de preservação e os sujeitos sociais (habitantes das comunidades) -> não participação da sociedade nas decisões das instituições públicas e o questionamento da representatividade social dos bens culturais selecionados como patrimônio-> opera várias mudanças: descentralização da política de preservação-> criação de institutos estaduais e locais.</p>	<p>. Promoção, divulgação e defesa do “patrimônio histórico, artístico, natural, paisagístico, paleontológico e arqueológico.”</p> <p>. Lema: “Conhecer para preservar, preservar para conhecer”.</p>

PERÍODO	CONTEXTO/SIGNIFICAÇÃO	PROTEÇÃO ESPECÍFICA
<p>Década de 1980</p> <p>Configuração do patrimônio vinculada à forma compartilhada de “patrimônio coletivo”, como um “direito social”:</p> <p>. Preocupação com a forma compartilhada de patrimônio coletivo -> identidade cultural de povo, comunidades ou diferentes grupos sociais e étnicos, como um direito social -> pelo fato de se instituir como campo de afirmação de identidades coletivas e como elemento estruturador de memórias sociais.</p> <p>. Daí o aparecimento de mobilizações sociais em favor de sua defesa, pelo reconhecimento desse sentido de “pertencimento”</p>	<p>. Preocupação com a forma compartilhada de patrimônio a ser apreendido como coletivo -> representação de uma memória coletiva de um povo, comunidade ou diferentes grupos sociais e étnicos -> constituidores de uma identidade cultural, valorizando a diversidade cultural brasileira.</p> <p>. Interesse pelos valores culturais identificados através dos “saberes e fazeres” das diversas manifestações do povo brasileiro, contribuindo para o fortalecimento de uma idéia ampliadora do conceito de patrimônio cultural e da noção mais abrangente de memória social – conquistado através de manifestações sociais que reivindicam direitos de cidadania e o direito à memória, como afirmação de sua identidade étnica e cultural</p> <p>. Emergência de uma “consciência preservacionista” na esfera ambiental. O movimento atual em prol do direito e da proteção do meio ambiente irradiou-se da comunidade científica, difundindo-se com os órgãos não-governamentais, que passam a reivindicar melhor “qualidade de vida” no planeta.</p>	<p>. “Patrimônio histórico, artístico e cultural”- representado pelos bens materiais e imateriais como elementos constituidores da identidade cultural brasileira.</p> <p>. Patrimônio cultural passa a ser entendido por um conjunto de bens culturais resultantes da produção humana nos seus aspectos emocionais, intelectuais, materiais, naturais e imateriais.</p> <p>. “Bem cultural” constitutivo de um grupo, um campo de disputas e de negociações, articulando-se à memória e às identidades</p>

PERÍODO	CONTEXTO/SIGNIFICAÇÃO	PROTEÇÃO ESPECÍFICA
<p>A partir de 1990</p> <p>Configuração do patrimônio vinculado à educação, ao seu conhecimento, ao seu uso social, à ciência e a sua consciência:</p> <p>. Consolidação do processo de democratização do patrimônio e de sua construção como direito social, implicando também na ampliação e afirmação do exercício da cidadania.</p> <p>. Configuração do alargamento do campo do patrimônio mediado na articulação com a cultura e a educação, vinculando-o a seu conhecimento e à dinâmica de seu uso social, portanto, articulado à ciência (natural e ecológico) e à consciência desse patrimônio.</p>	<p>. As tradicionais qualidades estético-estilísticas apresentam significados históricos e sociais => representações sociais => objetos de conhecimento da história e referências de identidade. Esses espaços edificados são considerados produtos culturais e documentos da história, cuja construção social passa a contemplar diferentes interesses e forças em disputa.</p> <p>. A questão da preservação, no tocante, à interação da cultura com a educação, ainda hoje, não suplantou o caráter naturalizado, prestigioso e sacralizado do patrimônio, o que está muito presente nos debates, pela presença de contradições em seu campo.</p> <p>. É a partir de 1997 que a educação patrimonial configura-se como meta prioritária de trabalho a ser implantada pelo IPHAN, em âmbito nacional, estadual e local, tendo em vista a promoção do patrimônio cultural, possibilitando assim, a geração e produção de conhecimentos sobre bens culturais e sua apropriação por parte da própria comunidade, co-gestora na salvaguarda desses bens, com o objetivo de consolidar o processo de preservação sustentável do patrimônio cultural brasileiro.</p> <p>. Na contemporaneidade, a preocupação básica da política de preservação é o caráter didático do patrimônio, visando a inserção da educação patrimonial, quer como disciplina, nos currículos do sistema educacional – ensino fundamental e médio – como educação formal, ou ainda, como educação não-formal, caracterizada pela instrumentalização prioritária de “alfabetização cultural”.</p>	<p>. Bem patrimonial – patrimônio simbólico, identitário e invisível, reivindicado como patrimônio social, étnico ou comunitário.</p> <p>. Os Bens materiais e imateriais ampliam de fato a concepção sobre patrimônio cultural, destacando não apenas sua materialidade física, mas também, sua intangibilidade e são, muitas vezes, explorados como bens de consumo, pela “indústria cultural” – o que indica a urgência da vinculação do conhecimento desse patrimônio aos outros saberes e de sua articulação com o espaço didático, objetivando nessa mediação obter-se maior consciência, em relação à sua preservação.</p>

**QUADRO II - FASES DAS CONCEPÇÕES DE PATRIMÔNIO CULTURAL
NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO**

1ª FASE 1930/ 1945	2ªFASE 1960 /1970	3ª FASE 1970/ 1980	4ª FASE 1980/1990	5ª. FASE A PARTIR DE 1990
Denominada de momento fundador/criador da concepção de patrimônio cultural como preconizadora do ideário elitista dominante, demarcada por dois momentos distintos: De 1930 a 1940 e De 1937 a 1945 Podendo ainda, ser estendida até a década de 1950, quando se iniciou o processo de transformações no território do patrimônio, identificadas pelas mudanças introduzidas nas cidades pela crescente industrialização.	Fase de trans-formação e des-centralização das políticas públicas de preservação, pela presença de intervenções nos espaços urbanos e nas ações de seus diferentes sujeitos sociais, marcando através de profundas mudanças operadas nas cidades, os processos de urbanização e democratização do patrimônio cultural brasileiro.	Denominada de momento renovador do patrimônio: A partir de 1970, a preocupação com a memória histórica caracteriza essa fase como ampliadora do conceito de patrimônio cultural e da introdução de uma noção de memória social mais abrangente e plural.	Nesse período é estabelecido novo conceito de patrimônio cultural, consolidando-o como coletivo e passa a ser reivindicado pela sociedade, como “direito social”, garantindo pleno direito de cidadania.	Alargamento do campo do patrimônio, por meio de mediações com a educação e a cultura, vinculando seu conhecimento aos demais saberes, articulado à ciência e à consciência desse patrimônio, em relação a sua preservação.

CAPÍTULO II – EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DAS CARTILHAS DO PATRIMÔNIO PELO IPHAEP (1980/2003)

2.1 Educação patrimonial: conceituação e aplicação da metodologia no Brasil.

Grande parte da bibliografia brasileira sobre Educação Patrimonial tem sido produzida a partir da concepção de patrimônio cultural instituída pela Constituição de 1988, com a introdução de uma nova categoria de bens culturais identificados através dos saberes e fazeres das diversas manifestações culturais do povo brasileiro, denominados de bens imateriais ou intangíveis, considerando a diversidade/pluralidade cultural do país.

O critério básico adotado na Educação Patrimonial é o conceito abrangente de patrimônio cultural (art.216 da Constituição Federal de 1988):

Constituem Patrimônio Cultural Brasileiro – os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I- as formas de expressão;

II- os modos de criar, fazer e viver;

III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

É a partir dessa noção de Patrimônio Cultural – entendido como um conjunto de bens culturais resultantes da produção humana nos seus aspectos emocionais, intelectuais,

materiais, naturais e imateriais - que se aplicam as experiências ao longo do processo de difusão e implantação da metodologia de educação patrimonial, na tentativa de abranger a pluralidade implícita nesse conceito e na prática das experiências desenvolvidas nos diferentes contextos e locais do país.

Segundo Horta et al (1999, p.6), muitas experiências foram realizadas nos diferentes contextos e locais do país obtendo, resultados positivos na aplicação da metodologia de educação patrimonial. Esta nova concepção de patrimônio cultural, surgida no final dos anos de 1980 – englobando a diversidade cultural brasileira, em todas as suas manifestações – contribui como forma de conhecimento e aprendizado a ser utilizada e explorada na educação de crianças e adultos, no sistema formal de ensino. Pode também adotar-se como instrumento de motivação individual ou coletiva, no exercício da cidadania, no resgate da auto-estima dos grupos culturais e no estabelecimento de um diálogo profícuo entre as gerações. Para Fernandes (2003, p.141), entende-se por Educação Patrimonial “a utilização de museus, monumentos históricos, arquivos, bibliotecas – os lugares e suportes da memória – o processo educativo, a fim de desenvolver a sensibilidade e a consciência dos educandos e futuros cidadãos da importância da preservação desses bens culturais”.

A metodologia da educação patrimonial surgiu, inicialmente, para introduzirem-se programas didáticos nos museus, fruto de propostas metodológicas expostas no primeiro Seminário realizado no Museu Imperial, em Petrópolis, em 1983, aplicadas às ações educacionais voltadas para o uso e a apropriação dos bens culturais. A adequação desse método ao ensino nas escolas inseridas em comunidades em cujo cotidiano estão presentes os objetos culturais de estudo era, então, uma proposta nova. Nesse procedimento, tem-se por princípio a aplicação do método em sintonia com a experiência, envolvendo pessoas, bens e fenômenos culturais num processo contínuo de experimentação e descoberta, implícito na própria expressão “Patrimônio Cultural” (HORTA, GRÜNBERG, MONTEIRO, 1999).

Essa metodologia valoriza a diversidade cultural como a melhor forma de assegurar a identidade dos povos e dos indivíduos. Assim procedendo, faz-se Educação Patrimonial, entendida como educação para a preservação, conservação e valorização cultural. A Educação Patrimonial tem como pressuposto despertar o educando para a descoberta da

sua realidade socioeconômica e cultural, fazendo com que a partir dela possa adquirir mais conhecimentos, ampliando seu horizonte de expectativas.

Vários programas destacaram-se, nos últimos anos, em países da América Latina, como Chile, Uruguai e Brasil, ainda em fase inicial. Em 2000, o Chile editou através da *Corporación del Patrimonio Cultural de Chile*, o primeiro livro de Educação Patrimonial destinado às crianças, *El Baúl de Mis Tesoros*, orientando sobre a valorização do patrimônio cultural. O *Proyecto piloto en Escuela de lo Cartagena*, no Chile, compõe-se de oficinas sobre Patrimônio Cultural, destinadas à formação de educadores para promoção de ações culturais voltadas para o educando.

No Brasil, as experiências de Educação Patrimonial têm sido desenvolvidas em diferentes campos do conhecimento, envolvendo a educação ambiental, o conhecimento histórico, em locais de preservação e através da educação museológica - iniciada desde 1983, no Museu Imperial do Rio de Janeiro. Essa instituição foi a responsável pela adoção de uma metodologia específica para o trabalho educacional em museus e monumentos históricos, sob a coordenação de Maria de Lourdes Parreiras Horta, difundindo-se por todo o país. No entanto, essas experiências não levam em consideração o cotidiano do educando, restringindo-se apenas aos trabalhos dentro do espaço museológico, e à memória vinculada às elites nacionais. A partir do trabalho pioneiro de Horta surgiram as primeiras dissertações de mestrado sobre a temática,²⁵ defendidas junto ao Departamento de Educação da PUC, no Rio de Janeiro em 1986 e 1997.

Entre as várias abordagens teóricas que favorecem a sistematização da Educação Patrimonial, citamos as de Horta (1999) e Corsetti (1999), que fazem considerações importantes a respeito de sua prática e sobre seu campo teórico, considerando-a como promotora de uma visão crítica sobre o Patrimônio Cultural, como possibilidade concreta de realização de um trabalho educativo e como um dos possíveis caminhos para a construção e solidificação da identidade e da cidadania.

²⁵ ALENCAR, Vera Maria Abreu de. Museu Educação: se faz caminho ao andar. Dissertação (Mestrado em Educação) apresentada ao Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica – Rio de Janeiro, não publicada, 1986. SANTOS, Magaly de Oliveira Cabral. Lições das Coisas (ou canteiro de obras) através de uma metodologia baseada na educação patrimonial. Dissertação (Mestrado em Educação) apresentada ao Departamento de Educação da PUC – Rio de Janeiro, 1997.

Com base no pressuposto de que deveria haver um perfeito relacionamento com a comunidade (considerada como co-gestora na gestão sustentável do patrimônio cultural), o IPHAN tem se aprimorado para imprimir às ações de educação patrimonial um caráter mais pluralista, ao considerar as iniciativas engendradas pela sociedade em suas formulações de políticas públicas para a cultura. Essa atitude representa um avanço e um diferencial significativos no desenho de uma política institucional para o campo do patrimônio e no processo de desenvolvimento de ações educativas. A atuação da comunidade, como nos lembra Casco (2005, p.1) 26, se expressa na “participação ativa nos movimentos sociais, em exercer seu direito de escolha dos bens a serem preservados, atribuir valores, encaminhar propostas de tombamento e registros, a realização de ações educativas”, o que espelha uma disposição da sociedade em compartilhar, de maneira responsável, as ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Para a compreensão do sentido da educação patrimonial como ação educativa, no âmbito das políticas públicas, é preciso atentar para a necessidade intrínseca do diálogo franco e aberto com a comunidade, com respaldo na premissa de que sem sua colaboração direta nessas ações pouco adiantaria investir na proteção e conservação de sítios e monumentos e se perderia a sua contribuição, possivelmente rica para a geração e produção de conhecimentos sobre os bens culturais.

Por isso, a educação patrimonial visa o planejamento de ações pedagógicas permanentes e sistematizadas para a produção de conhecimentos junto às comunidades a respeito do patrimônio local, regional ou nacional. É através do contato direto com os bens culturais integrantes desse patrimônio que ocorre a consolidação desse acervo patrimonial como fonte primária de conhecimento para a compreensão do universo em que as comunidades estão inseridas.

Antes de analisar especificamente a ação do IPHAEP no que diz respeito às suas propostas de Educação Patrimonial, cabe destacar algumas experiências expressivas desenvolvidas no Brasil. Inicia-se pelas atividades desenvolvidas no âmbito de atuação do Programa de Pós-Graduação da FAPA - Faculdade Porto Alegrense, no Rio Grande do Sul, que criou, a partir de esforços conjuntos entre os Departamentos de História e de

²⁶ Em *Sociedade e Educação Patrimonial*. In, Dossiê Educação Patrimonial. Patrimônio – Revista Eletrônica do IPHAN. Disponível em <<http://www.revistaiphan.gov.br>>. Acesso em 7 abr. 2006.

Educação, o Curso de Especialização em Educação e Patrimônio Histórico-Cultural, visando colaborar para a formação de profissionais aptos a desenvolver trabalhos em Gestão Cultural de Patrimônio, pesquisa, documentação, ação cultural e Educação Patrimonial.

Esse curso de especialização *lato sensu* em Educação e Patrimônio Histórico-Cultural da FAPA desenvolveu-se a partir de 1999, após as facilidades surgidas na matriz curricular do Curso de Graduação de História, o que permitiu a inserção de disciplinas relativas às questões do patrimônio, como “Museologia” e “Arquivos e Documentação”, além do desenvolvimento de estágios curriculares em instituições culturais relacionadas à Educação Patrimonial ou “instituições da memória”, terminologia hoje considerada mais adequada do que “lugares de memória”. Ao buscar a formação de professores nessa área, a FAPA preocupou-se em torná-los capazes de entender a Educação Patrimonial como uma prática específica, com campo e metodologias próprios e com limites bem definidos.

Através de suas atividades o curso pretende, ainda, propiciar o aprimoramento profissional dos que atuam em arquivos, museus e áreas afins e ampliar a formação de professores para atuarem na área de educação para a preservação do patrimônio histórico-cultural. As reflexões motivadas pela FAPA podem melhor contribuir para o entendimento da complexidade da cultura que está sendo preservada e vivenciada, através da publicação da revista *Ciências & Letras*, de eixo temático permeado por questões contemporâneas envolvendo o campo teórico e prático do patrimônio histórico e cultural, com artigos de docentes ligados ao curso de especialização da FAPA, ou de intelectuais ligados a outras instituições de ensino superior e de especialistas pesquisadores de outras instituições culturais.

Soares (2003) reúne em livro relatos e propostas de projetos específicos para a Educação Patrimonial em nível local, concentrados na área de História e Arqueologia, desenvolvidas junto à comunidade de São Martinho da Serra (RS), município portador de enorme potencial arqueológico. Esse fato favoreceu, além da construção de um conhecimento científico da população, a formação de uma identidade local apoiada no sentimento de pertencimento e estimuladora valorização e da preservação do patrimônio.

O Curso de Licenciatura em História da Universidade de Rio dos Sinos – UNISINOS, em São Leopoldo (RS), realiza experiências de Educação Patrimonial por

meio dos estágios curriculares em espaços culturais desde março de 2000, especialmente em arquivos e museus, onde a cultura é elaborada, comunicada e interpretada. Esses estágios curriculares em espaços culturais são uma das disciplinas técnico-pedagógicas de Prática de Ensino, voltadas especificamente para o Nível Médio. Essa prática de Ensino em forma de estágio curricular é optativa para o aluno, que poderá desenvolvê-la como exercício profissional na escola, em sala de aula ou em espaços culturais.

As experiências conduzidas pela Universidade Federal de Santa Maria, por sua vez, envolvem as atividades no projeto Interface para a Valorização da Memória e Identidade Cultural de São Martinho da Serra, RS (1998): programa de Educação Patrimonial, realizado a partir de um convênio entre o Núcleo de Educação Patrimonial (NEP) do Centro de Educação da UFSM e a Prefeitura Municipal de São Martinho da Serra. O município, emancipado desde 1992, celebrou o convênio com o objetivo de retomar seu crescimento, possibilitando a construção de um conhecimento científico e desvelar uma identidade local em ação conjunta com a sociedade, por intermédio do Ensino de História. Esse trabalho foi desenvolvido com as 4ª e 5ª séries do ensino fundamental de toda a rede escolar, através do Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (LEPA) da UFSM, evidenciando-se a importância do passado, da memória e da identidade cultural do município, dinamizando o conhecimento através da construção social em releituras do passado e do presente, por meio da cultura material e dos artefatos arqueológicos.

A partir do reconhecimento de que a realidade da comunidade dos educandos vem sendo apontada como objeto de estudo, fonte de conhecimento e de aproximação do vivido, ou melhor, da vida cotidiana, a Universidade de Ponta Grossa (PR), através da disciplina “Metodologia e Prática de Ensino” desenvolveu, a partir de 1989, no Curso de Graduação de História, o Projeto Marcos Referenciais da História da Região dos Campos Gerais do Paraná, com o objetivo mapear e preservar a memória local e regional. Essa iniciativa originou, em 1998, o Curso de Especialização em Educação Patrimonial, congregando educadores e profissionais de outras áreas, por entender que a formação para preservação do patrimônio não se dá apenas pela educação escolar, mas também pela educação não-formal e informal, envolvendo a sociedade civil organizada. Nessa experiência, a UEPG contou também com a participação do Grupo de Pesquisa em Educação - História - Memória, vinculado ao seu Mestrado em Educação, responsável por produzir conhecimentos científicos sobre as realidades patrimoniais da região e pela

preservação de arquivos escolares e particulares, considerados de importância para a Memória do sistema educacional regional.

Para promover a Metodologia da Educação Patrimonial, e especialmente o desenvolvimento e ampliação do caráter pedagógico dos patrimônios culturais que enriquecem processos formadores da cidadania foi criado, no ano de 1992, em Porto Alegre, o Núcleo de Pesquisa em Educação Patrimonial (NUPEP), ligado à Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. Seu papel fundamental é possibilitar o conhecimento e o reconhecimento daquilo que é importante para os vários grupos da sociedade, tornando-os sujeitos participativos e decisivos na ação de proteger e escolher que bens patrimoniais devem ser objeto de ações de preservação. O NUPEP realizou inúmeras atividades no 1º semestre de 2000, nos campos de Ensino, Pesquisa e Extensão, a atividade mais destacada foi o I Encontro Sul-Brasileiro de Educação Patrimonial - Educação, Preservação e Desenvolvimento, ocorrido na cidade de Tubarão (SC), nos dias 17 e 18 de outubro de 2001, reunindo os debates sobre preservação ambiental e patrimonial, através de conferências, publicações, pôsteres e mini-cursos.

Na mesma direção foi criado, em 2003, o Laboratório de Educação Patrimonial (LABOEP), da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). A unidade teve, em 2004, aprovação para sua Coordenação e projeto de trabalhos congregando grupos para discutir questões alusivas ao patrimônio cultural, tanto em nível nacional quanto internacional, suas relações com a educação, por meio de cursos, seminários ou projetos de pesquisa e extensão universitária articulados com as atividades curriculares das escolas de ensino fundamental e médio de Niterói. Com propostas e programas para a formação de professores, desenvolve ações educativas em instituições culturais, acompanhando e desenvolvendo vários projetos ²⁷, no campo da Arqueologia, Educação e Patrimônio Cultural. Sua estrutura é formada por um “sistema de redes”, conferindo-lhe uma forma horizontal de organização, com a finalidade de intensificar a circulação de informações entre os diversos grupos de pesquisas.

A realização de vários projetos de educação patrimonial, porém, não se pode considerar suficiente e concluída, e recomenda-se mantê-la como atividade permanente

²⁷ Muitas vezes, em sistema de parcerias com empresas, como é o caso da Petrobrás, no Projeto Saberes da Construção - que objetiva a preservação e a divulgação dos saberes e técnicas artesanais de construção de casas, utilizadas pelo colonato da cafeicultura fluminense, a partir do século XIX.

pois “essa atividade pode ser vista como fator de desenvolvimento intelectual, psicológico, afetivo e cognitivo, ativando os processos mentais superiores e enriquecendo a memória individual e seus mecanismos de registro e recuperação”. Horta et al, trabalhando na perspectiva freiriana, asseguram ser a educação patrimonial “um instrumento-chave para a leitura do mundo e para a comunicação com o Outro” (HORTA, 1999, p.30).

A Educação Patrimonial tornou-se meta prioritária de trabalho implantada pelo IPHAN em âmbito nacional a partir de 1997, ao apoiar-se na premissa de que pouco adiantaria investir na proteção e conservação de sítios e monumentos sem a colaboração direta da comunidade/sociedade, através de uma participação responsável. Segundo orientações e recomendações do IPHAN, a Educação Patrimonial - como toda e qualquer ação de caráter educativo - deveria ser capaz de sensibilizar os indivíduos e as coletividades em face do patrimônio e das ações de preservação, visando à promoção desse patrimônio e favorecendo a geração e produção de conhecimentos sobre os bens culturais e sua apropriação por parte da própria comunidade.

Percebe-se, no empenho do IPHAN a partir da década de 1990, o objetivo de promover e difundir o patrimônio cultural brasileiro através de programas de Educação Patrimonial, utilizando-se de parcerias²⁸ com a iniciativa privada, com estados e municípios, na realização de ações voltadas ao desenvolvimento do turismo cultural e à formação de profissionais, conforme Relatório de atividades daquele órgão para o biênio 1999/2000:

- Fomento ao turismo cultural para a elaboração do Sistema Nacional de Referência para Sinalização de Sítios Históricos e Arqueológicos tombados.
- Em parceria com a EMBRATUR e o DENATRAN, elaboração do Guia Brasileiro de Sinalização Turística e a reformulação da Metodologia do Inventário de Oferta Turística, com informações sistematizadas sobre atrativos culturais e

²⁸Essas parcerias foram também desenvolvidas pelo IPHAN junto a organismos internacionais de interesses afins, como implemento de ações conjuntas, visando a salvaguarda dos bens patrimoniais nacionais, como é o caso da participação do Governo Espanhol através do Convênio Brasil/Espanha, assinado em 1987, envolvendo o MinC - através do IPHAN – além do Governo do Estado da Paraíba, e a Prefeitura Municipal de João Pessoa e da Agência Espanhola de Cooperação Internacional – AECI, o que resultou na formulação do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa através do Convênio Brasil Espanha. A revitalização daquela área do Centro Histórico ganharia, somente dez anos mais tarde, apoio na Lei de Incentivo Municipal n. 8.465, de 30 de dezembro de 1997, autorizando a isenção total ou parcial do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, para os imóveis prediais situados no perímetro do Centro Histórico, do Município de João Pessoa, constante nos anexos desta dissertação, letra “F”.

naturais, equipamentos, serviços e infra-estrutura turística de apoio aos municípios brasileiros.

- Distribuição através da Campanha Nacional de Educação Patrimonial de cinco mil exemplares, em todo o país, do Guia Básico de Educação Patrimonial, envolvendo a Fundação Bradesco, os estados e municípios como parceiros na realização de eventos com palestras sobre aplicação de sua metodologia em escolas de 1º e 2º Graus.
- Concessão do Prêmio Rodrigo Melo Franco à Fundação Educacional do Distrito Federal, na categoria Educação Patrimonial, pelo Projeto: *Turista Aprendiz* – formação de uma consciência de preservação integrada ao conceito de desenvolvimento em uma cidade contemporânea, por meio de ações de educação patrimonial.
- Desenvolvimento em São Luís e Alcântara, no Maranhão, do Programa de Educação Patrimonial, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado, atuando em unidades da rede pública de ensino de 1º e 2º graus, envolvendo professores e alunos, com a instalação de 20 oficinas de Educação Patrimonial que apresentou a metodologia para aplicação na rede escolar com 3.800 alunos.
- Elaboração no Ceará da Cartilha Icó: Patrimônio de Todos – Roteiro para a preservação do patrimônio cultural (1999), referente ao tombamento do Centro Histórico de Icó, acontecida em 1997. Foram publicadas, ainda, as cartilhas referentes a Sobral, em 1999 e a Aracati, em 2000.
- A produção do *Guia Básico de Educação Patrimonial*, em parceria com o Museu Imperial, utilizado como apoio à Campanha Nacional de Educação Patrimonial, promovida pelo IPHAN, em 1999.
- Divulgação, em Goiás, através do Projeto - *Conhecer para Preservar, Preservar para Conhecer, dos Núcleos Históricos Tombados* na região – por meio de publicação detalhada sobre as atribuições federais, estaduais e municipais e da comunidade para a preservação e manutenção do acervo arquitetônico e urbanístico da cidade.

No IPHAN uma das primeiras iniciativas motivadas por uma preocupação efetiva com assuntos relativos à educação patrimonial foi a reunião de técnicos em Brasília, realizada em 1997 e convocada pelo DEPROM – Departamento de Promoção. Conforme os pontos básicos discutidos naquele encontro, a partir de suas considerações e recomendações, as Superintendências Regionais passaram a buscar:

- a reafirmação de que a preservação do patrimônio cultural garante o direito à memória individual e coletiva como elemento fundamental do exercício de cidadania;

- o reconhecimento do caráter educativo do IPHAN, no relacionamento com a sociedade, o que concorre para uma adequada apropriação do patrimônio pela comunidade, co-gestora de seus bens patrimoniais;
- o reconhecimento da necessidade de implantar um Programa em todas as unidades do Instituto;
- o desenvolvimento de ações através da elaboração de um Guia Básico de Educação Patrimonial²⁹, contendo conceitos, critérios, objetivos, metodologias, sugestões de atividades e bibliografia para orientação de ações. Este manual teria distribuição garantida entre as unidades descentralizadas do IPHAN.

Segundo as palavras do Diretor de Promoção do IPHAN à época, essa publicação buscava “incentivar o conhecimento do patrimônio por meio de ações que envolvam comunidades, escolas, centros históricos, sítios arqueológicos, museus, monumentos, arquivos e bibliotecas” (HORTA, 1999, p. 5), cujas categorias constituem-se como elementos fundamentais para a definição de educação patrimonial.

Portanto, a partir desse entendimento, a educação patrimonial passou a ser definida como um processo permanente e sistemático, centrado no patrimônio cultural como afirmação da cidadania, cuja prática pressupõe critérios, objetivos e metodologias específicas ao utilizar-se de conceitos e práticas da preservação do acervo cultural e ao incentivar o conhecimento do patrimônio por meio de ações que envolvam comunidades, escolas, centros históricos, sítios arqueológicos, museus, monumentos, arquivos e bibliotecas.

2. 2 A Educação Patrimonial no IPHAEP

Desde o final da década de 1970 - e ao longo de toda década de 1980 – é possível constatar ações educativas executadas no IPHAEP, por meio de Cursos, Encontros e Convênios firmados pela instituição com outros organismos estaduais e federais, sempre em sintonia com a política de preservação nacional do IPHAN, dentro do contexto da conexão da instituição (IPHAEP) com o didático (Escola). Destacam-se entre essas ações

²⁹ Esse material chegou a ser veiculado a partir de 1998, através do sítio eletrônico institucional do IPHAN, com o mesmo conteúdo daquele produzido em 1997, por ocasião da reunião do DEPRM, em Brasília. Mais tarde, as ações desenvolvidas na área foram reunidas no *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Este Guia foi produzido em 1999, em parceria com o Museu Imperial de Petrópolis (RJ), sob a forma de manual destinado à utilização de educadores e técnicos, contendo os relatos de experiências sobre Educação Patrimonial ao longo de uma década, e predestinado a ser utilizado como apoio à Campanha Nacional de Educação Patrimonial, naquele mesmo ano.

alguns exemplos, com base em Boletim Informativo elaborado por um grupo de estagiários do Curso de Comunicação da UFPB e publicado pelo IPHAEP em 1981:

- Curso de Arqueologia, Antropologia e Preservação de Monumentos Históricos e Artísticos, realizados na cidade de João Pessoa em 1976, com a colaboração do Instituto Paraibano de Arqueologia e Antropologia – IPAA, visando à qualificação de técnicos e professores;
- Planejamento, implantação e coordenação do 1º Curso de Preservação Cultural e Formação Profissional, realizado em Baía da Traição, no período de janeiro a junho de 1977, desenvolvendo as práticas artesanais dos remanescentes Potiguara, objetivando sua preservação junto àquela comunidade, através de convênio firmado entre IPHAEP e LBA (Legião Brasileira de Assistência), em novembro de 1976;
- Convênio assinado, em 1978, entre o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e Governo do Estado da Paraíba, com a participação das Secretarias de Finanças, Agricultura e SEC-PB/IPHAEP, cujo objetivo fundamental era reeducar o povo usando a escola como base, conscientizando-o da importância da conservação da natureza e do meio ambiente, através da realização de cursos de atualização destinados a professores de 1º e 2º graus, mais especificamente os da área de Ciências, visando a inclusão de temas ecológicos nos currículos escolares e a preparação de material didático para apoio;
- Elaboração e coordenação do 1º Encontro de Preservação do Patrimônio Cultural e Ecológico, realizado em maio de 1981, simultâneo à Exposição “Roberto Burle Max – Desenhos/Paisagismo”, ressaltando a preservação dos bens naturais e ecológicos;
- Elaboração de anteprojeto de uma Cartilha Educativa, idealizada em 1982, a partir do slogan: *Conhecer para Preservar, Preservar para Conhecer*, com o objetivo de conscientizar a comunidade paraibana em geral e os estudantes, em particular, do valor da preservação do passado representado pelo acervo histórico, artístico e cultural inserido na área então recém delimitada pelo IPHAEP como Centro Histórico Inicial de João Pessoa (Boletim Informativo UFPB/IPHAEP, 1981).

Portanto, percebe-se que ações para a efetivação de uma política de caráter educativo surgiram no IPHAEP, ainda na década de 1980, através da elaboração de uma cartilha didática³⁰, a ser aplicada como um instrumento capaz de sensibilizar indivíduos e comunidades e de despertar uma “consciência de valor” (segundo a filosofia do órgão nacional à época) em relação às diretrizes e ações de preservação do Patrimônio Cultural como, também, às ações do órgão gestor estatal para a salvaguarda e a preservação dos

³⁰Como veremos mais adiante, uma primeira tentativa de efetivação da cartilha foi engavetada e, posteriormente, retomada.

bens locais. O IPHAEP respalda-se na concepção marioandradiana – “Defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização” – afirmada pelo ideal de coletivização da cultura e pela concepção dessacralizada do patrimônio, reafirmada pela própria expressão “alfabetização cultural”. Assume então, como garantia de sua função social, a tentativa de estabelecer um diálogo, entre o poder público e a sociedade, capaz de possibilitar ao indivíduo uma compreensão de sua historicidade, de sua trajetória histórico-temporal. Essa iniciativa do IPHAEP encontra ainda respaldo para legitimá-lo em sua própria estrutura organizacional básica, que garante a presença de dois representantes da comunidade, portadores de notório saber histórico cultural ³¹, com assento no Conselho de Proteção dos Bens Histórico-Culturais (CONPEC). Essa é instância de deliberação superior do órgão, com poder de polícia, composto de 15 membros titulares, representantes de várias instituições da área de atuação correlata e seus respectivos suplentes, nomeados pelo governo do Estado. À comunidade é, também, facultada pela legislação papel ativo por meio da solicitação ao IPHAEP de ações de cadastramento, inventário e tombamento de bens representativos para a preservação.

Somente por ocasião do 1º Encontro Estadual pela Preservação dos Bens Culturais³², realizado no ano de 1988, em João Pessoa, por intermédio da consignação da carta compromisso³³, intitulada Carta da Paraíba em Defesa dos Bens Culturais, é que o IPHAEP adquiriu maior respaldo para ressaltar o caráter educativo de toda e qualquer ação implantada na política de proteção do patrimônio cultural da Paraíba, uma vez que os signatários do documento destacam como prioridade “a edição de uma Cartilha, de forma mais didática possível, orientando o cidadão paraibano, de como preservar e valorizar o seu Patrimônio Cultural”. Intenção esta reconhecida por quase todos os dirigentes que passaram por aquela instituição, mas apenas efetivada a partir de 1994, quando o anteprojeto passou a integrar as ações preservacionistas desenvolvidas pelo órgão. O

³¹ De acordo com o Art. 3º alínea “j” do Regimento Interno, a comunidade se faz representar no CONPEC, para instituir de acordo com a finalidade dessa instância superior – a orientação das políticas gerais de preservação, conservação e revitalização do patrimônio histórico, artístico, ecológico, paleontológico e arqueológico do estado da Paraíba; a deliberação sobre intervenções de impacto sobre o patrimônio protegido quer, protegido ou revitalizado; e o incentivo às manifestações culturais, formadoras da identidade paraibana. Muito embora essas competências sejam essencialmente técnicas, o processo de escolha para ocupação desse cargo ocorreu sempre por indicação, necessariamente política, do poder executivo estadual.

³² A partir desse Encontro o IPHAEP ganhou maior autonomia em suas ações, estimulado pela força do diálogo com a sociedade e investiu na realização de um concurso público, para a escolha da sua logomarca, como afirmação de seu *status* social. A logomarca vencedora reflete o lugar social da instituição, em seu contexto, de órgão de preservação patrimonial.

³³ Anexo “G”

referido projeto culmina com a produção da Cartilha do Patrimônio até a concretização de suas edições, publicadas em 2002 e 2003³⁴ e, a partir da 2ª edição ganha acompanhamento de um programa específico, orientando sua aplicação e manejo didático.

Para introduzir essa instrumentalização, elaborou-se a Cartilha do Patrimônio, idealizada em 1982, há quase um quartel de século portanto, logo após o processo de delimitação do Centro Histórico Inicial de João Pessoa, com o propósito de conscientizar a sociedade para a valorização dos bens histórico-culturais do acervo patrimonial paraibano existentes naquela área da cidade.

Sobre essa experiência, centrada na preservação deste *sítio histórico*³⁵ da cidade de João Pessoa, esta dissertação discute o processo de produção, aplicação e análise das duas edições dessa Cartilha, utilizadas com a metodologia de educação patrimonial - como instrumento de alfabetização cultural. A pesquisa considera também as seguintes questões suscitadas no processo de adoção dessa prática preservacionista:

- Quais os fatores determinantes da adoção da metodologia de educação patrimonial no processo de salvaguarda do acervo histórico-cultural paraibano, no âmbito das políticas públicas de preservação?

³⁴ Anexo “H”

³⁵ A história da preservação do “sítio histórico” de João Pessoa tem seus primórdios estabelecidos a partir de 1981, quando o IPHAEP elaborou um diagnóstico com a caracterização das áreas de valor histórico, arquitetônico e paisagístico existentes na cidade, mais especificamente em setores urbanos identificados pelo Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal, como áreas de interesse histórico, submetidas, às normativas de preservação pelo plano diretor da Cidade. Anteriormente a área abrangia as Zonas de Preservação Rigorosa ou de Preservação Ambiental, assim denominadas, pela antiga 3ª DR do IPHAN, sediada no Recife, em 1978. Com base nessas áreas, a política de preservação concentrou-se em garantir a proteção dos bens imóveis mais expressivos no traçado urbano da cidade, garantindo-lhes o instituto jurídico do Tombamento estritamente ligado à vontade coletiva de conservar-se a memória expressa nesses bens. Através desse ato administrativo do poder público, instituído na década de 1980, foram preservados bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e paisagístico e, também, de valor afetivo para a população, impedindo que viessem a ser demolidos e/ou descaracterizados. Essas áreas de preservação passaram a ter uma abrangência mais ampla quando o IPHAEP concluiu o estudo da caracterização das áreas de valor histórico, artístico, arquitetônico, ambiental, paisagístico e natural, trabalho que culminou com a Delimitação do Centro Histórico Inicial da cidade de João Pessoa, através do Decreto Estadual n. 9.484, de 10 de maio de 1982. Esse Decreto foi sancionado em defesa dessa área urbana, com o objetivo de preservá-la, tendo-a como ponto de referência e identidade cultural, o qual foi revogado pelo Decreto n. 25.138, de 28 de junho de 2004, que ampliou esta respectiva área de preservação rigorosa e instituiu seu tombamento como forma de proteção legal, procurando atender a pressupostos centrais de garantia das condições de preservação do patrimônio cultural existente no Centro Histórico e, estímulo a uma dinâmica urbana que propicie sua manutenção e valorização (ambos fazem parte do Anexo “I” desta dissertação). A aprovação dessa proposta de revisão da delimitação do Centro Histórico e seu respectivo tombamento foram deliberados conforme Ata da Milésima Décima Segunda (1.012ª) Sessão do CONPEC/IPHAEP, também constante nos anexos, indicado pela letra “J”.

- Houve efetivamente uma contribuição educativa a partir dessa experiência de Educação Patrimonial para a conscientização, por parte da comunidade, da preservação e conservação da área delimitada como Centro Histórico Inicial, na cidade de João Pessoa?
- Até que ponto as ações de caráter educativo adotadas pelo IPHAEP foram decisivas no processo de seleção, identificação e valorização do patrimônio cultural nos municípios paraibanos, tendo em vista sua apropriação pela comunidade?

Ainda com relação ao IPHAEP, deve-se salientar que entre suas diretrizes de atuação podem ser identificadas algumas mais direcionadas para o entrosamento com a comunidade, quer seja através do diálogo, ou através de atividades educativas necessárias à formação de pessoal qualificado, visando à capacitação de técnicos e/ou professores para atuação na defesa e salvaguarda desses bens culturais. Nessas diretrizes, a utilização dos termos *conscientização/conscientizar* encontra-se presente em documentos considerados como precursores de uma política efetiva de preservação para a Paraíba, entre os quais se salientam, abaixo, alguns textos específicos.

Em texto da autoria de Linduarte Noronha³⁶, intitulado *Patrimônio e Preservação*, enviado ao I Seminário de Estudos sobre o Nordeste, realizado em Salvador, em 1974, se expressa sua concepção de preservação, através da expressão “A preservação pode e deve ser a forma de conscientização coletiva” e, faz ao mesmo tempo uma explanação sobre seu entendimento a respeito da conscientização, termo tão utilizado no discurso preservacionista, afirmando: “a conscientização do valor histórico dos patrimônios espalhados nas áreas municipais é outra forma de preservação mais natural e responsável às gerações novas” (Arquivo 296, CAHAC/IPHAEP, 1982).

Em atendimento ao Decreto Federal nº 72.312 de 03/05/1973, o IPHAEP procede ao Plano de Cadastramento do Acervo Cultural do Estado da Paraíba, com aplicação autorizada em nível estadual, através da Portaria n. 07, de 17 de março de 1976, bem antes da proposta do IPHAN ser apresentada ao Encontro Nacional de Cultura, realizado em Salvador, no período de 5 a 9 de julho de 1976. O Plano foi considerado o primeiro a ser

³⁶ Advogado, cineasta e professor universitário, aposentado pela UFPB. Foi diretor/ presidente do IPHAEP, durante duas décadas e responsável pela organização jurídica do Instituto e também por sua instalação, em 1974, como órgão de preservação do patrimônio cultural paraibano, com jurisdição estadual.

feito no país atendendo ao convênio assinado entre o Brasil e a UNESCO, objetivando o Inventário dos Bens Culturais das Nações Americanas, de acordo com as determinações daquela legislação federal.

O trabalho, iniciado na Capital, passou a constituir-se como o elemento básico para futuros tombamentos a serem possivelmente realizados após o cadastramento dos monumentos e imóveis inseridos nas ruas da cidade de João Pessoa, principalmente naquelas consideradas de preservação Rigorosa e Ambiental, em sua área urbana central. Essas já haviam sido cadastradas anteriormente, através da 3ª DR do IPHAN, sediada no Recife, cujas normativas de preservação vieram ampliar a idéia de importância e também de urgência das medidas de proteção, a fim de evitar alterações e destruição sistemáticas ocorridas em notáveis edificações dos primeiros decênios do século XX, em virtude do descaso administrativo e da própria mudança de conceitos concernentes aos monumentos passíveis de preservação.

Retornando à análise do emprego do termo “conscientização”, constata-se que a partir da década de 1980, com a ampliação da concepção de patrimônio, ele passou a constar na terminologia das ações preservacionistas do IPHAEP, visto que as ações inspiradas pela metodologia de educação patrimonial intensificaram-se, valorizando-as cada vez mais como uma *ação social* por parte do órgão gestor do patrimônio na Paraíba.

Ampliaram-se, dessa forma, as perspectivas para uma conscientização cada vez maior da sociedade, para compreensão, conhecimento e valorização do acervo patrimonial existente nas cidades. Assim, empenha-se o órgão gestor em acreditar mais no papel dessa conscientização como base para as ações de preservação do patrimônio histórico e cultural. Preocupação nesse sentido encontra-se implícita em texto apresentado³⁷ pela Coordenadoria de Arquitetura e lançado em 18 de setembro de 1982, quatro meses após a publicação da Delimitação do Centro Histórico Inicial da cidade de João Pessoa como área de preservação rigorosa. Em 1983, constatando os problemas existentes na área de preservação, relacionados com as dificuldades causadas pela escassez de pessoal especializado para desempenho de tarefas específicas, o IPHAEP elabora um projeto objetivando a contratação de técnicos especializados no campo da preservação. Sugere então, à Secretaria de Educação Estadual, Cursos de Extensão a serem ministrados por

³⁷ Texto reproduzido no Anexo “K”.

professores da UFPB, com noções básicas sobre preservação, restauração de monumentos e sítios históricos. Esse treinamento deveria abranger diversas áreas do conhecimento, especializando os alunos dos cursos de Arquitetura, História, Biologia, Direito e Comunicação Social, procurando envolvê-los em intercâmbios entre Universidades e os diversos órgãos ligados à preservação do patrimônio cultural. Naquele mesmo projeto, sem prescindir da conscientização da comunidade, o IPHAEP sugere, ainda, a elaboração de um trabalho mais amplo junto às escolas estaduais, especificamente nas áreas de Estudos Sociais e Comunicação e Expressão, de acordo com a legislação em vigor, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 5.692/ 1979). Embora isto não tenha se concretizado, conseguiu-se, mesmo que embrionariamente, o reconhecimento por parte do poder público da necessidade de um relacionamento com a Educação, para promoção e divulgação de conhecimentos acerca do patrimônio histórico-cultural, ressaltando a transversalidade do seu campo de pesquisas.

Por ocasião das Comemorações do IV Centenário da Cidade de João Pessoa, em 1985, o IPHAEP elaborou um projeto envolvendo o levantamento histórico-fotográfico e gráfico sobre os sítios históricos não apenas da capital, como também de cada sítio pesquisado nos demais municípios do Estado, de representatividade no contexto da história regional. Para a divulgação desses trabalhos seriam adotadas exposições temáticas, utilizando-se o Museu de Rua³⁸ como estratégia que, além de despertar o interesse sobre o conhecimento do acervo patrimonial promovendo-o, deveria também conscientizar e sensibilizar a comunidade para a preservação de seus monumentos. Isso indica a preocupação do IPHAEP com a aplicação da metodologia de educação patrimonial já àquela época. No entanto, essa experiência não chegou a ser efetivada, uma vez que a Comissão Coordenadora do evento entendeu priorizar outras propostas relacionadas à (re) edição e, também, à publicação de várias obras sobre a História da Paraíba alusivas aos acontecimentos de 1930.

Como se pode perceber, a premissa defendida acerca da necessidade de conscientização da comunidade marca presença ao longo da trajetória de implantação das

³⁸ A respeito dos Museus de Ruas ou Museus de Memória de Bairros, Cury, (2002, p.108-109), trabalha as versões dos Museus de Ruas, instalados na cidade de São Paulo, nas décadas de 1970, 1980 e 1990, a partir da perspectiva de sua intervenção direta na vida das pessoas que se locomoviam livremente pela cidade, analisando-os como forma de apropriação dos espaços públicos, como depositários de memórias e identidades e também como política cultural de intervenção nesses espaços, da cidade e de bairros.

políticas públicas de preservação do patrimônio cultural, quer através do IPHAN, quer no interior das ações de órgãos estaduais, como o IPHAEP, em cujas diretrizes e ações encontram-se claramente expressas as continuidades e permanências da *filosofia de ação* do órgão federal.

É importante, ainda, destacar o pronunciamento de Aloísio Magalhães, proferido por ocasião da abertura do Seminário de Preservação e Valorização do Patrimônio Cultural e Natural da Cidade de Cachoeira, Bahia,³⁹ que incita à reflexão. Aconselhava o então Diretor do SPHAN a “ouvir os desejos, os anseios, as inquietações da comunidade, conversar de portas abertas, pois são os moradores locais os maiores guardiões dos bens culturais, pois eles estão ligados pela tradição, pelo laço de família, pela vida, pois são eles os donos dessa riqueza”. Continuando esse raciocínio, Magalhães afirma que:

[...] todos os esforços, todos os recursos financeiros, todas as metodologias que se possam fazer através da ação federal, da ação estadual da ação municipal, têm sentido de apoio tecnológico, mas se todo este trabalho não tiver a aprovação e a nítida consciência da comunidade, se a comunidade não determinar esta política, tudo será em vão (MAGALHÃES, 1982, p.13).

Em forma de apelo às novas gerações, assim se expressa:

[...] se cada Estado não analisar se as novas gerações, se os nossos estudantes da Universidade, os rapazes e as moças que serão responsáveis mais e mais serão responsáveis pelo destino da Nação, não tiverem lugar para estudar as verdades, os pontos de referência, os componentes básicos do que têm sido dentro da história da Nação Brasileira; se esses jovens não tiverem à disposição deles, e essa é a nossa obrigação: a capacidade de devolvermos a esse pessoal o contato com essa realidade guardada, escondida, não tem sentido que esses documentos, os bens; fiquem apenas porque foram belos, foram úteis ao passado. É preciso que estejam à disposição do pessoal moço, que precisa entender esses componentes, para poder entender o que deve fazer deste País (MAGALHÃES, 1982, p.14).

Percebe-se que o despertar da preocupação com o caráter didático da preservação, assumido a partir da última década do Século XX, faz com que as políticas estaduais assumam o desafio de desenvolver um diálogo aberto com a comunidade para promover e difundir o patrimônio local, por meio da aplicação da metodologia de educação patrimonial. Engajado nessas intenções, o IPHAEP elabora um Projeto capaz de despertar o “incentivo e a consciência da comunidade paraibana, como co-gestora do processo de

³⁹ Publicado no Boletim do SPHAN n.º 17 (1982, p. 13-16).

desenvolvimento sustentável, em defesa da preservação do patrimônio cultural paraibano”, conforme será abordado no capítulo subsequente.

2.3 Recuperação da história e das memórias do processo de elaboração das duas edições da *CARTILHA DO PATRIMÔNIO*

Para situar historicamente esse processo e recuperá-lo, além do retorno aos arquivos do IPHAEP, buscou-se também, naquela instituição, além de fontes documentais escritas, a presença de pessoas portadoras de testemunhos orais ou “documentos vivos”, que serviram como fontes dos fatos acontecidos, com ênfase na história do tempo recente/presente. Nesse estágio da pesquisa foi decisivo o apoio da metodologia da história oral, que garantiu a recuperação da historicidade e das memórias que permeiam o processo de elaboração das duas edições da “Cartilha do Patrimônio: *Centro Histórico de João Pessoa*”.

Considerando as dificuldades enfrentadas⁴⁰ a cada edição da “Cartilha do Patrimônio: *Centro Histórico de João Pessoa*”, esta pesquisa procurou recuperar o processo de sua elaboração/produção, atentando sempre para entender o texto em seu contexto com um olhar crítico, para tentar perceber interesses implícitos em seus critérios de elaboração, já que nenhum documento é neutro e todos carregam consigo a opinião de quem os produziu. A pesquisa não teve como pretensão coletar dados para aferir quantitativamente o alcance e eficácia da cartilha. No âmbito das políticas públicas de preservação, operou-se cruzamento das informações obtidas por meio da leitura e análise da documentação escrita com as memórias coletadas através da metodologia da história oral.

⁴⁰ Para tiragem da primeira edição da “Cartilha do Patrimônio”, em 2002, havia uma estimativa de 500 exemplares em cópias xerográficas, só completadas em várias etapas. A segunda edição, em 2003, foi de apenas 2.000 exemplares feitos pela Reprografia da SEC/PB, insuficientes a eficiência integral da aplicação, adaptação, adequação e manuseio segundo a proposta do projeto.

Fizeram-se entrevistas semi-estruturadas e temáticas⁴¹ para recuperar, ainda que parcialmente, a história e as memórias do processo de produção / elaboração dessas cartilhas, obtendo-se de novos dados para subsidiar respostas às questões que permeiam a temática da educação patrimonial.

A seleção dos entrevistados gerou a elaboração de diferentes roteiros⁴² para as entrevistas, voltadas para dois grupos diferenciados de depoentes: um grupo composto por pessoas atuantes à época da elaboração da Cartilha, que faziam parte do quadro técnico do IPHAEP⁴³, e outro, constituído por professores, coordenadores ou diretores de escolas que foram alvo de sua aplicação. Todos os entrevistados permitiram que suas identidades fossem reveladas, por isso seus nomes não foram ocultados ao longo do texto⁴⁴, como o leitor pode observar no quadro III, que se segue na próxima página.

⁴¹ Esse tipo de entrevista permite que os relatos se atenham à temática central e que os detalhes da vivência do entrevistado sejam considerados à medida que se vinculam ao assunto em estudo. Todas as entrevistas foram gravadas em CD-R contendo os arquivos sonoros para acesso direto, escuta para consulta, e os textos transcritos das entrevistas realizadas no contexto desta pesquisa, encontram-se sob a guarda do pesquisador/entrevistador.

⁴² O texto de apresentação dos roteiros das entrevistas, aos depoentes, consta dos Anexos na letra “M”.

⁴³ A princípio, quando da escolha dos entrevistados pensou-se em convidar a Profa. Maria das Neves Padilha do Prado Freire, integrante do grupo inicial, como participante do processo de elaboração do texto original da cartilha, mas por questões de saúde debilitada, ela foi dispensada desse depoimento, considerando-se também, que o mesmo, pouco teria a acrescentar a esta pesquisa.

⁴⁴ Isto se refere ao termo de cessão de uso desses depoimentos, como fontes, convenientemente assinados pelos depoentes e esses documentos estão disponibilizados no anexo “N” desta pesquisa.

QUADRO III - DISTRIBUIÇÃO DOS ROTEIROS DAS ENTREVISTAS

ROTEIRO I	DEPOENTES/DATAS DAS ENTREVISTAS
<p>Pessoas do quadro do IPHAEP</p> <p>. Participação no processo de elaboração/produção das cartilhas ou em atividade correlata.</p> <p>1. Você chegou a participar do processo de elaboração das cartilhas? Ou mesmo em atividades correlatas? Poderia descrever sua participação nesse processo?</p> <p>2. Você poderia descrevê-lo (as) ?</p> <p>3. Você sabe informar a respeito da utilidade desse material? Ele chegou a ser substituído?</p>	<p>EDVALDO LIRA - Técnico do IPHAEP, pesquisador. Atuante no Setor de Pesquisas, subordinado à Coordenadoria de Assuntos Históricos, Artísticos e Culturais. Dia 22 de novembro de 2006.</p>
	<p>MARIA PIEDADE FARIAS - Restauradora de Bens Imóveis, Móveis e Integrados. Atua como Instrutora, junto à Oficina -Escola de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa. Dia 28 de novembro de 2006.</p>
	<p>JUSSARA BIOCA - Coordenadora do Setor de Arquitetura e Ecologia do IPHAEP. Atuante como Profa. no Curso de Arquitetura e Urbanismo do UNIPÊ e Conselheira do CONPEC/IPHAEP. Dia 24 de novembro de 2006.</p>
	<p>CARLOS AZEVEDO - Diretor de Sítios Históricos e Ecológicos do IPHAEP, ainda atuante no órgão e membro integrante do GEPANH. Dia 29 de novembro de 2006.</p>
	<p>THAMARA DUARTE - Assessora de Comunicação, à disposição do IPHAEP. Dia 30 de novembro de 2006.</p>
ROTEIRO II	DEPOENTES/DATAS DAS ENTREVISTAS
<p>Professores, coordenadores ou diretores de escolas que foram alvo da Cartilha.</p> <p>.Utilização da Cartilha como suporte educativo</p> <p>1. Mostrando a Cartilha ao professor, perguntar: Você se lembra desse material? Ele chegou a trabalhar com ele? Se sim. Por quê? Se não. Por quê?</p> <p>2. Você sabe informar a respeito da utilidade desse material? Ele chegou a ser substituído?</p> <p>3. Quais as dificuldades e entraves para sua aplicação como suporte educativo?</p>	<p>EDVALDO LIRA - Professor de História no Colégio GEO- Ensino Fundamental e Médio, em João Pessoa, ainda atuante nessa área, da rede particular de Ensino como professor de História. Dia 22 de novembro de 2006.</p>
	<p>MARISE RITONDALE - Professora Polivalente do Colégio Primeiro Mundo, em João Pessoa, com décadas de atuação, na mesma escola. Dia 21 de novembro de 2006.</p>
	<p>PAULO EUGÊNIO - Professor e ex-Supervisor da Escola de Ensino Fundamental – Padre João Félix, pertencente à rede estadual de ensino, em João Pessoa. Atuante no Ensino Supletivo, no setor de alunos em tráfego. Dia 12 de dezembro de 2006.</p>

Foi muito gratificante participar de todas as etapas desse processo de entrevistas, desde a seleção, a partir da escolha e do contato com os entrevistados e da participação na relação entrevistado-pesquisador/entrevistador. No desempenho das funções de copidesque, enquanto trabalhava sobre o texto transcrito, sempre houve a preocupação da fidelidade, da ética e da inteligibilidade das entrevistas. Como essas tarefas foram executadas sem nenhum treinamento, as falhas são reconhecidas com responsabilidade pelo pesquisador/entrevistador.

Observou-se na reprodução dos depoimentos, repercussão e entraves, assim como procurou-se estabelecer comparações entre as fontes escritas oficiais, tentando elucidar as questões do objeto de estudo e pensar o passado sob um olhar atualizado, sustentado em experiências do presente, expressando a própria dinâmica do objeto da pesquisa. A interação a partir do diálogo entre o pesquisador e os entrevistados no processamento dessa fonte de memória foi conteúdo fundamental para a riqueza e singularidade dos depoimentos.

As entrevistas são consideradas “o cerne do trabalho com a história oral, onde a investigação e a prática científicas se aliam e produzem resultados” (Alberti, 2004, p.79) e caracterizam-se como um tipo de experiência basicamente apoiada na Memória. A história oral, metodologicamente, tem uma natureza específica e a sua utilização como uma forma de recuperação do passado é fundamental para a relevância da investigação que se pretende. A memória, pela própria seletividade que lhe é peculiar, na prática, demonstra que os depoentes, consciente ou inconscientemente, são desviados dos assuntos pertinentes à pesquisa, ora para aprofundá-los, ora para “silenciar” determinados aspectos do diálogo ou da discussão. O que caracteriza a história oral é justamente o fato de o depoente reconstruir o passado à sua maneira e em função do seu presente, relatando sua percepção do que viveu. Esse processo de resgate possibilita repensar e reconstruir o passado sob um olhar atualizado, sustentado em experiências do presente, expressando a dinâmica de construção do próprio sujeito individual ou coletivo.

Vale salientar, também, que a história oral não se limita à possibilidade de apenas comparar ou desmentir idéias e acontecimentos estabelecidos. Trata-se, sobretudo, do registro de como uma pessoa analisa sua experiência, o que seleciona e como ordena as ênfases, as pausas (silêncios) e os esquecimentos. Dessa maneira, a forma de organização da narrativa dos próprios relatos obtidos nas entrevistas contém informações e pode transformar-se em outro elemento de análise.

Segundo Thompson “ser bem sucedido ao entrevistar exige habilidade – o bom entrevistador acaba por produzir uma variedade do método que lhe garanta melhores resultados e se adeque à sua personalidade”. O autor destaca ainda, como qualidades essenciais do entrevistador bem sucedido, o “interesse e respeito pelos outros, como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e acima de tudo disposição para ficar calado e escutar” (THOMPSON, 1992, p.254).

A “Cartilha do Patrimônio: *Centro Histórico de João Pessoa*”, assim denominada em seu texto original, deve sua gestação aos ideais educacionais de professoras de história graduadas pela UFPB, no final das décadas de 1960/1970. Por oportunidade de trabalho, encontravam-se envolvidas nas atividades⁴⁵ de gestão do patrimônio, no estado da Paraíba, desde a introdução das diretrizes de atuação do IPHAEP, instalado em 1974, como órgão de preservação, em sua jurisdição estadual. Inicialmente, esse grupo de professoras⁴⁶, com atuação tanto no âmbito de pesquisa, como no de arquivo e documentação, participou do processo de elaboração desta atividade de caráter intrinsecamente educativo, envolvendo além, da pesquisa histórica

⁴⁵ Com atribuições de pesquisadoras, essas professoras integravam a Divisão de Pesquisa Histórico-Cultural, setor responsável pelo assessoramento, junto à Direção do IPHAEP, em atividades nessa área. Atualmente, conforme estrutura organizacional básica do órgão, essa Divisão integra-se à Coordenadoria de Assuntos Históricos Artísticos e Culturais – CAHAC, com a denominação de Divisão de Pesquisa e Documentação.

⁴⁶ Grupo em que eu estava incluída, como responsável pela Divisão de Pesquisa Histórico-Cultural desempenhando várias funções. Essa Divisão contemplava as mesmas atribuições hoje executadas pela Divisão de Pesquisa e Documentação, diretamente vinculada à atual Coordenadoria de Assuntos Históricos, Artísticos e Culturais, na qual atuei como titular durante o período de 1985/1994 até que em fevereiro de 2005, através de processo seletivo, ingressei como aluna no Mestrado em História da UFPB.

a respeito da área considerada como sítio histórico⁴⁷ da cidade de João Pessoa, sua transformação urbana e seu processo de desenvolvimento, sempre relacionado às diretrizes de preservação da área delimitada em 1982, oficialmente denominada de Centro Histórico Inicial da Cidade de João Pessoa. Essa área é um precioso conjunto urbano do país, possuindo um acervo patrimonial de valor singular e significativo no cenário nacional, incluindo edificações isoladas, conjuntos arquitetônicos homogêneos e áreas verdes. Aquela pesquisa visava a definição de conteúdos para uma cartilha educativa sobre a preservação do patrimônio cultural que pudesse servir como instrumento de alfabetização cultural.

A metodologia do trabalho de elaboração dessa cartilha baseou-se no pressuposto de que seria, antes de tudo, instrumento de ação educativa, divulgando orientações básicas para a preservação desse Centro Histórico Inicial, delimitado como *sítio histórico* da cidade. Para isso teria de ser de fácil compreensão e de leitura agradável e bem humorada para atingir crianças e adolescentes do ensino fundamental e médio. Daí, a idéia da utilização da história em quadrinhos (HQ), unindo-se o lúdico e o educativo (ensino/aprendizagem) na mesma cartilha, prevista como instrumento de *alfabetização cultural*.

Ao tentar proceder à análise dos pormenores oferecidos pela pesquisa, a respeito das cartilhas, procurou-se identificar os indícios reveladores da particularidade que se vê, porque “mesmo distante do tempo, o historiador pode observar a permanência de formas para além do contexto em que nasceram” (GINZBURG, 1991). As fontes documentais e orais passam a ser vistas a partir de dentro, ou seja, de seus contextos de conteúdo e de produção. Foi com essa bagagem que se tentou fazer, do texto dado, uma

⁴⁷ Atualmente este “sítio histórico” recebe a denominação de “Centro Histórico Inicial” por tratar-se de um conjunto urbano formado por núcleos que se desenvolveram de forma paralela, desde o início da colonização – Séc. XVI, e com funções diferenciadas: a cidade Baixa (Varadouro) – núcleo econômico – em torno do Porto do Capim (Rio Sanhauá); a cidade Alta – destacada como núcleo residencial e administrativo, em torno dos monumentos religiosos que determinam os contornos das quadras do traçado urbano e a disposição dessas edificações religiosas sob o formato de uma cruz latina. Esses dois núcleos, baixo e alto permanecem unidos desde suas origens pelos acessos da Ladeira da Borborema e da Ladeira de São Francisco e pela Rua da Areia. A consolidação desta área efetua-se no séc. XIX com a ocupação da porção sul da cidade e, mais tarde pela própria expansão da malha urbana, em duas direções: a primeira em direção à cidade do Recife, que resultou na abertura da Rua das Trincheiras e em direção a Cabedelo – com abertura das principais avenidas do Bairro de Tambiá - Monsenhor Walfredo Leal e Odon Bezerra. Nas primeiras décadas do Séc. XX- com os melhoramentos urbanísticos introduzidos na cidade- guiaram sua expansão, em direção ao litoral através da abertura de várias artérias de escoamento, nesta direção leste, entre 1910 e 1970. Esta área tombada oficialmente apresenta hoje a configuração gráfica (MAPA), indicada nos Anexos deste trabalho, sob a letra “N”.

leitura intertextual, seguindo as seguintes fases: leitura, apropriação e ressignificação a partir de outro texto, ou seja, ir de um texto a outro, remeter uma imagem à outra, associar significantes diferentes para poder aludir a outro que se encontra oculto, portador de um novo significado.

O projeto original da cartilha⁴⁸ apresentava-se sob a forma de texto em papel ofício duplo com o timbre do Estado da Paraíba no cabeçalho, indicativo de documento oficial que, após sofrer revisões e adaptações textuais, ganharia o formato de cartilha propriamente dita. Sua 1ª edição, em 2002, recebeu ilustrações no estilo histórias em quadrinhos (HQ), de autoria da restauradora Piedade Farias. Em formato singular, o texto foi redigido de forma manuscrita, na década de 1980, logo após a conclusão dos trabalhos de delimitação do Centro Histórico Inicial de João Pessoa, área de preservação rigorosa.

A equipe responsável por sua elaboração preocupou-se com que o conteúdo trouxesse informação sobre temas da História da Paraíba, conhecimentos necessários aos alunos para a compreensão da evolução social, econômica, cultural, política e administrativa da antiga cidade de Filipéia de N. S. das Neves, nas suas várias etapas, para um perfeito entendimento do e delimitação deste “sítio histórico” que favorecesse a identificação de seu patrimônio histórico, cultural e arquitetônico. Optou-se por uma linguagem simples, clara e concisa, sob a forma de diálogos envolvendo personagens identificados por relações bem próximas, como os laços existentes entre professor e alunos, avô e netos. Nesses diálogos vão se acrescentando informações históricas, destacando os fatos mais relevantes da época, com base num esboço de roteiro a ser seguido para cada página, na condução desses diálogos.

Esse *projeto* permaneceu arquivado por muitos anos à espera de “recursos” para sua publicação sob a forma de cartilha educativa, indicando-se assim seu papel de instrumento de iniciação à compreensão ou a “conscientização do valor da preservação do nosso passado representado pelo acervo histórico, artístico e cultural contido no

⁴⁸ A versão disponível para consulta e utilizada nessa pesquisa é uma cópia do texto original datilografado. E tudo indica ter sido xerocopiada bem antes de ter sido usada, por ocasião do processo de revisão, pois contém várias adaptações pelas quais passou, antes mesmo de receber o formato de cartilha, em 2002.

Centro Histórico da Cidade de João Pessoa”, conforme texto introdutório do documento, provavelmente concluído em 1994.

A partir do projeto original da cartilha, duas versões foram elaboradas com o objetivo de “conscientizar” a população/sociedade local sobre a importância e o valor da preservação do seu patrimônio cultural. Finalmente, esse texto emerge após um longo período de “hibernação”, para despertar um sonho compartilhado e, há muitos anos adormecido, que conseguiu unir o IPHAEP num objetivo único: a determinação de retomar a cartilha como ação prioritária de preservação, partindo-se para elaborar sua primeira tarefa – a ilustração.

Na produção da primeira versão da cartilha o trabalho se destaca pela simplicidade do traço artístico, puramente artesanal, responsável pela ilustração e dinâmica do texto original, qualificada em diversos relatos das entrevistas como “totalmente artesanal como uma verdadeira mágica”. Como se pode observar nas reproduções que se seguem:

CARTILHA: 1ª VERSÃO, CAPA E CONTRACAPA



(Dimensões: 16,5cm. X 22,00cm)

Isso pôde ocorrer graças à presença de Piedade Farias na equipe do órgão e sua coragem em dar materialidade à cartilha tão sonhada. E, a partir daí, tudo se tornou

realidade. O que era encantamento criou forma material, e o que era mais importante, com toda fidelidade possível ao texto original. A narrativa de Piedade⁴⁹ indica muito bem essas intenções:

“Pois é... A princípio já estava tudo pronto e tão bem elaborado... O avô que faz a ligação do passado com o presente! [...] Aquele escritor da Folha de São Paulo, Ruben Fonseca, ele diz que ‘a gente é o que a gente vê’... Então, o avô empresta esses olhos pro neto... Isso já tava no teu texto! A coisa de se encantar com a cidade. De perceber a cidade, de ver, de conhecer! [...] Quando a criança pensava que ia fazer um passeio que não seria agradável, ele tornou-se um passeio imensamente agradável!”

O texto, mesmo carregado de informações, necessitava de uma linguagem própria para crianças e bem acessível. Essa linguagem foi trabalhada para ser atingida através de adaptações ao texto original e enriquecida pelas ilustrações feitas à mão, criadas por Piedade Farias, com sensibilidade ao desenhá-las à mão livre, encaixando o conteúdo do texto na montagem da história em quadrinhos, com o encantamento visual que lhe proporcionou. Tal linguagem deveria atingir o universo do educando do ensino fundamental e médio, e também em relação às informações técnicas de arquitetura e às específicas sobre preservação do patrimônio como relata⁵⁰ Thamara Duarte:

...Ele foi feito todo à mão. Limitações gráficas, obviamente, por que foi, feito à mão! Apesar de ser um trabalho belíssimo. Como eu disse, foi um trabalho feito à mão. Com a sensibilidade, com a verdadeira mágica de uma artista!

Enquanto nos seus relatos Thamara Duarte destaca mais os aspectos técnicos das montagens dos quadrinhos e reconhece como mágica a forma artesanal de suas ilustrações, Jussara Bioca⁵¹ procura evidenciar a adaptação da linguagem técnica ao conteúdo textual da própria cartilha:

[...] a sugestão de imagens de fundo da história e também na transferência de alguns termos do texto que poderiam ser mais adequados, ou seja, usar um vocabulário mais técnico, em vez de altura dos edifícios, usar a palavra, o termo ‘gabarito’ que é um vocabulário mais coloquial para uma linguagem de arquitetura e nessa área de patrimônio, mesmo sendo uma cartilha educativa, mas as crianças já poderiam ter acesso a uma terminação que é a usual.

Desde o início, fez-se necessária uma revisão e, em seu relato, Thamara deixa isso bem colocado ao afirmar: “[...] Que na 1ª (edição), foi um aprendizado, tanto nos

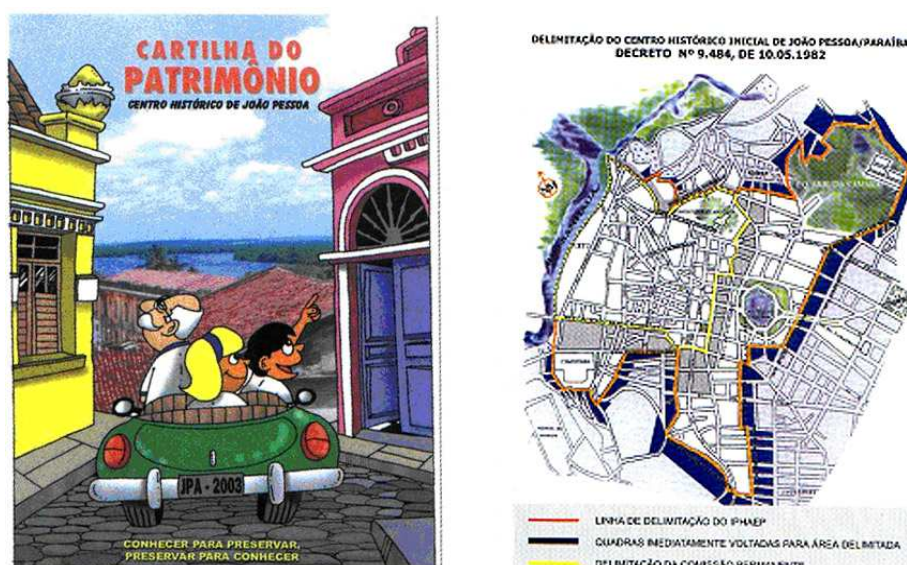
⁴⁹ Entrevista concedida em 28 de Novembro de 2006.

⁵⁰ Entrevista concedida em 30 de novembro de 2006.

erros quanto nos acertos. Até porque na 1ª (edição) foram bem maiores que na 2ª cartilha.” Por tratar-se de uma primeira experiência, várias correções e adaptações, haveriam de ser realizadas com a finalidade de se obter acertos e melhoramentos.

A segunda versão, publicada em 2003, embora melhorada na sua forma gráfica – a “fotomontagem” – unindo a técnica da história em quadrinhos à fotografia, manteve em parte o texto original, destacando-se pelo visual multicolorido da capa e contracapa em papel *couchê*. Como suporte de Educação Patrimonial a cartilha ganharia, além de nova adaptação do texto, a inclusão de um glossário, inserido como “orelha” na contracapa de forma mais abrangente, com termos técnicos utilizados na prática da preservação do patrimônio cultural, presentes em seu conteúdo textual e, ostentando a logomarca do governo da Paraíba no seu anverso e, ao final do texto, a cartilha foi acrescida com a anexação de atividades de ensino/aprendizagem, pensadas como estratégias de motivação de leitura e apreensão de conceitos. As ilustrações do Mapa do Centro Histórico, na contracapa e na capa, além da representação dos personagens da cartilha em visita ao Centro Histórico, ganharam destaque. Como se pode observar, a seguir:

CARTILHA – 2ª VERSÃO, CAPA E CONTRACAPA



(Dimensões: 15,5cm. X 21,50cm.)

⁵¹ Entrevista concedida em 24 de novembro de 2006.

Lembra Jussara Bioca, a esse respeito que

[...] a inserção da imagem do Mapa com a delimitação mostra os limites do Centro Histórico e na época, foi colocada para que, as pessoas que tivessem acesso ao documento, entendessem também que essa área era protegida, o conteúdo do patrimônio envolvido nessa área estava bem ilustrado e bem retratado no texto e nas imagens, mas a superfície da cidade a ser protegida, era bem visível e marcante nesses dois mapas que constam na 1ª e na 2ª (edições).

Ambas as edições usaram o *slogan*: “*Conhecer para preservar, preservar para conhecer*”, herdado do projeto original durante muitos anos arquivado, sob a forma de texto ressaltando em seu conteúdo a necessidade do despertar de uma “consciência” preservacionista a respeito da salvaguarda do acervo patrimonial, no âmbito local e regional por parte da sociedade, como pressupostos defendidos pelas diretrizes da política de preservação nacional, para obtenção de uma gestão integrada do patrimônio sustentável. Essa questão da preservação, segundo relato de Piedade Farias, sempre estava presente nas discussões, não apenas do IPHAEP, mas também, em outras instituições afins:

Essa questão de “Conhecer para preservar, preservar para conhecer” a gente sempre achava que com a Educação Patrimonial e com as pessoas vivenciando o patrimônio é que se sentiria um amor, uma história que realmente o patrimônio ia fazer parte da vida das pessoas.

A partir dessas colocações apresentadas em conjunto sobre a Cartilha, faz-se necessário destacar que no processo de elaboração desse material suporte de Educação Patrimonial, configurou-se a exploração desses objetivos através do contexto da conexão da instituição estadual (IPHAEP) com o espaço didático (Escola), por meio de atividades pedagógicas de ensino/aprendizagem, envolvendo nesse processo de produção tanto as mediações entre professor e aluno como, também, outro tipo de relação, a institucional: IPHAN X IPHAEP, subentendida no enfoque dado à Delimitação do Centro Histórico X Educação Patrimonial.

A Cartilha do Patrimônio, em suas duas versões, foi destinada a subsidiar alunos e professores trazendo informações sobre o patrimônio histórico, artístico e cultural de João Pessoa. Mesmo dirigida aos professores e alunos da Grande João Pessoa e dedicada à preservação do Centro Histórico da cidade, sua publicação encerra um apelo aos municípios paraibanos no sentido de que elaborem suas cartilhas locais, voltadas à

Educação Patrimonial. Nos relatos de Jussara, Thamara e Carlos Azevedo⁵², ressaltam-se vários aspectos relacionados tanto à influência e a repercussão das cartilhas nos demais municípios do Estado como, também, quanto ao seu uso em acontecimentos ligados a divulgação de ações do órgão, assim enfatizados por Jussara Bioca: “Estimulando a comunidade e a seus dirigentes a produzirem um documento nos moldes desse suporte simplificado, desenhado ou brochura ou mesmo mais elaborada”, ou “Realizando palestras nos seminários, para divulgar e acompanhar essas cartilhas, incentivando a criação de agentes de preservação”, como afirma Thamara, ou ainda, como lembra Carlos Azevedo:

Há de se perguntar: Mas, uma cartilha que se fala do Centro Histórico de João Pessoa, o que tem a ver com Sousa, Cajazeiras ou em Uiraúna? Tem sim! Porque, pra mim cidade é cidade! E toda cidade tem seu patrimônio edificado, tem seu patrimônio cultural, e o que se está precisando aí é o modelo, é exatamente a motivação! Eu vejo é... O mérito inicial dessa cartilha artesanal, de ter servido como modelo no processo de interiorização do IPHAEP.

Segundo o Jornal *A União*, de 23 de julho de 2003⁵³, data do lançamento da Cartilha, “O trabalho da equipe do IPHAEP chega, na tarde de hoje, colocando em prática a frase do mestre modernista Mário de Andrade: “Defender nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização”. Na verdade, a análise feita na reportagem destacando o espírito da cartilha sintetizado na idéia “*Passado, um Presente para o Futuro!*”, deixa transparecer uma concepção tradicionalista de história, permeando e rotulando as questões do patrimônio como consagração da tradição a ser mantida e transmitida. Por outro lado, é possível identificar nos relatos das entrevistas de Carlos e Thamara críticas em torno dessa visão passadista da História e, também, da necessidade de se retomar, no futuro, o projeto de questões relacionadas à exclusão de determinados grupos nesse processo e a inclusão de outros, como forma de contemplar-se uma memória mais plural, compatível com a diversidade cultural.

A esse respeito, em seu relato, Carlos Azevedo assim se expressa:

Eu acho um valor extraordinário dessas cartilhas! Agora eu tenho que dizer o seguinte: A gente tem que pensar no futuro! E o futuro... já estamos vivendo! E pensar também no patrimônio dos excluídos porque o que você vê em todas essas cartilhas, em todas elas quase... Elas falam de um patrimônio edificado dos colonizadores portugueses. Que a gente tem que preservar as igrejas barrocas, tem tudo isso... E que não vejo tentar realmente valorizar um

⁵² Entrevista concedida em 29 de novembro de 2006, à autora da pesquisa.

⁵³ O texto completo do Jornal consta nos Anexos da dissertação, letra “O”.

mocambo, valorizar uma casa de taipa, valorizar uma tenda de umbanda, valorizar é... Alhandra, não do lado do patrimônio barroco, de algumas igrejas que sobreviveram no patrimônio imaterial indígena como o catimbó, etc. Eu falo desse patrimônio dos excluídos que está sempre excluído das cartilhas! O vovô fala dos colonizadores, mas não fala dos excluídos! Então nessa dialética: o novo e o velho; o avô e o neto – a gente tem que pensar também que continue o avô e o neto. Mas, que o avô fale também de determinados quilombos. E porque não, uma cartilha sobre a Serra do Talhado?

Quanto a Thamara, enfatiza a questão dos excluídos, mas ressalta que há uma predominância,

[...] realmente assim, ainda dentro da visão histórica que se conhecia, mais tradicional. Assim, há os portugueses que vieram tomar conta da Paraíba, outros grupos como os índios eles passaram por cima, assim... Era muita história... Realmente era muito a ótica do colonizador, em cima do colonizado. Mas hoje se ela fosse feita teria que dar mais destaque a questão dos indígenas, explicar porque alguns grupos como os potiguarres resistiram à presença dos brancos... Talvez uma cartilha, talvez, mas... menos tradicional! Não é? A idéia já era outra em 2003. No começo de 2002 pra cá! A própria visão da história, mudou, tem mudado muito! Esses grupos têm tomado muito espaço!

Em decorrência das inúmeras limitações de recursos humanos e materiais inclusive as de ordem econômica, impostas aos órgãos da administração estadual e enfrentadas por consecutivas administrações foi que, somente em 2002, alguns funcionários, professores de História e Educação Artística com atuação no IPHAEP como pesquisadores, uniram-se, para a consecução do objetivo maior dessa Cartilha: torná-la um instrumento de alfabetização cultural, a partir de sua primeira edição. Seu destaque, além da originalidade do traço artesanal em sua produção, e que apesar das limitações e restrições de toda ordem e vivenciadas ao longo do processo de elaboração das cartilhas que geraram inclusive a redução e limitação do número de exemplares editados e distribuídos, esse suporte educativo chegou a alcançar uma larga divulgação. A narrativa de Piedade evidencia isso:

E a gente... Como a gente tinha muito, a verba no IPHAEP, tão pequenininha! Assim, a gente não tinha nem sequer papel direito para fazer essas coisas. A gente não tinha nada! Em favor da gente. Mas a gente sonhou tanto que a gente fez uma coisinha tão rude. Eu considero um artesanal tão rude, essa cartilhazinha! Mas a gente conseguiu! E foi distribuída tão largamente. Eu me lembro que na Curadoria, em Campina Grande, todo mundo saiu com a cartilha debaixo do braço. Em São João do Rio do Peixe e Pombal, na Academia Pombalense de Letras, todo mundo saiu com a cartilha.... E a gente até elaborou bem depressinha! Para dar tempo pra isso tudo! Acompanhar a interiorização do IPHAEP.

Essa atuação mais constante de ações educativas por parte do IPHAEP encontra-se inserida entre os períodos administrativos de 2002 e 2004, através da realização de fóruns, encontros, seminários e conferências, quando foram profícuas as parcerias, efetivando-se assim as intenções propostas pela Carta da Paraíba, de 1998. Naquele período, destacam-se inúmeras parcerias com entidades ligadas ao Turismo, cujos resultados deram origem ao Seminário Turístico Ferroviário, objetivando o incremento do turismo cultural paraibano.

As ações educativas voltadas para a metodologia da educação patrimonial foram expandidas com a realização, em parceria com o SEBRAE, de um curso preparatório para formação de agentes municipais de preservação, para representantes indicados pelas prefeituras dos municípios do Estado. Jussara Bioca e Thamara Duarte, em suas falas consideram essas realizações como muito relevantes, pois ressaltam que a utilização da cartilha acontece não apenas para formação de professores, mas para a formação de vários tipos de agentes de preservação junto às comunidades locais, sendo de fato indicada como modelo para outros centros históricos delimitados pelo IPHAEP, nos diversos municípios do Estado.

Nessa linha, ainda, foi realizada uma série de seminários denominada “Descubra e Defenda o Patrimônio Histórico de sua Cidade”. Foram promovidos na gestão de 2002, como estratégia de interiorização das ações do IPHAEP em diversos municípios paraibanos: São João do Rio do Peixe, Pombal, Campina Grande, comungando dos mesmos objetivos daqueles realizados em Mamanguape, Rio Tinto, Areia, Pilar e Cabedelo. Nesses eventos, discutiu-se com a comunidade e políticos de cada localidade formas de valorização e revitalização dos patrimônios locais de natureza material, compreendendo os bens móveis e imóveis, como também se buscou despertar o interesse da sociedade para as questões de sua preservação, através da Educação Patrimonial com o suporte a Cartilha do Patrimônio. Os relatos de Piedade Farias e Carlos Azevedo reforçam nossos argumentos que são também (re)afirmados por Jussara Bioca, na entrevista que nos deu, quando lembra:

A cartilha foi usada para introduzir o Curso de Inventário de Bens em Cidades. Então, foi desenvolvido esse inventário para agentes municipais de preservação. Então, o curso foi preparado e a base, a introdução do curso, como proceder ao Inventário, como dar suporte aos técnicos do IPHAEP no preenchimento das fichas desse inventário.

Com relação ao contexto educacional e cultural à época do lançamento da Cartilha do Patrimônio (2003), o Governo do Estado, através da SEC, promovia o I Fórum Estadual de Educação, “com a finalidade de permitir a participação propositiva de órgãos governamentais, instituições de ensino e entidades da sociedade civil na formação, acompanhamento e avaliação da política educacional e cultural do Estado da Paraíba” (Jornal “A União” de 22 de agosto de 2003 – Cidade, p. 5). Ao reunir, com o objetivo de debater a política educacional, todos os segmentos representativos das entidades e instituições governamentais que trabalham na área da Educação, em todo o Estado, além da sociedade civil e organismos não governamentais, o governo conclamou o apoio de todos para a elaboração do projeto definitivo do Plano Estadual de Educação então apresentado, reforço necessário para atingirem-se as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação.

A “Cartilha do Patrimônio: *Centro Histórico de João Pessoa*”, assim intitulada em sua segunda versão (2003), com arte gráfica de Cristovam Tadeu, teve sua apresentação no Fórum Patrimônio Artístico e Cultural do IPHAEP, na temática “Memória Histórica e Publicações”, em 30 de julho de 2003, na Sede da Comissão do Centro Histórico.

Ao utilizar esse documento como fonte, metodologicamente, a intenção é estabelecer a conexão desse material educativo com o fazer didático, para tentar responder à questão: Como o IPHAEP chegou às escolas? Nessa conexão é identificada outra relação: entre a Delimitação Centro Histórico e a Educação Patrimonial e, percebe-se ainda, que esta subentende a relação institucional IPHAN e IPHAEP. Nesse sentido, ao trabalhar o contexto dessa conexão para produzir o texto, é possível obter, da narrativa dessa experiência de Educação Patrimonial, respostas para vários questionamentos suscitados pelo fato do material de suporte ter-se utilizado do patrimônio histórico-cultural da cidade de João Pessoa, tão bem identificado pelas políticas públicas de preservação, porém, tão pouco preservado e muito menos ainda reconhecido pela comunidade. Toma-se então consciência da ausência de ações e diretrizes sistemáticas e contínuas, que quando muito, foram tardiamente adotadas para promover esse reconhecimento e a sua conseqüente apropriação pela comunidade.

Nesse contexto buscam-se respostas para vários questionamentos levantados sobre o universo de sua aplicação, centrados em alguns pontos fulcrais: Qual a

utilização atual dessa Cartilha? Elas continuam sendo distribuídas ou existe outro material em substituição? Houve, enfim, continuidade ou descontinuidade nesse suporte operacional da Educação Patrimonial?

Para os gestores das políticas públicas de preservação, desafio é o de, através da adoção efetiva e da aplicação dessa metodologia de educação patrimonial de forma sistemática e contínua, mediada pelo espaço escolar, estabelecer parceria com a comunidade para que ela possa assumir o papel de co-gestora na preservação do patrimônio e garantir, sem dúvida, a sustentabilidade desses bens patrimoniais.

No capítulo seguinte é discutida a realização/concretização dessa experiência de aplicação da metodologia de educação patrimonial junto às escolas de João Pessoa selecionadas para o manejo das duas edições da “Cartilha do Patrimônio: *Centro Histórico de João Pessoa*”, editadas no ano de 2002 e 2003 pelo IPHAEP.

CAPÍTULO III – A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ÂMBITO DO MUNDO ESCOLAR.

3.1 - As cartilhas do IPHAEP nas escolas de João Pessoa

Na análise do processo de adoção da metodologia de educação patrimonial no Brasil e, particularmente, no gerenciamento das políticas públicas de preservação local, a cargo do IPHAEP, ressaltou-se que sua aplicabilidade constitui um grande desafio, tanto para os gestores em nível nacional, quanto para aqueles na esfera estadual/local.

Na discussão traçada no capítulo anterior, envolvendo a história e as memórias que se entrelaçam no processo de recuperação dessa experiência, viu-se que ela se distingue como uma iniciativa pioneira, mesmo considerando-se sua descontinuidade. A pesquisa indicou que não se pode deixar de reconhecer que a Educação Patrimonial configura-se como elemento fundamental a ser incorporado hoje e sempre às políticas públicas de preservação. Destaca-se não apenas como atividade paralela para as comunidades – através, como por exemplo, da aplicação de projetos para implantação de museus, arquivos ou bibliotecas locais – mas também como prática que deve atentar para a produção de um conhecimento específico, de cunho científico, capaz de impulsionar essas comunidades à criação de uma identidade coletiva ou individual, sem desconsiderar sua dimensão social, democrática, participativa. Assim, torna-se fundamental levar em consideração a idéia/princípio da gestão sustentável.

A idéia de sustentabilidade, que tem perpassado recentemente as discussões relativas à educação patrimonial, não se mantém sem um conjunto de ações políticas que estabeleçam princípios básicos a ser respeitados – “o conhecer, o conviver, o gostar para poder valorizar, respeitar e se identificar com o patrimônio”, tão bem lembrados nos relatos de alguns depoentes, nesta pesquisa, respeitando-se dessa forma a idéia de educar para a cidadania⁵⁴, como já observado na fala de Piedade Farias. Essa idéia de

⁵⁴ Educar para a Cidadania aqui será entendida, “no sentido de prover os indivíduos de instrumentos para a plena realização desta participação motivada e competente, desta simbiose entre interesses pessoais e sociais relativos ao destino de toda coletividade”, conforme defendida por Machado (2002, p. 106).

cidadania deveria, portanto, semear um conjunto de valores que se realizem respeitando-se a diversidade cultural e étnica, que devem ser acordados como o único caminho que se oferece nessas ações educativas para a sua compreensão adequada (MACHADO, 2002, p.106-108). Conforme Magaldi (1992, p.23), no exercício da cidadania cultural, a conservação do patrimônio histórico deverá pautar-se em um binômio indissociável: identidade cultural e qualidade de vida. Esta identidade cultural, que tem como elemento fundante a memória individual e coletiva, por sua vez, é elemento essencial para a construção da cidadania cultural, da qual faz parte integral o direito à memória histórica, segundo Rouanet (1992, p.83).

A partir dessas colocações, a maneira de promover a educação patrimonial seria a inclusão de conhecimentos alusivos à história local e à preservação dos bens patrimoniais de uma determinada coletividade na grade escolar, como referencial de identidade cultural. Esta orientação pôde constatar-se na experiência relatada nesta pesquisa, à respeito da preservação do *sítio histórico*, vivenciada por técnicos do IPHAEP e/ou membros das instituições escolares por meio da disciplina de História, articulada aos currículos escolares do ensino fundamental e médio, na linha da transdisciplinaridade sugerida pelo sistema educacional. Muito embora essa experiência tenha sido idealizada na vigência da antiga Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei N. 5 692/71⁵⁵, essa não pode ser totalmente desconsiderada, uma vez que continha uma proposta experimental cujo propósito era o de “alfabetizar” – despertar a “consciência preservacionista”, a “consciência histórica” com a intermediação da escola. Mesmo que a 1ª edição da cartilha só tenha “vingado” 20 anos depois de delimitado o Centro Histórico da Cidade de João Pessoa, o projeto atuou como um instrumento, como um suporte educativo para promoção e preservação daquela área e

⁵⁵ Com vigência a partir de 11 de agosto de 1971, em substituição a primeira LDB brasileira – a Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Essa nova LDB fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º Graus em articulação com o ensino superior. Por essa Lei 5.692/71, o ensino de 1º Grau com duração de 8 anos, destinado a faixa etária dos 7 aos 14 anos, correspondendo aos antigos cursos primário e o ginasial, enquanto o 2º Grau, responsável pela cultural geral e habilitação profissional obrigatória dos educandos, era ministrado a partir dos 14 anos, substituindo os cursos magistério, clássico e científico.

mesmo em diversos outros contextos locais no Estado da Paraíba. Chegou a servir como incentivo e modelo de ação preservacionista, segundo informações colhidas nesta pesquisa, por meio de relatos dos depoentes envolvidos na experiência estudada, que tomou como estratégia de ensino-aprendizagem a abordagem dos bens culturais locais em seu contexto sócio-cultural, integrando educando e educador como sujeitos nesse processo.

Convém ressaltar ainda que, mesmo considerando-se as falhas e as omissões em sua produção, essa cartilha permanece como um aprendizado útil e válido, pois se pôde demonstrar que a educação patrimonial com apoio de material didático específico é factível, desperta interesse e traz resultados, como evidencia esta pesquisa. Sua aplicação foi restrita, limitada por dificuldades de ordem administrativa, falhas técnicas e pela escassez de recursos humanos, porém isso não impede que o material produzido e a experiência metodológica continuem disponíveis para seu aproveitamento pleno.

Ao estender a política de preservação em nível comunitário, o IPHAEP buscava conduzir a sociedade à reflexão sobre as questões que envolvem a preservação dos bens culturais e, ao mesmo tempo, acionava e sensibilizava o poder público a usar a escola como agente de Educação Patrimonial. Acreditava-se que desta forma estar-se-ia estimulando o engajamento de seu público alvo, crianças e adolescentes, na árdua tarefa da preservação do patrimônio cultural, contando com os professores como mediadores nesse processo de ensino-aprendizagem.

Especificamente no caso do IPHAEP, “considerando que a preservação do patrimônio histórico-cultural deva exprimir a mensagem da experiência histórica, e para isto deva contar também com a conscientização coletiva como forte aliada”, houve a preocupação em se desenvolver, em 2003, um Programa de Educação Patrimonial⁵⁶ objetivando despertar na comunidade uma maior responsabilidade na defesa deste patrimônio” (Cf. Programa de Educação Patrimonial, IPHAEP, 2003), cujos critérios assegurariam os conhecimentos indispensáveis à identificação e valorização dos bens histórico-culturais e naturais. Isso revela, explicitamente, sua preocupação com relação

⁵⁶ Esse Projeto foi elaborado logo após a publicação da 2ª edição da Cartilha do Patrimônio, cujo plano de execução passou a ser recomendado através de documento interno sob a forma de Memorando, com o n. 0003/IPHAEP/2003, reproduzido no anexo “P” desta dissertação.

à adoção de ações de caráter educativo, à semelhança daquelas adotadas pelo IPHAN, na esfera federal, associando-as a outras medidas de difusão, sempre em colaboração com a comunidade. Visando à promoção e à proteção desse acervo patrimonial como herança às futuras gerações, prevê sua capacitação para analisar e defender o bem cultural, o monumento, apreendendo-o como documento histórico-cultural digno de preservação, abrindo conexão com a escola por meio de um suporte específico de educação patrimonial, materializado pela Cartilha do Patrimônio, como se verá a seguir.

Uma vez escolhidas as escolas⁵⁷ em que o projeto atuaria, os professores selecionados entre as disciplinas de Educação Artística e Estudos Sociais, História e Geografia, Comunicação e Expressão – já inseridos como profissionais, na 1ª Região de Ensino - CRED – atuariam como “agentes multiplicadores da preservação”⁵⁸.

Para tanto, estabeleceu-se um cronograma de visitas definindo “as prioridades por bairros”, o que ajudou os técnicos envolvidos no projeto a selecionarem algumas unidades escolares⁵⁹ dispostas no entorno do Centro Histórico da cidade. Essa opção deveu-se, principalmente, a limitações de transporte e de pessoal disponível para o desempenho das atividades da instituição, tanto as de caráter interno quanto externo.

Inicialmente, a atuação dar-se-ia com a presença de representantes do corpo técnico do IPHAEP, associada à participação em palestras, exposições ou explanações técnicas sobre temas referentes à identidade, *ação, memória histórico-cultural paraibana*. Dessa forma, essa nova experiência educacional asseguraria ao professor a oportunidade de vivenciar com o alunado uma atividade pedagógica inédita,

⁵⁷ De acordo com o *Programa de Educação Patrimonial*, as escolas foram selecionadas obedecendo-se ao critério das Regiões de Ensino. Foram contempladas escolas sediadas em João Pessoa, da 1ª Regional, caracterizada por sua amplitude e abrangência geográfica.

⁵⁸ As Regiões de Ensino, à época da elaboração desse projeto, apresentavam-se divididas em 12 regionais sediadas em vários municípios do Estado da Paraíba, a saber: 1ª Regional, em João Pessoa; 2ª Regional, em Guarabira; 3ª Regional, em Campina Grande; 4ª Regional, em Cuité; 5ª Regional, em Monteiro; 6ª Regional, em Patos; 7ª Regional, em Itaporanga; 8ª Regional, em Catolé do Rocha; 9ª Regional, em Cajazeiras; 10ª Regional, em Sousa; 11ª Regional, em Princesa Isabel e 12ª Regional, em Itabaiana.

⁵⁹ Conforme cronograma elaborado com base em mapeamento subsidiado pela 1ª Região de Ensino – CRED, as escolas escolhidas estavam inseridas na área geográfica do Varadouro, Roger, Tambiá e Centro próximas ao Centro Histórico: dessas escolas, apenas na Escola de Ensino Fundamental Padre João Félix, inserida na comunidade do Porto do Capim, chegou a ser iniciado o projeto de Educação Patrimonial, muito embora, outras escolas da 1ª Regional já tivessem sido visitadas pelos técnicos de preservação para divulgação do material a ser utilizado como recurso didático, além da Cartilha.

associando-se o conhecimento da preservação dos bens patrimoniais locais à transmissão de conhecimentos técnicos e práticos sobre a importância da história local dos diferentes municípios – mais tarde envolvidos no processo – valorizando sua diversidade cultural. O projeto, por sua vez, estava associado à produção de material informativo como a “Cartilha do Patrimônio - Centro Histórico de João Pessoa”, utilizada como suporte e estratégia dessa pioneira atividade de ensino/aprendizagem. Sua elaboração teve o propósito de conscientizar a sociedade para a valorização dos bens histórico-culturais existentes naquela área da cidade, integrante do acervo patrimonial paraibano.

Com relação ao conteúdo programático, convém lembrar que se previam, como recursos didáticos, além da Cartilha - com o slogan “Conhecer para Preservar, Preservar para Conhecer” – um áudio visual (VHS), Documentário – Paraíba, de Alex Santos, a plaquete comemorativa – IPHAEP 30 Anos (Boletim informativo das ações do Órgão) e referências bibliográficas indicativas de algumas obras fundamentais para conhecimento à respeito da História da Paraíba. Esses recursos seriam capazes de oferecer suporte aos professores e alunos no desempenho da nova experiência educativa, tanto no manejo do material didático da Cartilha como para o desenvolvimento de aplicação das atividades sugeridas pelo projeto para o desempenho da metodologia de educação patrimonial, conforme distribuídas no item 9, como sugestões de manejo do material da Cartilha, por intermédio dos professores:

- Como fonte de informação básica, capaz de despertar a criatividade pedagógica.
 - Para leitura atenta e crítica, adaptando-a ao nível da turma.
 - Para estabelecer temas que devem ser explorados.
 - Para despertar o interesse pela história local, partindo da visão, que ela sirva de suporte para a compreensão do processo histórico, e também,
 - Como subsídio para realização de novas pesquisas e discussões sobre o tema.
- (Programa de Educação Patrimonial do IPHAEP, 2003).

E para os estudantes sugere como atividades:

- Leitura atenta e crítica do texto, capaz de permitir bom desempenho na solução das questões do teste apresentado no final da Cartilha, com orientação do professor adequando-a à série cursada;
 - Realização das sugestões de atividades propostas pelos professores;
 - Realização de resumos, análises e sínteses;
 - Realização de pesquisas baseadas no conteúdo da Cartilha, mapas, glossário e bibliografia, apresentados como recursos didáticos.
- (Programa de Educação Patrimonial do IPHAEP, 2003).

No processo de recuperação da história e das memórias das duas edições da Cartilha do Patrimônio constatou-se na realização das entrevistas com os técnicos vinculados ou não ao IPHAEP, foco do capítulo anterior, que seus depoimentos suscitaram questões pertinentes ao processo de elaboração das cartilhas, consolidando o sentido de pertencimento ao grupo e à causa da preservação. Entre aqueles depoentes vinculados às instituições educacionais, em especial às escolas da rede privada de ensino, foram relatadas atividades pedagógicas suscitadas a partir do reconhecimento da utilidade da cartilha como suporte educativo, que serviram de base de dados para análise do conteúdo desse instrumento de educação patrimonial.

Analisar as relações entre os protagonistas dessa história do processo de elaboração das duas edições da “Cartilha do Patrimônio: *Centro Histórico de João Pessoa*” é buscar interpretar o sentido, o significado da experiência em educação patrimonial, reconhecendo a participação individualizada de cada um dos personagens pela relevância dada ao contexto institucional, tema e objeto dessa pesquisa, e que permite compreender o sentido de pertencimento nesse processo, de forma distinta e diferenciada, quer pela concentração dos relatos, sempre em sintonia com as diretrizes das ações de políticas públicas de preservação estadual, quer através da própria integração da equipe no processo. Muitas dessas mensagens que permeiam os relatos dos entrevistados tornam-se indispensáveis, e devem ser aqui reproduzidas, como por exemplo, as de Piedade Farias, Carlos Azevedo e Jussara Bioca:

Eu não vejo outra ação que... Não, eu quero dizer assim: Eu não vejo uma concretização de uma ação absoluta de preservação sem uma educação patrimonial, porque o patrimônio é do povo. O povo precisa conhecer por que é que aquele monumento é patrimônio dele O que é que faz aquele... Ou como é que a história dele está ligada aquele patrimônio. Como é que a história daquela pessoa se liga a daquele monumento. E gostar, gostar. Conhecer, gostar é fundamental para preservar! Quando a gente não gosta, a gente faz como hoje em dia – essas pessoas que não têm educação, nenhuma educação patrimonial - picham os monumentos - é uma ação de descaso tão grande com o seu patrimônio, difícil valorização! (FARIAS, 2006)

Para mim foi uma experiência singular! Eu acho que a Cartilha é um universo, vai possibilitar várias ações educativas.... (AZEVEDO, 2006).

Para você educar, para passar uma mensagem, fornecer uma mensagem, fornecer um conteúdo a outra pessoa. Você pode adotar vários instrumentos não é? A oratória, um bate papo, uma palestra, é um instrumento! A imagem, um vídeo, um filme educativo, não é? Uma revista em quadrinhos, uma publicação, um livro, Não é? Uma peça de teatro pode dar uma abertura, um conteúdo para essas pessoas, dessa formação em especial. No caso do patrimônio, você tem diversos... Vamos dizer assim, focos pra educar não é?

No caso você tem cartilhas para orientar o proprietário de um imóvel em um Centro Histórico. Como ele proceder, etc. Temos exemplos de cartilhas adotadas em várias cidades. Eu vou citar o exemplo da Cartilha adotada em Olinda. Não é? Que não tem o nome de Cartilha, mas tem o nome de Manual. Mas, é como fazer, como entender a importância! O conteúdo desse instrumento quer manual, quer cartilha, quer vídeo explicativo, quer programa de rádio, palestra no rádio, o instrumento pode variar, mas, a informação é sempre a mesma, não é? A informação é divulgação e, entendimento do que é esse patrimônio, da relação cultural para que deva ser preservado, esclarecer isso para a população, quer seja uma criança ou um adulto para que você alcance seu objetivo, para fazer o ouvinte ou leitor entender o valor do patrimônio e assim ele assimilar o que deve preservar. Então, instrumento cartilha, manual, vídeo, o importante é que seja ensinado. Agora, o fato de ser cartilha... Como disse a pouco, né? É como a idéia do alfabetizar. (BIOCA, 2006).

Apesar de todos os depoentes *experienciarem* essas ações educativas no IPHAEP, lamentam a não continuidade desse projeto, alimentando um desejo implícito de seu retorno como estímulo profissional, talvez para que a própria instituição posicione-se como pioneira, buscando a retomada dessa conexão com o espaço escolar, ou que busque alcançar *outro sonho*, “independentemente do discurso ideológico, negador dos sonhos e das utopias”, fortalecidos pela possível certeza de sua realização, respaldados na advertência e no consolo da premissa freiriana: “Se não posso, de um lado, estimular os sonhos impossíveis, não devo, de outro, negar a quem sonha o direito de sonhar” (FREIRE, 1996, p.163).

Ao compartilhar desse direito de sonhar, alicerçado em perspectivas promissoras para o desenvolvimento da pesquisa e do ensino de História, vislumbram-se possibilidades de inserção da Educação Patrimonial dentro da escola como política pública de ensino, considerando sua importância na formação da cidadania, através da complementaridade entre as disciplinas programáticas nos currículos escolares do ensino fundamental e médio, além da sua inclusão em atividades extracurriculares e extraclases.

Nesse sentido, pretende-se que ela possa responder à enfática reivindicação de valorização não apenas do bem material, patrimônio histórico-cultural construído ou edificado, mas que volte sua atenção para o intangível, para o bem imaterial. Assim, espera-se que, com a opção pela inclusão de elementos representativos plurais da diversidade cultural nas políticas públicas de preservação, seja possível atingir diversos segmentos da sociedade local nesse processo educacional.

Percebe-se nesses relatos a viabilidade de um trabalho mais integrado e interativo entre o IPHAEP e a(s) comunidade(s), contribuindo para a adoção de uma pedagogia de ensino, “centrado no Patrimônio Cultural, como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (HORTA, 1999, p.6), capaz de possibilitar ações contínuas e sistemáticas de valorização e apropriação desse acervo patrimonial pela(s) comunidade(s), sempre com a mediação da escola e não apenas em metodologias esporádicas de educação patrimonial isoladas do espaço didático e o institucional.

Nessa perspectiva, entende-se que o Programa de Educação Patrimonial parcialmente aplicado pelo IPHAEP, em 2003, teve seu objetivo específico centrado nas sugestões apresentadas para o Manejo da Cartilha como suporte de Educação Patrimonial, por intermédio dos professores. É possível, ainda, encontrá-lo implícito nas sugestões de atividades apresentadas para desempenho dos alunos, no processo ensino/aprendizagem. Isto, de certa forma, foi vivenciado em sala de aula, e pode ser apreendido nos relatos da prof^a Marise Ritondale,⁶⁰ que lembra:

[...] E a Diretora chegou para mim com essa cartilha. Aí eu disse: Meu Deus, nada acontece por acaso! Essa cartilha veio no momento certo! E as crianças gostam de novidade! Então, e a partir daí eu vi que era o material que necessitava naquele momento! Então surgiu a idéia de a gente fazer uma aula-passeio, para vivenciar o que tinha visto na cartilha. Partimos da escola para conhecer todo o litoral e depois fazer um reconhecimento de todo o Centro da Cidade. E as crianças tinham dificuldade de saber o que era o Centro Histórico. O que era que havia nele. Por que havia esse Centro Histórico. Não só o Centro Histórico, mas a cidade como um todo!

Já o prof. Edvaldo, ao referir-se a importância/relevância do uso da cartilha para divulgar o patrimônio, assim se expressa:

A princípio essa cartilha, ela foi mostrada em sala de aula, tá? Foi discutida em sala de aula e depois foi manuseada, é... Uma aula de campo, justamente para conhecer os próprios locais históricos dos quais a cartilha falava e isso foi feito com turma da 8ª série, hoje o nono ano é.... Do ensino fundamental.⁶¹ Foi feito com um sucesso tão grande! Que ao final da aula de campo, é... Como eu tinha poucas cartilhas porque o fundamental era para a escola privada, não pude levar mais cartilhas. Mas houve uma solicitação muito grande! E no que diz respeito à cartilha, ela foi de fundamental importância

⁶⁰ Entrevista concedida à autora da pesquisa em 21 de novembro de 2006.

⁶¹ A partir da alteração dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei 9.394, de 20/12/1996 de acordo com a Lei n. 11. 274/2006, ambas reproduzidas nos Anexos “R” e “S” desta dissertação, foi determinada a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração. O acréscimo de um ano está sendo feito no início do ensino fundamental, cabendo aos sistemas educacionais efetivar essa ampliação até o ano de 2010.

para os alunos da 8.a série, eles tiveram uma idéia (eu não digo nem mínima, mas uma idéia já bem interessante, bem mais aprofundada do que é patrimônio histórico e do que é patrimônio histórico, principalmente de sua cidade, João Pessoa). Eles passaram a respeitar mais, e... os imóveis, as igrejas e tudo mais graças à cartilha.

Com relação às demais sugestões de atividades e/ou estratégias para uma metodologia específica para a educação patrimonial o programa propunha explorar atividades não apenas na área de ensino de história, mas também, em relação às disciplinas incluídas no denominado Núcleo Comum, instituído pela Lei 5.692/79, a saber: Português, Educação Artística, História e Estudos Sociais, que poderiam ser exploradas a partir dos conhecimentos técnicos de preservação/patrimônio, compactados sob a forma de glossário nas cartilhas dessas disciplinas. A narrativa do Prof. Edvaldo evidencia a maneira como este material foi trabalhado e explorado por disciplinas afins, considerando-se que a cartilha podia ser trabalhada na sala de aula dentro do contexto da transdisciplinaridade:

Tranquilamente, essa é... É tanto que o professor de Geografia chamado também Marcos Larena, ele fez um comentário em cima disso. É... Tanto né? Que nessa parte que você abriu aí e, deu até sorte, isso aí que mostra o rio Sanhauá – é no momento em que ele trabalha junto comigo, quando a gente dá... Faz aula de campo – essa interdisciplinaridade – História e Geografia. Além do que, abre-se também a perspectiva para a disciplina de Biologia, ao se trabalhar o mangue, a questão do caranguejo – que está em extinção, essa coisa toda...

No âmbito da educação patrimonial preocupada em colocar em contato indivíduos e grupos sociais com os instrumentos e a leitura crítica dos bens culturais e seus significados, segundo as diretrizes desenvolvidas pelo IPHAEP, os pontos básicos para obtenção de um processo contínuo são aqueles capazes de promover:

- Envolvimento da comunidade, numa participação responsável, criando uma parceria consciente e estimuladora da noção de cidadania;
- Capacidade dos agentes e sociedade para abrir diálogos com o Poder Público, no sentido de apontar perspectivas para a inclusão da Educação Patrimonial, como temática característica da *transdisciplinaridade*, nos currículos escolares do ensino fundamental e médio, como instrumento prioritário de *alfabetização cultural*;
- Desenvolvimento de uma política pública de interpretação do nosso acervo histórico-cultural, capaz de gerenciar e promover o patrimônio cultural

paraibano como recurso educacional e turístico e de garantir sua sustentabilidade.

Ressaltou-se anteriormente que o IPHAEP, limitado pela dificuldade de recursos financeiros e materiais para a uma tiragem de exemplares da cartilha, foi obrigado a selecionar, na área de abrangência da 1ª Regional de Ensino - João Pessoa, apenas as escolas públicas inseridas no próprio Centro Histórico, ou muito próximas. Tais escolas seriam os pólos para o desenvolvimento do Projeto, já que seus estudantes vivem e respiram aquela área da cidade sem ter, sequer, noção ou conhecimento do seu processo histórico desde o início da colonização. As demais escolas seriam contempladas a seguir, partindo-se daquelas situadas no Varadouro, no Roger, em Tambiá e no Centro do Município de João Pessoa. Por solicitação de algumas escolas particulares – como o Colégio GEO e o Mundo Infantil – mediante apresentação de expedientes ao IPHAEP, os técnicos apresentaram também a Cartilha do Patrimônio (2003) ao seu corpo docente e discente.

Nesses espaços escolares privados, destacam-se nos relatos da Profª Marise e do Profº Edvaldo, alusões quanto às dificuldades enfrentadas da aplicação desse material. Ambos foram unânimes em afirmar que a maior dificuldade foi a pequena quantidade de exemplares para trabalhar em sala de aula. Nesse aspecto, Edvaldo lembra:

[...] a pouca verba para confecção de mais cartilhas para a gente trabalhar, isso aí e também uma liberdade (vamos dizer assim..) maior dos técnicos do IPHAEP, para que a gente pudesse é.. Fazer esse trabalho diretamente com reuniões e seminários e palestras.

Já a Profª Marise recorda que houve certa dificuldade:

Essa cartilha, só foi assim, acrescentar mais entendeu? De uma forma lúdica e prazerosa. [...] Apenas, eu só tive uma dificuldade, porque eu só tinha um exemplar! E todas as crianças ficaram assim encantadas com esse material. Então, eu tive certa dificuldade em poder distribuir todo esse material, Mas, em contato com a direção da escola eu consegui depois alguns exemplares para distribuir com toda a classe!

Porém, mais adiante, a Profª Marise chega a afirmar que o número reduzido de exemplares do material não foi empecilho à sua utilização:

Não, não. Porque quando a gente quer, a gente realmente consegue. Oh! Eu parti de uma, tive todo o trabalho! Mostrei as crianças. Levei-as para aula-passeio né? Não quer dizer que uma não pudesse ser usada por todos! Porque

inclusive, todos os alunos leram, fizeram rodízio. Mas elas queriam ter o dela. Não é? Então eu acho que não é empecilho, não!

A experiência educacional proposta pela Cartilha visava destacar o passado como objeto de estudo da história, permitindo ao aluno uma aproximação com seu objeto de estudo – o Centro Histórico – o que lhe proporcionaria utilizar seus conhecimentos, suas vivências cotidianas, marcadas por seus interesses, sentimentos e preocupações, no meio ou grupo em que vive. Mesmo perpassando a idéia tradicionalista da História, em seu conteúdo, Thamara Duarte, considera que:

Isso não invalida a cartilha! De certa maneira a cartilha bem ou mal, a cartilha tem a vontade de despertar no aluno para que ele conheça a sua cidade! Então, a partir daí o professor pode usar exatamente isso! Para que o aluno passe por um imóvel e diga: Ah! Aquele imóvel tem um por que! Aquele imóvel foi preservado porque ele conta uma parte da minha história. Aquele bem é importante para a história dos meus antepassados, para a minha história futura! Porque eu acho que ninguém vive, (não é você viver do passado de uma maneira estática) Mas, ninguém vive o futuro se não olhar o passado! Paulinho da Viola tem uma frase que eu acho... “Eu não vivo do passado, o passado é que vive em mim”. Então, a gente não pode fugir disso!

Ao proporcionar ao aluno uma familiarização com as realidades passada e presente, desenvolver seu raciocínio sobre situações concretas, refletir sobre a área do Centro Histórico Inicial de João Pessoa, levá-lo a perceber melhor sua própria realidade ao confrontá-la com realidades estranhas de outros tempos, a cartilha permitiria a assimilação dos sentidos e significados desse patrimônio. A construção dos sentidos de um lugar, como no caso do Centro Histórico, e a percepção de seus significados transmitidos pelas Cartilhas podem ser identificados nos relatos dos professores entrevistados, ao lembrarem a importância da valorização do meio ambiente da escola, assim relatado pelo Prof. Paulo Eugênio:

[...] vocês deviam trabalhar com a realidade da escola [...] Vocês não podem falar de vamos, dizer assim, de uva para uma área que os meninos vivem. Vocês têm que partir de uma palavra, por exemplo, lama ou caranguejo, que é o que eles vivem aqui!

A metodologia desse projeto de Educação Patrimonial estruturou-se em torno do objeto portador de sentidos para a cultura de uma comunidade, dos saberes que contribuem para a construção do conhecimento desse objeto, das temporalidades em que esse objeto e suas relações podem ser abordados e, finalmente, do território onde a pesquisa se efetiva: O Centro Histórico da Cidade de João Pessoa.

3.2. Relações entre a metodologia da educação patrimonial a o ensino de História

Analisar o conteúdo da publicação desse material, produzido como instrumento de *alfabetização cultural* a ser utilizado na escola, significa adotar os pressupostos das políticas públicas de preservação estabelecidas para aquela área, como elemento determinante e decisivo do seu processo de construção pelo IPHAEP, cujo discurso, revelador dos conflitos e tensões do poder sobre aquela área de preservação rigorosa, direciona a criação desse suporte educativo.

A leitura e a análise das edições de 2002 e de 2003 da cartilha, objetos desta pesquisa, permitem ao público beneficiado, formado por professores e alunos, conhecer o sentido e o significado do patrimônio como representação simbólica dos valores identitários da memória coletiva paraibana.

O conjunto dos bens patrimoniais destacados na cartilha insere-se num complexo sistema de relações sociais, emaranhadas numa rede de significados que dá sentido às evidências culturais, informando o modo de vida dos indivíduos no passado e no presente, numa dinâmica constante de permanências e continuidades, transformações e reutilizações, como revela a fala de Marise Ritondale:

E percebemos também que nessa cartilha ela não mostra só é... o Centro Histórico. Ela fala de todo um... próprio início da cartilha tem Passado um Presente para o Futuro – nós precisamos conhecer um pouco do passado para a gente entender o que está acontecendo no presente e a gente se projetar para o futuro. Então esta cartilha, vem exatamente mostrar estes três tempos: o passado, o presente e o futuro. E as crianças podem perceber como é importante conhecer não só o presente, de onde ela mora, mas o passado e ter uma idéia do que poderá acontecer com o futuro se o aluno, o indivíduo, o cidadão não interferir de uma forma correta.

É por meio desse processo de descoberta da realidade histórica e sócio-cultural de um determinado espaço social, através da observação e análise direta do objeto estudado aplicar-se-ia a metodologia da educação patrimonial, apropriada para facilitar a percepção e a compreensão dos fatos e fenômenos culturais.

A metodologia da educação patrimonial é explicitada em quatro etapas: a observação, o registro, a exploração e a apropriação. O pressuposto teórico-metodológico é o de que o objeto do conhecimento não pode ser imposto, ele tem que surgir a partir de uma sensibilização. “A educação patrimonial, enquanto ‘alfabetização cultural’, postula o aprender a ver, a educação do olhar sobre um objeto, um documento, um espaço” (HORTA, GRÜNBERG, MONTEIRO, 1999, p.11/13).

Essa capacidade de desvelar o contexto da produção do elemento cultural é que contribui para o processo de sua apropriação e valorização, imprescindíveis para a estruturação do sentimento de identidade e cidadania: “É a leitura do mundo, do universo cultural e do contexto em que foram produzidos os objetos culturais que estamos explorando, que permite identificar as permanências e transformações da dinâmica social” (HORTA, GRÜNBERG, MONTEIRO, 1999, p.14-15). Muito mais que informação é a qualidade política desta que a educação patrimonial privilegia: é a consciência crítica postulada por Freire, como um dos saberes necessários à prática educativa, citados em sua obra *Pedagogia da autonomia* (1996).

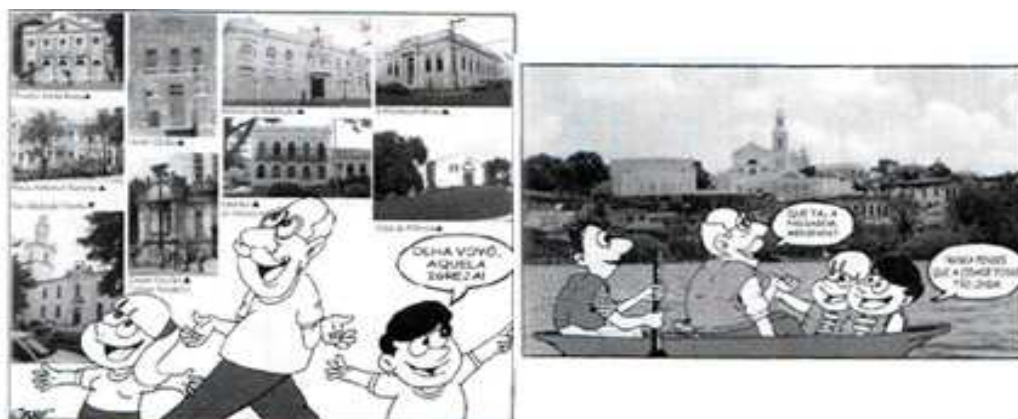
Por meio da metodologia de educação patrimonial, o sentimento de *pertença* ou *pertencimento*, estimulado pela identidade local, tem propiciado às populações a procura, a preservação e a valorização do patrimônio como identidade, cujos indícios podem ser constatados pela busca do entrosamento da comunidade com as atividades relacionadas ao patrimônio. Esse entrosamento ocorre por meio de associações de bairros inseridas na área do Centro Histórico, em atividades promovidas por organizações não governamentais, que através da Oficina-Escola de Revitalização do Centro Histórico, em convênio com a Prefeitura de João Pessoa, oferece cursos de capacitação de mão-de-obra especializada para a restauração de bens móveis e imóveis integrantes do acervo patrimonial da cidade.

A representação do patrimônio presente na cartilha do IPHAEP é simbolizada através dos desenhos manuais e da fotomontagem associados à *história em quadrinhos* (HQ), conduzindo o leitor a uma apreciação da linguagem lúdica do texto relacionada às figuras e imagens produzidas para um entendimento a respeito do sentido e do significado das práticas de preservação. Nesse raciocínio, procura fazer interagir, ao longo do texto, seus conceitos básicos de natureza técnica, como recurso didático, explorados a partir do destaque em final de páginas, com a explicação de sua

terminologia, como ocorre na primeira edição de 2002 e, através de glossário inserido na parte interna da contracapa na segunda edição, em 2003. Como pode ser constatado nos exemplares constantes nos Anexos deste trabalho.

O poder de comunicação imediata da fotografia utilizada na fotomontagem foi explorado apenas na segunda edição da cartilha (2003), como forma de favorecer a compreensão do texto e torná-lo mais criativo, para uma melhor identificação dos núcleos urbanos tombados e /ou cadastrados, no contexto da temática abordada, conforme pode ser observado nas ilustrações a seguir.

ILUSTRAÇÕES DA EDIÇÃO 2003



Pág. 10 e Pág. 12

As fotos, apesar de não apresentarem uma boa resolução por causa das dimensões gráficas permitidas pelo *software* usado na confecção dessa Cartilha, ainda assim, permitem a percepção das semelhanças, diferenças e transformações operadas na paisagem urbana, favorecendo a identificação dos monumentos em seus detalhes arquitetônicos e estilísticos. Segundo o relato de Jussara Bioca, sobre esse assunto:

As imagens da própria cartilha ajudam a assimilação e o entendimento de que uma edificação histórica, um prédio (vamos usar um vocabulário aqui...) “velho” – tem história a contar, alguma coisa aconteceu ali! Quando foi construído? Ele pertence aquele espaço em que está inserido? Então tudo isso, uma simples imagem ajuda, mesmo que ele não seja alfabetizado! Ele olha aquela figura, aquela foto, aquele desenho, ele vai entender. Aquilo tem outro tempo.

Esse poder de comunicação da “imagem” está amplamente explorado no *layout* do Cartaz ⁶² de divulgação da Cartilha do Patrimônio (2003), como apelo e incentivo à sua aquisição pelas Escolas. Com respaldo em Ciavatta e Alves (2004, p.10-14), as imagens projetadas na Cartilha do Patrimônio (2003) representam o espaço físico do objeto em estudo - o *Centro Histórico de João Pessoa*, permitindo ao observador sua interpretação no conjunto das relações presentes no local e no tempo de sua produção, possibilitando a construção de uma intertextualidade entre as fontes iconográficas e as fontes escritas. O que reforça o relato da depoente Jussara Bioca sobre o poder de comunicação dessas imagens ⁶³.

Destacam-se nas cartilhas as tendências atuais em relação ao crescimento da *consciência* sobre o patrimônio cultural. Convém ressaltar que suas indicações colocam-se como desafios para os educadores ao trabalharem a temática a partir da sistematização de conhecimentos da Educação Básica para o Ensino Fundamental e Médio. Entre essas tendências podem ser assinaladas as seguintes:

- Ampliação do termo patrimônio histórico para patrimônio cultural conforme estatui a Constituição Federal de 1988 em, seu Art. 216;
- Mudança da escala de noção de patrimônio da obra isolada para conjunto urbano, valorizando sua uniformidade e harmonia no espaço da cidade;
- Ampliação da noção de bens culturais, considerando o uso e a apropriação do conhecimento pela via indústria cultural com abertura para o desenvolvimento sustentável do patrimônio cultural.

A possibilidade de inserção de conhecimento específico relativo ao patrimônio cultural na educação formal ou não formal, capaz de contribuir para o desenvolvimento de reflexões para sua aplicabilidade como fonte primária de investigação, análise, reflexão e compreensão de determinado contexto espaço-temporal que no exemplo aqui destacado – a Cartilha do Patrimônio – demonstra preocupação em sua elaboração em relação ao ensino-aprendizagem. Sobre a aplicabilidade da cartilha como fonte de conhecimentos, o Prof. Edvaldo Lira, na condição de técnico de preservação, tece

⁶² Como pode ser observado no Anexo “Q”.

⁶³ Pelos limites de tempo impostos para o desenvolvimento desta pesquisa e das opções que foram feitas quanto ao recorte do objeto não se chegou a entrevistar os alunos envolvidos neste processo. Desta forma, sabe-se que uma pesquisa futura poderá abordar a questão da “força da imagem” contida na cartilha trazendo novos elementos para a reflexão aqui exposta.

algumas considerações em seus relatos que talvez possam ser entendidas como justificativa para a “saída” da Cartilha do recinto institucional para o educacional:

Acho que ela é de suma importância para a escola pública e também, acredito, eu que ela até deveria ser divulgada e defendida nos próprios órgãos públicos entre os funcionários públicos que fazem cursos na ESPEP, por exemplo. E, ah! Acredito, eu até nas universidades. A universidade pública do Estado deveria trabalhar com essa cartilha. Eu considero de fundamental importância para que as pessoas conheçam, possam vir a conhecer o patrimônio de suas cidades ou de seu Estado.

A Cartilha do IPHAEP pode ser considerada como suporte material produzido para auxiliar a inserção da educação patrimonial em sala de aula, no ensino fundamental e médio, a partir da interatividade dos educandos e educadores com o patrimônio local para a construção de um conhecimento institucionalizado. Seu objetivo é difundir noções de valorização, conservação e preservação do patrimônio local para toda a comunidade, através do processo de inclusão de tal conhecimento no contexto da escola e no cotidiano dos alunos e destes para a comunidade, estimulando-a a dar continuidade ao programa desenvolvido pelo Instituto.

Esta proposta de implantação da educação patrimonial procurou abordar os bens culturais locais em seu contexto sócio-cultural como estratégia do ensino-aprendizagem, tendo como experiência modelo na Paraíba, a “Cartilha do Patrimônio: *Centro Histórico da Cidade de João Pessoa*”. Integrando educando e educador como sujeitos nesse processo pretende alcançar uma perfeita aplicação metodológica. Por que a Educação Patrimonial não deveria ser abordada não apenas como atividade paralela para as comunidades, como por exemplo, a aplicação de projetos para implantação de museus, arquivos ou bibliotecas locais, mas atentar para a produção de um conhecimento científico capaz de impulsioná-la à criação de uma identidade coletiva ou individual, a partir da valorização de seus patrimônios locais?

Essa experiência de educação patrimonial na Paraíba pode ser considerada uma proposta inaugural de se levar à sala de aula conhecimentos sobre o patrimônio e como preservá-lo, utilizando o potencial do patrimônio histórico-cultural e ambiental da cidade de João Pessoa. Deve despertar na comunidade, através dos educandos da rede estadual de ensino, a valorização de seus traços culturais, importantes para a construção de sua identidade e de sua cidadania. Deve, ainda, auxiliar no entendimento de que o patrimônio é historicamente construído e inclui a herança cultural de cada povo, os

bens culturais produzidos em cada tempo histórico, não só pelos grupos hegemônicos, e os bens culturais visíveis e invisíveis, tais como os falares, o conhecimento, a documentação e o artesanato gerado pelos grupos populares.

Partindo-se das possibilidades para o desenvolvimento do ensino de história e da pesquisa do ensino de história, procura-se compreender o que o mundo escolar poderia conquistar com a inserção da educação patrimonial como metodologia e, a longo prazo, quem sabe até a sua inclusão nos currículos escolares do ensino fundamental e médio. Essas perspectivas, configuradas por meio do diálogo e utilização de conceitos e referências teóricas da História, como Memória e Ensino de História, procuram ressaltar as inter-relações dessas áreas e a Educação Patrimonial como aporte teórico capaz de subsidiar a inclusão desta metodologia na área do ensino e da pesquisa do Ensino de História. Esta inclusão se efetivaria sob a forma de *educação formal* e/ou *educação não formal* apoiada no contexto da *transdisciplinaridade*.

A partir desse raciocínio é possível refletir sobre as relações entre Memória, Ensino de História e Educação Patrimonial, como também, a respeito da possibilidade de ser a Educação Patrimonial considerada como Educação Não Formal para o Ensino de História. Desta forma se poderia sonhar um *novo sonho* – a inserção ou inclusão dessa metodologia nos currículos escolares da rede de ensino estadual/ local, nos níveis fundamental e médio.

O patrimônio se constitui a partir da atribuição, pelos homens, em suas complexas relações sociais, de valores, funções, significados e sentidos aos objetos materiais ou imateriais. O patrimônio agrega, portanto, as dimensões política, econômica e social, devendo-se compreendê-lo como espaço discursivo, sujeito aos mais diferentes usos e submetido aos mais diferentes interesses. Esta concepção direcionou a nossa análise do contexto, do conteúdo e da publicação da Cartilha do Patrimônio a partir dos seguintes questionamentos: Quais as formas de poder identificadas através dos discursos presentes no conteúdo das cartilhas? Qual a idéia de patrimônio construída pelas cartilhas? De que maneira a linguagem utilizada na cartilha deixa transparecer a intenção de expressar as relações de poder?

Respalhada em fundamentação teórica defendida por Mário Chagas (2002), esta pesquisa procurou articular o debate teórico entre os conceitos cultura, patrimônio e

memória e as especificidades dos processos de institucionalização que envolvem estes conceitos. Os três termos encontram-se presentes num campo comum de *pertencimento* às diversas instituições culturais (arquivos, bibliotecas, casas de culturas, centros de documentação, centros culturais, museus, etc.). Há um ponto de unidade conceitual entre as noções Cultura, Patrimônio e Memória, por sua vez interligadas a outras duas: a de poder e a de documento, que concorrem para o equilíbrio entre elas.

Neste raciocínio, é possível considerar que a ação preservacionista no campo dos patrimônios material e imaterial contribui para a constituição de identidades culturais articuladas com a soberania e a autodeterminação. Essa ação é sempre seletiva e social, e está a serviço de determinados sujeitos, ocorrendo como um ato de vontade e/ou como um ato de poder.

Segundo Chagas,

Em termos práticos, não há como separar a preservação e a memória, do exercício do poder. Onde essas ações estão presentes, está presente o Poder. Reconhecer essa inseparabilidade entre Memória e poder, entre Preservação e Poder, implica a aceitação de um terreno litigioso – que implica também a consciência de que o poder não é apenas repressor e castrador, é também semeador e promotor de memórias e esquecimentos, de preservações e destruições (CHAGAS, 2002, p.18).

Essa visão induz a que qualquer pesquisador interessado em conhecer o “objeto da ação preservacionista” seja remetido à noção de patrimônio cultural, como “um conjunto determinado de bens tangíveis, intangíveis e naturais, envolvendo saberes e práticas sociais a que se atribui determinados valores e desejos de transmissão de um tempo para outro, ou de uma geração para outra”, conforme Chagas (2002, p.19). Esse enfoque direciona a uma reflexão crítica acerca do patrimônio,

[...] como um terreno em construção, fruto de seleção (eleição) e campo de combate, uma vez que todo projeto de preservação patrimonial, resulta do exercício do poder, [...] muitas vezes a sua justificativa seja apresentada em nome do perigo de destruição ou de hipotéticos valores que devemos acatar e reconhecer [...] (CHAGAS, 2002, p.26).

Faz-se necessário, portanto, lembrar que no processo seletivo de eleger e determinar o valor de caráter simbólico para os bens histórico-culturais integrantes do patrimônio cultural ocorrem exclusões/inclusões, construção de memória e identidade com o passado. Essas questões, por sua vez, geram dúvidas e contradições,

desencadeadoras de tensões e conflitos, que estão sempre a permear o campo do patrimônio. Talvez as tensões aconteçam sobretudo pela influência de uma geração que tinha como meta concentrar o poder, legitimando apenas a legislação gerada na esfera federal, quando da própria criação do SPHAN sob a égide de um ideário político unificador.

A noção de memória vista como prática social, como espaço de lutas de poder, como elemento fundante da formação da identidade dos grupos e, portanto, constitutiva de identidades coletivas, conforme defende Le Goff (1996), é considerada como instrumento e objeto de poder.

O campo do patrimônio é polêmico e conflituoso porque nele “emergem tensões e contradições da vida social” intensificadas por “disputas pelo controle do poder e pela gestão das riquezas coletivas” mantidas pela tradição sob a guarda “das instituições, leis, decretos, discursos, saberes e práticas restritas à esfera estatal” (NIGRO, 2005, p.170).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa, encontramos, na análise das fontes documentais, fortes indícios de que o IPHAEP antecipou-se ao IPHAN nas ações preservacionistas voltadas para a produção de conhecimentos sobre o patrimônio cultural, no que tange à formação de profissionais com vistas ao trabalho educativo no sistema de ensino, ao diálogo com a comunidade, intermediado pela educação, no interior da própria instituição de preservação do patrimônio histórico-cultural. A instituição paraibana, assim, teria dado uma inédita contribuição para o desenvolvimento da “consciência histórica” ou da “consciência preservacionista”, enquanto referencial de identidade cultural e para a construção de uma memória histórica local.

Tendo como princípio teórico-metodológico o rigoroso empenho em seguir as pistas encontradas, como diz Ginzburg (1991), procurou-se apreender seus sentidos e significados, investigando-as, para chegar-se a uma interpretação sobre o passado. Nessa investigação histórica, recuperou-se sistematicamente a experiência de educação patrimonial desenvolvida pelo IPHAEP, a partir de 1980, consubstanciada na elaboração de um material educativo e sua aplicação nas escolas – a “Cartilha do Patrimônio: *Centro Histórico de João Pessoa*” – como instrumento de *alfabetização cultural*. Consideramos que esse trabalho cumpriu com seu objetivo de compreender o processo de elaboração e desenvolvimento de uma atuação que a pesquisa revelou como pioneira anterior às iniciativas no âmbito nacional, determinadas pelo IPHAN, que só viriam a acontecer na década de 1990.

A experiência de educação patrimonial vivenciada pelo IPHAEP e concretizada através das duas edições da “Cartilha do Patrimônio: *Centro Histórico de João Pessoa*”, com atuação dos professores e técnicos da área, além de pioneira como recurso para a *alfabetização cultural*, expôs ao olhar dos técnicos do IPHAEP uma vivência envolvendo o patrimônio e a educação que poderá oferecer subsídios para novas práticas com outros atores e servir de referência para parcerias entre escolas e instituições culturais.

Face à importância e às possíveis consequências positivas das iniciativas reais aqui analisadas, a recuperação desse processo histórico pareceu-nos significativa e relevante, para evitar-se a perda de seu registro na cultura histórica paraibana e na memória do IPHAEP, como instituição fomentadora das políticas públicas de preservação do patrimônio histórico e cultural local. Mesmo porque, contribui para que o patrimônio e a experiência de educação patrimonial, sendo vistos como representação simbólica e codificação cultural e inserindo-se numa cultura histórica, ganhem sentido dentro desse processo histórico, cujo elemento fundamental é a memória.

Na questão da preservação do patrimônio cultural, a educação patrimonial tem papel fundamental, pois surge como uma nova maneira de encarar o mundo, nova forma de observar as diversidades de cada região, apreendendo seus fenômenos culturais. Foi possível constatar que o trabalho de aplicação da metodologia de educação patrimonial traduz-se na palavra *alfabetização cultural* concretizada, a partir da conscientização das noções de valorização, construção e preservação dos patrimônios locais. Esse trabalho de aplicação sempre parte da escola para, através dela, atingir a família e, a partir daí, a toda comunidade. Nessa continuidade busca-se obter um retorno que pode não ser imediato, mas que certamente será de significativa importância para o processo ensino-aprendizagem na produção do conhecimento histórico.

As práticas e experiências de educação patrimonial que vêm sendo desenvolvidas, em diferentes contextos e locais do país, têm contribuído para uma nova visão do Patrimônio Cultural e de sua diversidade, despertando a prática da cidadania e do resgate da auto-estima dos grupos, fortalecendo-se o sentimento de pertencimento a uma identidade cultural, além de promover um diálogo enriquecedor entre as gerações, com troca de conhecimentos.

Esta pesquisa, ao reconhecer e entender a ênfase dada pelos gestores estaduais às ações de educação patrimonial junto às comunidades, através da aplicação/utilização dessa metodologia educativa como prática preservacionista, quer contribuir na direção da construção de uma proposta futura que envolva a temática do patrimônio cultural, objeto de estudo apropriado para a História Local. Por meio da metodologia de educação patrimonial, voltada para identificação e, quem sabe, “descoberta” de novos bens patrimoniais locais, pode-se garantir a formação dos valores necessários à

intenção de gerar apreensão, compreensão e apropriação desse saber institucionalizado. Acrescente-se, como fruto importante da experiência estudada, o alargamento desse campo do saber, a preservação da memória social coletiva, como condição indispensável à construção de uma nova cidadania e identidade nacional plural.

A partir do entendimento que a educação patrimonial, em termos teórico-metodológicos, é uma metodologia que se utiliza dos lugares e suportes da memória para promover o ensino/aprendizagem, a fim de desenvolver nos alunos e cidadãos a sensibilidade e a *consciência* da importância da preservação dos bens culturais, conclui-se que ela favorece e é favorecida por uma proposta de ensino interdisciplinar. Tal proposta, voltada para as questões do patrimônio cultural, já conta com normas incluídas na LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB) – Lei n. 9.394/96, aplicáveis aos temas transversais, defendidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, no âmbito das temáticas do Meio Ambiente e da Pluralidade Cultural. A abrangência dessas temáticas permite a abordagem da sociedade e da cultura regional e local, o conhecimento e a valorização dos bens culturais integrantes do patrimônio cultural, contexto no qual se insere a experiência de educação patrimonial da “Cartilha do Patrimônio: *Centro Histórico de João Pessoa*”, cujo processo de elaboração foi detalhadamente abordado nesta pesquisa.

Esse caminho de educação para a cidadania requer, para um efetivo processo de ensino-aprendizagem, a reflexão dos alunos sobre temas que levem a uma aprendizagem dinâmica e a posicionar-se diante de questões que interferem na vida coletiva e possibilitem uma visão ampla e consciente de sua realidade.

Muito embora a educação patrimonial encontre-se restrita ainda a projetos isolados, muitas vezes apenas como experiência extra-classe, sem continuidade ou temporalidade regular, ou seja, sem enraizar-se dentro do sistema educacional, constata-se que as experiências já realizadas concernem a diversos campos de pesquisa e de disciplinas curriculares, indicando seu caráter de transversalidade, tornando recomendável sua inclusão nos currículos escolares como tema transversal muito enriquecedor. Sem continuidade e sistematicidade na implementação dessa prática educativa, não se pode contar com retorno social garantido para as comunidades envolvidas, que dependeria do desencadeamento do processo de conhecimento a partir da escola para o educando, deste para a família e daí para toda a comunidade.

Uma das possibilidades que nossa pesquisa, de fato, realçou é a do diálogo que pode ser promovido pela Educação Patrimonial com vários campos do saber: com o Ensino da História, no contexto da história local, com a Cultura por intermédio das manifestações culturais, com a História e a Memória, através da Preservação, especialmente dos monumentos históricos e artísticos, arquivos e documentação, além da Arqueologia e da Museologia, utilizando-se os artefatos arqueológicos e museológicos.

Resta dizer que, através do Turismo Cultural, da Ecologia e do Meio Ambiente oferecem-se inúmeras perspectivas à ampliação e à aplicabilidade desta prática educativa no campo dos saberes, sendo possível, portanto, “sonhar outro sonho”: a institucionalização da temática desenvolvida ao longo desta pesquisa no sistema educacional. Mas isto já será outra História...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

a) Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. **Revista Arquitetura**. Rio de Janeiro, Instituto dos Arquitetos do Brasil, set.1968, nº 75, p.18-26.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.) **Dicionário de Política**. Tradução Carmen C. Varriale et al. 8ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Imprensa Oficial, 2002. CD-ROM.

BOMENY, Helena. *Identidade nacional e patrimônio*. In: **Ideólogos do Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, IBPC/DEPROM, 1991.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB**. Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília: MEC, 1971.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988. República Federativa do Brasil**. Art. 216 – DA CULTURA. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB**. *Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996*, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN(s)**. Brasília: MEC/ SEF, 1997, v.1.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Apresentação dos Temas Transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1997, v. 8.

BRASIL. **Lei n. 11.274, de 06 de fevereiro de 2006**. Dispõe sobre a alteração da Lei 9.394/96 e estabelece a ampliação do Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2006.

CALDAS AULETE. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Delta, 1968.

CASCO, Ana Carmen Amorim Jara. *Sociedade e Educação Patrimonial*. **Patrimônio - Revista Eletrônica do IPHAN**, Dossiê “Educação Patrimonial”, Brasília, IPHAN/MinC, n. 3, jan./fev. 2006. Publicação eletrônica. Disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 07 abr. 2006.

CAVALCANTI, Lauro. *Encontro Moderno: volta futura ao passado*. In: **A Invenção do Patrimônio**: Continuidade e ruptura na Constituição de uma política oficial de

preservação no Brasil. MinC/IPHAN. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995, p.27. (Série Debates 2).

CHAGAS, Mário. *Cultura, Patrimônio e Memória*. In: **Revista FAPA**. Porto Alegre, nº 31, p.15-29, jan./jun., 2002.

_____. *Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação*.

Patrimônio- Revista Eletrônica do IPHAN, Dossiê “Educação Patrimonial”, Brasília, IPHAN/MinC, nº3 jan./fev. 2006. Publicação eletrônica. Disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br>>. Acesso em: 07 abr.2006.

CHAVEAU, A. TÉTARD, P. (org.). **Questões para a História do Presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (orgs.). **A Leitura de Imagens na Pesquisa Social**: história, comunicação e educação. São Paulo: Cortez, 2004.

CURY, Cláudia Engler. **Políticas Culturais no Brasil**: subsídios para a construção de brasilidade. Tese (doutorado). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas: SP (s.n.), 2002.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura Historiográfica**: Memória, Identidade e Representação. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.

DUARTE, Paulo. **Mário de Andrade por ele mesmo**. São Paulo: Edart, 1971.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. *Memória e Ensino de História*. In: **O Saber Histórico na Sala de Aula**. BITTENCOURT, Circe (org.). 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2003, p.128-148.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 24ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.(Coleção Leitura).

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC/IPHAN, 1997.

FUNARI, Pedro Paulo A. *Patrimônio uma educação para a cidadania*. Resenha 089/maio/2004. In: Portal Vitruvius. Publicação eletrônica. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br>>. Acesso em 31maio2005.

GINZBURG, Carlo. **A Micro - História e outros ensaios**. Tradução de Antônio Narino. Lisboa: Difel, 1991.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. *Influência do Pensamento Modernista no SPHAN*. In: **Ideólogos do patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: IBPC/SEC/PR, 1991.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *A Cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar*. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.) et al. **História Cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p.09-24.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do Patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ; MinC/IPHAN, 1996.

_____, *O Jogo da Autenticidade: nação e patrimônio cultural*. In: **Ideólogos do Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro: IBPC/SEC/PR, 1991.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira *et al.* **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1996.

IMPLANTAÇÃO da Sinalização de Patrimônio Cultural no Brasil. *Folha de São Paulo*, Caderno Cotidiano, 12 out. 2006. Disponível em: <<http://www1folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/ff1210200628.htm>>. Acesso em: 22 out.2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4ªed. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1996.

LINS, Eugênio de Ávila. **A Preservação no Brasil: A busca de uma Identidade**. 1989. 328p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade Federal da Bahia, Salvador.

MAGALDI, Cássia. *O Público e o privado: propriedade e interesse cultural*. In: São Paulo (Cidade). SEC. Municipal de Cultura/DPH. **O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo, DPH, 1992.

MAGALHÃES, Aloísio. *Bens Culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso*. In: **Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.20, p. 40-44, Brasília: IPHAN, 1984.

MACHADO, Nílson José. *Cidadania e Educação*. 4ª ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2002. (Coleção Ensaios Transversais).

MOTTA, Lia. *Cidades mineiras e o IPHAN*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Cidade: História, Desafios**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002, p. 124-139.

NEVES, Joana. *Participação da Comunidade: Ensino de História e Cultura Histórica*. **Saeculum-Revista de História**. João Pessoa, UFPB/CCHLA/DH n.6/7, jan./dez. 2000/2001, p. 35-47.

NIGRO, Cinthia. *Territórios do Patrimônio: tombamentos e mobilizações sociais*, p. 166/175. In, **Dilemas Urbanos: Novas Abordagens sobre a Cidade**. ALESSANDRI CARLOS, Ana Fani; LEMOS, Amália Inês Geraiges. (orgs.). São Paulo: Contexto, 2005 (Acadêmica).

NORA, Pierre. *Conclusion des Entretiens: Science et Conscience du Patrimoine*. **Actes des Entretiens du Patrimoine**. Paris: Librairie Fayard/Éditions du Patrimoine, 1997.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira & Identidade Nacional**. (5ª reimpressão da 5ª edição de 1994). São Paulo: Brasiliense, 2005.

PELEGRINI, Sandra. *Cultura e Natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo. v.26, n.51, p.115-140 - Jun. 2006.

Programação do XII Congresso da Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores. (ABRACOR) – **Preservação do Patrimônio Cultural – Gestão e Desenvolvimento Sustentável: Perspectivas**, Fortaleza/CE, ago./set. 2006.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**: Inovação em História. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REVISTA MUSEU. *IPHAN comemora 70 anos de atuação no Brasil*. Em Foco: Reportagem. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/>>. Acesso em: 26 jan.2007.

ROUANET, Sérgio Paulo. *Política Cultural: novas perspectivas*. In: ALMEIDA, Cândido José Mendes de. **Marketing Cultural ao vivo**: depoimentos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

SANT' ANNA, Márcia. *Modernismo e patrimônio: o antigo-moderno e o novo-antigo*. In: CARDOSO, Luiz Antonio Fernandes, OLIVEIRA Olívia Fernandes. **Re-discutindo o Modernismo**. Salvador, 1977, p. 119-120 (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA).

SEGALA, Lygia. *Identidade, educação e patrimônio: o trabalho do LABOEP*. Patrimônio-Revista Eletrônica do IPHAN, Dossiê “Educação Patrimonial”, Brasília, IPHAN/MinC, n.3 jan./fev. 2006. Publicação eletrônica. Disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br>>. Acesso em: 07 abr. 2006.

SILVA, Kamilly Barros de Abreu. *Memória, História, Sentido: confrontações*. In: **Anais Eletrônicos do XX II Congresso Nacional** /ANPUH, 2004.

SOARES, André Luis Ramos (org.). **Educação Patrimonial**: relatos e experiências. Santa Maria: Ed.UFSM, 2003.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

b) Fontes e Documentos

ANDRADE, Mário de. *Anteprojeto para criação do SPHAN*. In: **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil**: uma trajetória. Brasília: MEC/SPHAN/FNPM, 1980.

BRASIL. **Compromisso de Brasília**, Brasília, 1970.

BRASIL. Compromisso de Salvador. In: **Anais do 2.o Encontro de Governadores – Salvador/Bahia**: SPHAN/PROMEMÓRIA, out.1971.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (Emenda Constitucional No. 1 de 17/10/69) In: Separata dos livros “Organização Social e Política Brasileira”. Record/São Paulo. (Publicada no D.O. n. 201, de 20/10/1969, pág. 8.866 e 8889).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988** (com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n.º 1/92 a 16/97 e Emendas Constitucionais n.1 a 6/94). Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997.

BRASIL. Convênio Brasil/Espanha. MinC/IPHAN/Gov.PB/PMJP/AECI, Brasília, 1987.

BRASIL. Decreto n. 92.489 de 24 /03/1986 - Dispõe sobre a Estrutura do MinC.

BRASIL. Decreto n. 3551/2000 - Disponível em:
<<http://www.iphan.gov.br/legislacao/decreto3551.html>>. Acesso em: 29 jan.2001.

BRASIL. Decreto-Lei n. 25/1937 - Organiza a proteção do Patrimônio Cultural no Brasil.

BRASIL. Lei n. 378 de 13/01/1937- Cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

BRASIL. Portaria da SPHAN/MinC n.10, de 10 /09/1986 – Regulamenta Decreto-Lei n.25/1937.

Cartas Patrimoniais. Brasília. IPHAN, 1995

Cartilhas do Patrimônio: *Centro Histórico de João Pessoa*. IPHAEP/Governo do Estado, Reprografia SEC/PB: João Pessoa, 1.ed. 2002 e 2.ed. 2003.

CONPEC/IPHAEP. **Ata da 1. 012ª Sessão do CONPEC** - Conselho de Proteção dos Bens Histórico-Culturais/IPHAEP. João Pessoa, 2004.

DUARTE, Tamara. *Um olhar sobre a João Pessoa Antiga*. **Jornal A União**, João Pessoa, 23 jul.2003. Caderno Cultura, p.3.

Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. **Ideólogos do Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro: IBPC/SEC/PR, 1991.

IPHAN. **O Registro do Patrimônio Imaterial**. Brasília: MinC, 2000.

IPHAN. **Legislação Brasileira de Proteção aos Bens Culturais**. MEC/DPHAN, 1967.

IPHAN. **Boletim do IPHAN**. n. 17, 1982 p.13-14.

IPHAN. Coletânea da Legislação Federal sobre Preservação. Brasília, 1995.

IPHAN. **Educação Patrimonial/htm**. Publicação eletrônica. 1997-2001. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 03 set.2001.

IPHAN. **Memória e Educação**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1992 (Cadernos de Documentos n.1).

IPHAN. **Relatórios de Atividades Anuais**. Brasília: IPHAN/MinC, 1999/2000/2002.

IPHAN/IPHAEP/CPDCH. **Proposta de Revisão da Delimitação para Tombamento do Centro Histórico de João Pessoa - Paraíba**. IPHAN/IPHAEP - Convênio BRASIL/ESPANHA - Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico, João Pessoa, dez.2003.

IPHAEP. Anteprojeto da Cartilha de Educação Patrimonial. Texto original. (datilografado). João Pessoa, 1974/79.

IPHAEP. **Planejamento de Atividades IPHAEP/ SEC/PB**, IPHAEP. Jun.1980.

IPHAEP. **Boletim Informativo**. IPHAEP/Curso de Comunicação/UFPB. João Pessoa, 1981.

IPHAEP. *A Conscientização como base à Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural*. **Coordenadoria de Arquitetura**. Texto datilografado. IPHAEP/JP, Set.1982.

IPHAEP. **Carta da Paraíba em defesa dos Bens Culturais** - instituída por meio de consignação, por ocasião do *I Encontro Estadual pela Preservação*, realizado em 1998.

IPHAEP. Coletânea de Leis e Decretos Estaduais sobre Preservação, João Pessoa, 1992.

IPHAEP. Folder do I Encontro de Preservação do Patrimônio Cultural e Ecológico, João Pessoa, 1981.

IPHAEP. **Memorando Interno** n. 003/IPHAEP. João Pessoa, fev.2003.

IPHAEP. Plano de Cadastramento do Acervo Cultural do Estado da Paraíba, João Pessoa, 1976.

IPHAEP. Plano de Caracterização das áreas de valor histórico, arquitetônico, natural e paisagístico da Cidade de João Pessoa. IPHAEP, 1981.

IPHAEP. Texto do projeto original da **Cartilha do Patrimônio: Centro Histórico** (1994).

IPHAEP. Regimento Interno do CONPEC. IPHAEP, 2002.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba. IPHAEP/CAHAC. *Programa de Educação Patrimonial*. Janeiro/2003.

IPHAEP. Relatórios e Planejamentos de Atividades. João Pessoa, 1979/97.

IPHAEP. **30 Anos de História:** Resgate do passado constrói o futuro.
IPHAEP/Governo da PB. A *União* Editora: João Pessoa, 2001.

MEC. Compromisso ou Carta de Brasília. Brasília, 1970.

MEC/SPHAN/FNPM. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil:** uma trajetória. Brasília: SPHAN/FNPM, 1980.

NORONHA, Linduarte. **Patrimônio e Preservação.** IPHAEP: João Pessoa, Texto datilografado, 1974.

PARAÍBA. Decreto Estadual n. 9.484 de 10/05/1982 – Dispõe sobre a Delimitação do Centro Histórico Inicial da Cidade de João Pessoa. **Diário Oficial de 14/05/1982,** JP/PB.

PARAÍBA. Decreto Estadual n. 9.485 de 13/05/1982 – Dispõe sobre o Regulamento e a Estrutura Organizacional Básica do IPHAEP e dá outras providências. **Diário Oficial de 14/05/1982,** João Pessoa,/PB.

PARAÍBA. Decreto Estadual n. 25.138, de 28 de junho de 2004 – Dispõe sobre a Ampliação da Área de Delimitação e Tombamento do Centro Histórico de João Pessoa. **Diário Oficial de 29/06/2004,** João Pessoa/PB.

PARAIBA. Decreto Estadual n. 23.721, de 10 de dezembro de 2002 - Aprova o Regimento Interno do CONPEC/IPHAEP. **Diário Oficial de 11 de dezembro de 2002,** João Pessoa/PB.

PARAIBA. Lei n. 5.357, de 16/05/91 – Dispõe sobre os objetivos e a Estrutura Organizacional básica do IPHAEP, vincula órgão, e dá outras providências. **Diário Oficial de 17/05/91.** João Pessoa/PB.

Prefeitura Municipal de Olinda. **Lei Rouanet de Apoio à Cultura** – n. 8.313, de 23/12/1991. Fundação *Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda* – PE1992.

PROGRAMA MONUMENTA. Disponível em: < [http:// www.cultura.gov.br](http://www.cultura.gov.br) > ou <[http:// www.unesco.org.br](http://www.unesco.org.br)> Acesso em: jul.2002.

REVISTA CULTURA – Revista do Conselho Federal de Cultura – CFC/MEC. N. 34, Ano 4, Abril/1970.

Site das Constituições Brasileiras (De 1934/ Outorgada em 1937, de 1946 e a de 1967/ Modificada em 1969). Publicação eletrônica. Disponível em:
<<http://www.dhnet.org/dados/lex/constituicao/index/html>> (Constituições, Leis e Decretos). Acesso em: maio2006

c) Bibliografia de Apoio

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ABUD, Kátia Maria. *Conhecimento histórico e Ensino de História: a produção de conhecimento histórico escolar - XIV Encontro Regional de História: Sujeitos na História: práticas e representações*. In: **Encontros com a História n. 2**. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p.127-141.

AGUIAR, Ana C. **A Comunidade é a Melhor Guardiã de seu Patrimônio**. Trab. Mimeo, 1997.

ALENCAR, Vera Maria Abreu de. **Museu Educação: se faz caminho ao andar**. Dissertação (Mestrado em Educação) apresentada ao Departamento de Educação PUC - Rio de Janeiro, 1986.

ALVES, Nilda, GARCIA, Regina Leite (orgs.). **O Sentido da Escola**, 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. **Rodrigo e o SPHAN**. Rio de Janeiro: MEC/Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

ARANTES, Antonio A. *A preservação como prática social*. **Revista de Museologia**, vol.1, n.1, p.2-16, 1989.

_____. (org.) *Prefácio*, In: **Produzindo o passado: Estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **As tramas da Memória: antigas estruturas e processos culturais**. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

BARRETO, Vera. **Paulo Freire para Educadores**. 6. ed. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

BARROS, E.L. de. **Os Governos Militares**. São Paulo: Contexto, 1991.

BESSEGATTO, Mauri Luiz. **O Patrimônio em Sala de Aula: fragmentos de ações educativas**. Santa Maria: Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da UFSM, 2004.

BIERSACK, Aletta. *Saber local, história local: Geertz e Além*. In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo. Martins Fontes, 1992 (O Homem e a História) p.97-130.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org). **O Saber Histórico na Sala de Aula**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. (Coords.) SEVERINO Antônio Joaquim; PIMENTA, Selma Garrido, São Paulo: Cortez Editora, 2004. (Coleção docência em formação - Série Ensino Fundamental).

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou Ofício do Historiador** -1886/1944. Tradução: André Telles, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOMENY, Helena. *O Patrimônio de Mário de Andrade*. In: CHUVA, Márcia. **A Invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

BOSI, Vera. *Participação e pesquisa na preservação do patrimônio cultural*. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 22, 1987, p.138-144.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. *Secretaria de Educação Fundamental*. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997. v 1.

_____. Volume 5 - *História e Geografia*. Brasília: Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Volume 8 - *Apresentação dos Temas Transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Volume 10 - *Pluralidade Cultural e Orientação Sexual*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAMPOFIORITO, Ítalo. *O patrimônio cultural: um balanço crítico*. **Revista do Brasil**, 2 (4), 1985.

CANCLINI, Nestor. *O Patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional*. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 23, 1994, p.94-115.

CASALECCHI, José Ênio. **O Brasil de 1945 ao Golpe Militar**. São Paulo: Contexto, 2002 (Repensando A História).

CASTRO, Sônia Rabello de. **O Estado na Preservação de Bens Culturais: o Tombamento**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CAVALCANTI, Lauro (org.) **Modernistas na Repartição**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ/Paço Imperial/Tempo Brasileiro, 1993.

_____. *Modernistas, Arquitetura e Patrimônio*. In: PANDOFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 1999. Cap.10, p. 179-184.

_____. **As Preocupações do Belo:** monumentos do futuro e do passado na implantação da arquitetura moderna brasileira. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, UFRJ, 1993.

CAVALCANTI, Ma. Helena Pereira. **Reestruturação Curricular:** O Caso da Licenciatura em História da UFPB – Campus I. Dissertação (Mestrado em Educação) apresentada ao Departamento de Educação da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 1998.

CAVALCANTI, Betânia Uchoa. **O Mágico Retorno.** Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1985.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. *Patrimônio Cultural, Escola, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável.* **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v.9, n.1, p.91-109, 2005.

CHAGAS, Mário. *O Pai de Macunaíma e o Patrimônio Espiritual.* In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 95-108.

_____. *Memória política e política de Memória.* In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio:** ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 141-171.

CHAUÍ, Marilena. *Os Trabalhos da Memória.* In: BOSI, Ecléa. **Memórias e Sociedade:** Lembranças de Velhos. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1999.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio.** Tradução: Luciano Vieira Machado, São Paulo: Ed. UNESP/ Estação Liberdade, 2001.

CHUVA, Márcia. (org.) **A Invenção do Patrimônio:** continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil. MinC/IPHAN. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995. (Série Debates, 2).

_____. (org.). **O Direito à Memória:** Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: SAEC/DPH, 1992.

CORSETTI, Berenice; RAMOS, Eloísa Copovilla da Luz. *Política Educacional, educação patrimonial e formação de educadores.* **Revista FAPA.** Porto Alegre, n. 31, p.339-358, jan./jun., 2002.

COSTA, Messias. **A Educação nas Constituições do Brasil:** dados e direções. Rio de Janeiro: DP&A, 2002 (Biblioteca ANPAE).

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação Educacional Brasileira.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000 [o que você precisa saber sobre...]

CURY, Cláudia Engler. *Ensino de História: a Construção de memórias e identidades urbanas.* **Anais - Encontro Nacional da ANPUH,** 2003.

D'ALESSIO, Márcia Mansor. **Reflexões sobre o saber histórico**. São Paulo: Ed.UNESP, 1998.

DAL BÓ, Juventino; MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. *Memória, Educação e Cidadania*. In: **Revista FAPA**. Porto Alegre, n. 27, jan./jun., 2000, p.259-269.

DE CERTEAU, Michel. *Operação Histórica*. In: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DE DECCA, Edgar Salvadori. *Memória e Cidadania*. In: **O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo, DPH, 1992, p. 130-135.

DIAS, Margarida Ma. Santos. *O Ensino de História como Objeto de Pesquisa*. **Saeculum - Revista de História**, João Pessoa, UFPB/CCHLA/DH, 2002, n.6/7, jan./dez. 2000/2001, p. 97.

DOSSE, François. **História e Ciências Sociais**. Tradução Fernanda Abreu. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. *Educação Patrimonial e Cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de História*. **Revista Brasileira de História- ANPUH**, São Paulo: Marco Zero, v.13, n. 25/26, set.92-ago.93, p.265-276.

_____. *Memória e Ensino de História*. In: BITTENCOURT, Circe (org.). **O Saber Histórico na Sala de Aula**. São Paulo: Ed. Contexto, 2003, p. 128-148.

_____. **Educação Patrimonial: Conhecer para Preservar**. Publicação eletrônica. Disponível em: <<http://www.PortalEducacionalUFSM.br/>>. Acesso em: jun.2006.

FENELON, Déa Ribeiro. *Políticas culturais e patrimônio histórico*. In: **O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.

FERREIRA, Carlos Augusto (org.). *Ensino de História: Reflexões e novas perspectivas*. In: FLORENSE, Afonso Bandeira. **O Ensino de História e a Natureza: um caminho na educação patrimonial**. Salvador: Quarteto, 2004, p.31-41.

FERRO, Marc. *A Mídia, Novas Tecnologias e Ensino de História* – Conferência proferida na Abertura do V Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História – V ENPEH – João Pessoa/PB – UNIPÊ – 09/10/2001. **Saeculum – Revista de História** – n.06/07. Jan./Dez. 2000/2001, p 11-21.

FLORENSE, Afonso Bandeira. *O Ensino da História e a Natureza: um caminho na educação patrimonial*. In: FERREIRA, Carlos Augusto (org.). **Ensino de História: reflexões e novas perspectivas**. Salvador: Quarteto, 2004.

FLORES, Elio Chaves; BEHAR, Regina (orgs.). **A Formação do Historiador**. Coleção LABORHIS. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2004. (Tradições e descobertas).

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. **História & Ensino de História**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, (História & Reflexão).

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2003.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *Aloísio Magalhães: projeto intelectual e projeto institucional*. In: **Ideólogos do Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, IBPC/DEPROM, 1991, p. 77-89.

_____. *Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural*. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.56-76.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A Educação Brasileira no Contexto Histórico**. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2001.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

_____. **Educação e Mudança**, 28. ed. Tradução Moacir Gadotti e Lílían Lopes Martin. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo A. *Os Desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil*. Arqutextos - Portal Vitruvius. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/bases/texto013.asp>. Acesso em: 31mai.2005.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GARBINATTO, Valeska. *Ensino de História e Patrimônio: pontes para a construção da Memória e Cidadania*. **Revista Ciências & Letras**, Porto Alegre, n.27 p.37-48, jan./jun. 2000.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **O Trabalho da Memória: Cotidiano e História**. São Paulo: Ed. UNICAMP, (s.d).

GONÇALVES, Regina Célia. *A História e o Oceano da Memória: algumas reflexões*. **Saeculum – Revista de História**. João Pessoa, UFPB/CCHLA/DH, n.4/5, jan./dez./1998/1999, dez./2000, p.13-39.

GRÜNBERG, Evelina. **Educação Patrimonial**. Museu Imperial, Petrópolis/ RJ, 1997. Texto mimeografado.

_____. Oficina - **Descobrendo Tesouros - Educação Patrimonial**. Recife: Projeto Escola Aberta/SEC/PE/UNESCO, 2004.

HALL, Stuart. **A questão da Identidade Cultural**. Campinas. IFCH – UNICAMP, 1995.

HALBSWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queirós. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. *Fundamentos da Educação Patrimonial*. **Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras**, Porto Alegre: n. 27, p 25-35. jan./jun.2000.

_____. *Educação Patrimonial*. In: MUSAE, Disk 1, Rio de Janeiro, 1997 (edição em disquete).

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Cartas Patrimoniais*, Brasília: IPHAN, 1995.

IPHAN. **Carta de Veneza** (1964), Brasília: IPHAN, 1995.

IPHAN. **Carta Patrimonial**. *Recomendação de Nairobi (1976)*. *Centros Históricos*, Brasília, 1995.

IPHAN. **O Patrimônio das Cidades**. 8ª Coord./SE, Maio/1987.

IPHAN. **Cartilha sobre os afro-descendentes gaúchos**. 12ª Superintendência Regional/RGS: Fundação Cultural Palmares (FCP), 2005.

ITAQUI, José. *Educação Patrimonial e desenvolvimento regional*. **Revista FAPA**. Porto Alegre, n. 27, p.229-245, jan./jun. 2000.

KARNAL, Leandro (org). **História na Sala de Aula: conceitos, práticas e propostas**, 3.ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2005.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novos Objetos**. Livraria Francisco Alves, 1976.

LE GOFF, Jacques. *Documento/Monumento*. In: **História e Memória**. 4. ed. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1996.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas, São Paulo. Ed. da UNICAMP, Aracaju, SE: Editora UFS, 2004.

LE MOS, Carlos A.C. **O que é Patrimônio?** São Paulo: Brasilense, 1981.

LENSKIJ, Tatiana; HELFER, Nadir Emma (orgs.). **A Memória e o Ensino de História**. Santa Cruz: EDUNISC, São Leopoldo: ANPUH/RS, 2000.

- LOWENTHAL, David. *Como conhecermos o passado?* **Revista Projeto História** – PUC/São Paulo – Trabalhos da Memória. São Paulo, nov. 1998. n.17, p.63-201.
- LUCINI, Marizete. **Tempo, narrativa e Ensino de História**. Porto Alegre: Mediação, 1999.
- LUPORINI, Teresa Jussara. *Educação Patrimonial: projetos para a educação básica*. **Revista FAPA**. Porto Alegre, n. 31, p. 325-338, jan./jun.2002.
- MARQUES, Sônia. *As Estratégias dos Lugares de Memória: um novo elo entre cultura e política*. In: ZANCHETI, S; MARIO G; MILLET, V. **Estratégias de Intervenções em Áreas Históricas**, Recife: MDU/ED. Universitária da UFPE, 1995.
- MARTINS, Regina Andréa. *Políticas Públicas de Patrimônio e Gestão das Cidades*. **Anais do XXII Congresso Nacional/ANPUH**, 2004.
- MARTINS, Dayse Luckwü. **Paisagem e Memória: O patrimônio natural e edificado do Centro Histórico de João Pessoa/PB**. 2003, Maceió. Dissertação (Mestrado Programa Regional de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) UFAL, Alagoas.
- MATTOS, Olgária. *Memória e História em Walter Benjamin*. In: **O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania**. São Paulo DPH, 1992.
- MENEGUELLO, Cristina. *A preservação do patrimônio e o tecido urbano*. Arquitectos – Portal Vitruvius (Periódico mensal de textos de arquitetura) Disponível em:
<[http:// www.vitruvius.com.br](http://www.vitruvius.com.br)> Acesso em: 31mai.2005.
- MENESES, Joedna Reis; OLIVEIRA, Margarida Ma. Dias de (orgs.). **ANAIS do IX Encontro Estadual de Professores de História- ANPUH/PB**, João Pessoa: Ed. Sal e Terra, 2000.
- MENESES, Ulpiano T.B. *História cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais*. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo, n. 34, 1992, p.9-24.
- _____. *O Patrimônio Cultural entre o público e o privado*. In: **O Direito à Memória: Patrimônio e Cidadania**. São Paulo: SEC/DPH, 1992, p.189-194.
- MONTEIRO, Ana Ma. F.C. *Ensino de História e História Cultural: diálogos possíveis*. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Ma. de Fátima.(orgs.). **Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de História**. Rio de Janeiro: FAPERJ/MAUAD, 2005.
- MOREIRA, Antônio Flávio B.(org.). **Currículo: Questões atuais**. 11.ed. Campinas, São Paulo: Papirus.

MURTA, Stela Maris, GOODEY, Brian. **Interpretar o Patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte. Ed. UFMG, Território Brasília, 2002.

NAGHEL, Liane Maria. *Educação Patrimonial nas Missões Jesuíticas do RGS*. **Revista FAPA**. Porto Alegre, n. 27, p.277-296, jan./jun.2000.

NUNES, Clarice. **Ensino Médio**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 152p. (Diretrizes Curriculares Nacionais)

NORA, Pierre. **Lês Lieux de Mémoire**. Paris: Gallimard, t3, v.1, 1993.

_____. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. Tradução Yara Aun Khoury. **Projeto História**. n. 10 – História e Cultura, p.07-28, São Paulo: EDUC, 1981.

OFICINA ESCOLA DE JOÃO PESSOA. **Oficina de Bens móveis e Integrados**. AECI/ESPANHA/IPHAN/MinC/BRASIL – GOV/PB/PMJP, 2003.

OLIVA, Terezinha Alves de. *Ensino de História, Conhecimento Histórico e Formação de Professores*. **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, UFPB/CCHLA/DH, n.6/7, jan./dez. 2000/2001, p. 119.

OLIVEIRA, Margarida Dias *at al.* **Contra o Consenso: LDB, DCN, PCN e Reformas de Ensino**. João Pessoa: ANPUH/PB, Sal e Terra, 2000.

OLIVEIRA, Margarida Dias de. **O Direito ao Passado: uma discussão necessária à formação do profissional de História**. Tese de doutoramento. Programa de Pós-Graduação em História UFPE, Recife, 2003.

_____. *Ensino de História: Problemas e Perspectivas*. In: **Fazer História: (Des) construção e (in) certezas**. *Debates Regionais*, n. 3. NDIHR/UFPB, João Pessoa, 1996, p.58-61.

_____. *Livros didáticos de História: o estado atual da questão*. In: **Boletim de Pesquisa n.2**. João Pessoa: UNIPÊ- Centro Universitário de João Pessoa/ DSN – Departamento de Ciências Sociais e da Natureza, 2000.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, História e Patrimônio Histórico**: Políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico: 2002. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Os Intelectuais e o poder**. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC. 1986. (mimeografado).

PAIVA, Olga Gomes de. (coord.); LINHEIRO, Domingos Cruz; DUARTE JR, Romeu. **Icó: Patrimônio de todos: roteiro para a preservação do Patrimônio Cultural**, Fortaleza/IPHAN, 1999

_____. **Sobral: Patrimônio de todos: roteiro para a preservação do Patrimônio Cultural**, Fortaleza/IPHAN, 1999.

_____. **Aracati**: Patrimônio de todos: roteiro para a preservação do Patrimônio Cultural, Fortaleza/IPHAN, 2000.

PARENT, Michel. *O Futuro do Patrimônio Arquitetônico*. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro. SPHAN/MinC, n.19, p.112/123, 1984.

PEIXOTO, Paulo J.M. **Imagens e usos do patrimônio urbano no contexto da globalização**. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

PERRENOUD, Philippe. **A Prática Reflexiva no Ofício do Historiador**: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PERRIN, Jean Bernard. *O exemplo francês da Proteção do remanejamento e da valorização do patrimônio histórico urbano*. In: **Restauração e Revitalização de Núcleos Históricos**: análise face à experiência francesa. Pró-Memória/SPHAN/MEC, Brasília: IPHAN, 1980.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, (Coleção História & Reflexões-5), 2005.

PESSIS, Anne Marie. J. MARTIN, Gabriela. **Arqueologia e Patrimônio Cultural na Paraíba**: a Igreja de São Pedro Gonçalves em João Pessoa, João Pessoa (s.n.), 2001.

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva (coord.). **Conhecer Campinas, Uma Perspectiva Histórica**. Campinas/SP: Secretaria Municipal de Cultura/FNDE, 2005.

PIRES, M. Cecília Simões. **Da Proteção do Patrimônio Cultural**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

Plano de Preservação dos Sítios Históricos. Recife: Gov. do Estado. FIDEM, 1978.

POERNER, Arthur José. **Identidade cultural na Era da Globalização**: política federal de cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989, p.3-15.

PONTUAL, Virgínia. *A Gestão da Conservação Integrada*. In: **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado**. Jukka Jokilehto...et al. (org.) Silvio Mendes Zancheti. UFPE/CECI/PPGDU. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002, p.113-117.

POSSAMAI, Zita Rosane. *O Patrimônio em construção e o conhecimento histórico*. **Revista Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 27 p. 13-22, jan./jun. 2000.

Preservação de Sítios Históricos. Recife: Prefeitura Municipal, 1981.

RANGEL, Marília. *Educação Patrimonial: conceitos sobre Patrimônio Cultural*. In: **Reflexões e contribuições para a Educação Patrimonial**. Minas Gerais, Secretaria de

Estado da Educação. Grupo Gestor (org.). Belo Horizonte: SEE/MG, 2002, cap.4, p.15-36.

RANGEL, Carlos Henrique. **Cartilha do Patrimônio Cultural: Maria e o Patrimônio**. In: *Caderno- Diretrizes Plano de Inventário - 2002/2003*. Disponível em: < <http://www.iepha.mg.gov.br/ipac>>. Acesso em: 17 set.2005.

REIS, José Carlos. **História & Teoria: Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

Restauração e Revitalização de Núcleos Históricos. Brasília: SPHAN/FNPM, 1980.

Revista Ciências & Letras. Educação e Patrimônio Cultural. Porto Alegre: FAPA, n. 27, jan./jun., Ano 2000.

Revista Ciências & Letras. Patrimônio e Educação. Porto Alegre: FAPA, n.31, jan./jun., Ano 2002.

RIEGL, Alois. **Le Culte Moderne des Monuments**. Paris: Seuil, 1984.

RODRIGUES, Elaine. *História e Ensino de História, Tênu Fronteira e marcos de Continuidades*. **Anais - Encontro Nacional da ANPUH**, 2004.

RODRIGUES, José Honório. *A Tradição, a Memória e a História*. In: **Brasil Tempo e Cultura III, 3º. Seminário Paraibano de Cultura Brasileira (História, Consciência Social e Realidade Brasileira)**, João Pessoa: A União Editora, Sec/DGC/PB, 1980.

RUBINO, Silvana. **As Fachadas da história: Os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937/1968)**. Dissertação (Mestrado. Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), UNICAMP, Campinas, Jan.1991/92.

RUGGIERO, R. **Enciclopédia Einaudi. Memória-História**. Porto. In: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987, vol.1, p 51-87.

SANT' ANNA, Márcia. **Da Cidade Monumento à Cidade Documento: A trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)**. Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador, 1995.

_____. *A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização*. In: **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro. DP&A, 2003, p.46-55.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *Memória Cidadã: História e Patrimônio Cultural*. **Anais do Museu Histórico Nacional**, volume 29, Ed. Comemorativa dos 75 anos de Fundação do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, 1997.

_____. *Entre a Destruição e a Preservação: Notas para o Debate*. In: **Memória, Cidade e Cultura**. SCHIAVO, Cléia; ZETTEL, Jayme (coords.). Rio de Janeiro: EDUERJ: IPHAN/MinC, 1997, p.15-27.

_____. *Da Casa Senhorial à Vila Operária: Patrimônio Cultural e Memória Coletiva*. Rio de Janeiro. **Revista Tempo Brasileiro**, v. 1, n. 1, 1986, p. 127-139.

_____. *Memória - Cidadã: História e Patrimônio Cultural*. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, v. 29, 1997.

SANTOS, Magaly de Oliveira Cabral. **Lições das coisas** (ou canteiro de obras) através de uma metodologia baseada na educação patrimonial. Dissertação (Mestrado em Educação) apresentada ao Departamento de Educação da PUC - Rio de Janeiro, 1997.

SCHWARTZMAN, Simon *et al.* **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro, Paz e Terra: São Paulo, Edusp, 1984.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **A História das Idéias de Paulo Freire e a atual crise de Paradigmas**. 4.ed. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2003.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuchy Cavalcanti. **Sociabilidades, Espaço Público e Cultura**: usos contemporâneos do patrimônio na cidade de João Pessoa. 2003. Tese de doutoramento. Sociologia Urbana. Universidade Federal de Pernambuco.

_____. Revitalização Urbana e a (re) invenção do Centro Histórico na Cidade de João Pessoa - 1987/2002. João Pessoa: Editora Universitária-UFPB, 2004.

_____. **Cidadania e Patrimônio Cultural**. João Pessoa: Editora Universitária, 2004.

SEGALA, Lygia. *Identidade, educação e patrimônio: o trabalho do LABOEP*. Patrimônio - Revista Eletrônica do IPHAN. Dossiê "Educação Patrimonial", Brasília, IPHAN/MinC, n.3, jan./fev. 2006. Publicação Eletrônica. Disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br>>. Acesso em: 07 abr.2006.

SHIROMA *at al.* **Política Educacional**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. [o que você precisa saber sobre...]

SILVA, Eliane Azevedo; MEDEIRO, Jorge Passos; GÓIS, Tânia Lemos Cruz de. **Manual do Morador de Olinda**: conservação das edificações particulares do Sítio Histórico de Olinda. Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda/PE, Olinda, 1992.

SILVA, Fernando Fernandes da. **As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade**. São Paulo: Ed. Peirópolis, Edusp: Ed. Universidade de São Paulo, 2003.

SILVA, Helenice Rodrigues da. *Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.22, n. 44, p. 425/438, 2002.

SILVA, Zélia Lopes da, (org.) **Arquivos, Patrimônio e Memória**. Trajetórias e Perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, FAPESP, 1999. (Seminários e Debates).

SILVEIRA, Rosa M. Godoy. *Recuperar a Memória, fazer História. Debates Regionais-III Fazer História: (des) construção e (in) certezas*. p.15, João Pessoa, NDIHR/ANPUH, 1996.

_____. *A formação do Profissional de História para o séc. XXI – (Conferência) XI Encontro Estadual dos Professores de História (ANPUH/PB)*. Campina Grande, PB. Julho/2004.

_____. *História e Ensino: acontecimento e narrativa; acontecimentos e narrativas – (Conferência) XXII Simpósio Nacional de História. (ANPUH/PB)*. João Pessoa, Julho/ 2003. CD-ROM.

SOUSA, Daniel de. **Teoria da História e Conhecimento histórico**. Coleção Horizonte Universitário. Livros Horizonte, 1981.

SOUZA, Francisco Augusto de (org.). **Educação Ambiental: uma proposta metodológica para o ensino fundamental e médio**. Cajazeiras/PB: Ed. Gráfica Vitoriano Ltda., 2002.

TARGINO, Itapuan Botto. **Patrimônio Histórico da Paraíba- 2000/2002**. João Pessoa: Idéia, 2003.

TELLES, Augusto da Silva. *Centros Históricos: notas sobre a política brasileira de preservação*. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n.19, p.29-32, 1984. SPHAN/MinC.

TREVISAN, Leonardo. **Estado & Educação na História Brasileira (1750/1900)**. São Paulo: Ed. Moraes Ltda, 1987.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes; PARK, Margareth Brandini, FERNANDES, Renata Sieiro (orgs.). **Educação Não-Formal: cenários da criação**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP/Centro de Memórias, 2001.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. *Memória, Cultura e Poder na Sociedade do Esquecimento: o exemplo do Centro de Memória da UNICAMP*. In: **Arquivos, Fontes e Novas Tecnologias: para a História da Educação**. FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org). Campinas: São Paulo: Autores Associados. Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000 (Coleção Memória da Educação).

_____. *História oral e educação não formal na periferia das grandes cidades*. Patrimônio - **Revista Eletrônica do IPHAN**. Dossiê “Educação Patrimonial”, Brasília, IPHAN/MinC, n.3, jan./fev. 2006. Publicação Eletrônica. Disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br>>. Acesso em: 07 abr.2006.

YÁZIGI, Eduardo. *Patrimônio Ambiental Urbano: fazendo um conceito para o planejamento urbano*. In: **Dilemas Urbanos: Novas Abordagens sobre a cidade**. A. CARLOS, Ana Fani; LEMOS, Amália Inês Geraiges. (orgs.). São Paulo: Contexto, 2005 (Acadêmica).

ZAMBONI, Ernesta. *Panorama das pesquisas no Ensino de História*. **Saeculum - Revista de História**, João Pessoa, UFPB/CCHLA/DH, n.6/7, jan./dez./2000/2001, p.105.

ZARTH. Paulo Afonso. *Ensino de História, Participação da Comunidade e Cultura Histórica*. **Saeculum - Revista de História**, João Pessoa, UFPB/CCHLA/DH, n.6/7, jan./dez./2000/2001, p 49.

SÍTIOS ELETRÔNICOS

<<http://www.iphan.gov.br/legislac/decret3551.htm>.>
 <<http://www.iphan.gov.br/educapatrimonial.htm>.>
 <<http://www.iphan.gov.br/proprog/educa.htm> - Educação Patrimonial.>
 <<http://www.pb.gov.br/sec/iphaep>>
 <<http://www.redebrasil.tv.br>>
 <<http://www.revista.iphan.gov.br/dossiêed.patrimonial/>>
 <<http://www.ceci.br.org>>
 <<http://www.vitruvius.com.br/resenhas/textos/texto089.asp/Maio/2004>>
 <<http://www.projetoescolaaberta.com.br>>

REPORTAGENS

CANTARINO, Carolina. *A Consciência do Valor*. **Patrimônio - Revista Eletrônica do IPHAN**, Dossiê “Educação Patrimonial”, Brasília, IPHAN/MinC, n.3, jan./fev.2006. Disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br/>>. Acesso 26 abr.2006.

_____. *Arqueologia e Patrimônio: Legislação sobre patrimônio arqueológico obriga empresas a financiar projetos de educação patrimonial*. **Patrimônio - Revista Eletrônica do IPHAN**, Dossiê “Educação Patrimonial”, Brasília, IPHAN/MinC, n.3, jan./fev.2006. Disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br/>>. Acesso 26 abr.2006.

CHIOZZINI, Daniel. *Turismo Cultural e educação patrimonial mais próximos*. **Patrimônio - Revista Eletrônica do IPHAN**, Dossiê “Educação Patrimonial”, Brasília, IPHAN/MinC, n.3, jan./fev.2006. Disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br/>>. Acesso 26 abr.2006.

Projetos atingem escolas: Prevista nos Parâmetros Curriculares Nacionais, a educação patrimonial consegue melhores resultados nas escolas. **Patrimônio - Revista Eletrônica do IPHAN**, Dossiê “Educação Patrimonial”, Brasília, IPHAN/MinC, n.3, jan./fev.2006. Disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br/>>. Acesso 26 abr.2006.

ANEXOS

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - Anteprojeto de Mário de Andrade (1936/37).

ANEXO B - Decreto-Lei Nº 25 de 30 de novembro de 1937.

ANEXO C - Decreto-Lei Nº 3551, de 04 de agosto de 2000.

ANEXO D - Lei Nº 378 de 13 de maio de 1937.

ANEXO E - Compromisso ou Carta de Brasília (1970)
e Compromisso de Salvador (1971).

ANEXO F - Lei Municipal Nº 8.465, de 30/12/1997.

ANEXO G - Carta da Paraíba Em Defesa dos Bens Culturais (1998).

ANEXO H - *Cartilha do Patrimônio: Centro Histórico de João Pessoa* (1ª Edição/2002 e 2ª Edição/ 2003).

ANEXO I - Decreto Nº 9.484 de 10 de maio de 1982
e Decreto Nº 25.138 de 28/06/2004.

ANEXO J - Ata Nº 1.012ª da Sessão do CONPEC/IPHAEP (2004).

ANEXO K - Texto da Coordenadoria de Arquitetura do IPHAEP (1982).

ANEXO L - Texto de Apresentação dos Roteiros das Entrevistas (Nov.2006)

ANEXO M - Termos de Cessão de Uso dos Depoimentos (Nov.2006)

ANEXO N - Mapa da Delimitação do Centro Histórico Atual (2004).

ANEXO O - Jornal *A União* de 23 de julho de 2003 – Reportagem de Lançamento da *Cartilha do Patrimônio*.

ANEXO P - Memorando Interno Nº 0003/IPHAEP/2003.

ANEXO Q - Cartaz de divulgação da *Cartilha do Patrimônio* nas Escolas da Rede Pública Estadual (2003).

ANEXO R - LDB- Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

ANEXO S – Lei n. 11.274/ 2006 - Ampliação do Ensino Fundamental.

ANEXO A

- Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional-
(1936)

Autoria de Mário de Andrade

Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, encomendado pelo ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, ao escritor Mário de Andrade

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO NACIONAL

CAPÍTULO I

Finalidade: O Serviço do Patrimônio Artístico Nacional tem por objetivo determinar, organizar, conservar, defender e propagar o patrimônio artístico nacional.

Ao S.P.A.N. compete:

- I. determinar e organizar o tombamento geral do patrimônio artístico nacional;
- II. sugerir a quem de direito as medidas necessárias para conservação, defesa e enriquecimento do patrimônio artístico nacional;
- III. determinar e superintender o serviço de conservação e de restauração de obras pertencentes ao patrimônio artístico nacional;
- IV. sugerir a quem de direito, bem como determinar, dentro de sua alçada, a aquisição de obras para enriquecimento do patrimônio artístico nacional;
- V. fazer os serviços de publicidade necessários para propagação e conhecimento do patrimônio artístico nacional.

CAPÍTULO II

Determinações preliminares

Patrimônio Artístico Nacional

Definição: Entende-se por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais, a particulares nacionais e a particulares estrangeiros, residentes no Brasil.

Ao Patrimônio Artístico Nacional pertencem:

I. Exclusivamente as obras de arte que estiverem inscritas, individual ou agrupadamente, nos quatro livros de tombamento adiante designados. Estão excluídas do Patrimônio Artístico Nacional:

- a) As obras de arte pertencentes às representações diplomáticas estrangeiras aqui acreditadas e as que adornam quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras, que façam carreira no Brasil;
- b) as obras de arte estrangeiras, pertencentes a casas de comércio de objetos de arte;
- c) as obras de arte estrangeiras, vindas para exposições comemorativas, educativas ou comerciais;
- d) as obras de arte estrangeiras, importadas expressamente por empresas estrangeiras para adorno de suas repartições.

Distinções:

I. As obras de arte nacionais pertencentes a casas de comércio de objetos de arte sujeitam-se também a tombamento, não podendo sair mais do país as que forem tombadas;

II. as obras de arte tombadas, pertencentes a particulares, poderão, por qualquer processo de transação, mudar de proprietário, desde que esta mudança não implique possibilidade de saírem do país;

a) em quaisquer casos de venda de obras de arte tombadas, o S.P.A.N., pelo Governo Federal, e os poderes públicos do Estado em que a obra de arte residir terão direito de opção na compra, pelo mesmo preço;

III. as obras de arte nacionais ou estrangeiras vindas para exposições terão alvará de licença para livre trânsito, fornecido pelo Conselho Fiscal do S.P.A.N.;

IV. estão no mesmo caso do número anterior as obras de arte importadas para adorno de suas repartições por empresas estrangeiras, mediante declaração expressa destas.

Obra de arte patrimonial

Definição: Entende-se por obra de arte patrimonial, pertencente ao Patrimônio Artístico Nacional, todas e exclusivamente as obras que estiverem inscritas, individual ou agrupadamente, nos quatro livros de tombamento. Essas obras de arte deverão pertencer pelo menos a uma das oito categorias seguintes:

- 1) Arte arqueológica;
- 2) Arte ameríndia;
- 3) Arte popular;
- 4) Arte histórica;
- 5) Arte erudita nacional;
- 6) Arte erudita estrangeira;
- 7) Artes aplicadas nacionais;
- 8) Artes aplicadas estrangeiras.

Das artes arqueológica e ameríndia (1 e 2). Incluem-se nestas duas categorias todas as manifestações que de alguma forma interessem à Arqueologia em geral e particularmente à arqueologia e etnografia ameríndias. Essas manifestações se especificam em:

- a) Objetos: fetiches; instrumentos de caça, de pesca, de agricultura; objetos de uso doméstico; veículos, indumentária, etc.;
- b) Monumentos: jazidas funerárias; agenciamento de pedras; sambaquis, litógrafos de qualquer espécie de gravação, etc.;
- c) Paisagens: determinados lugares da natureza, cuja expansão florística, hidrográfica ou qualquer outra foi determinada definitivamente pela indústria humana dos Brasis, como cidades lacustres, canais, aldeamentos, caminhos, grutas trabalhadas, etc.;
- d) Folclore ameríndio: vocabulários, cantos, lendas, magias, medicina, culinária ameríndias, etc..

Da arte popular (3). Incluem-se nesta terceira categoria todas as manifestações de arte pura ou aplicada, tanto nacional como estrangeira, que de alguma forma interessem à etnografia, com exclusão da ameríndia. Essas manifestações podem ser:

- a) Objetos: fetiches, cerâmica em geral, indumentária, etc.;
- b) Monumentos: arquitetura popular, cruzeiros, capelas e cruzes mortuárias de beira-estrada, jardins, etc.;
- c) Paisagens: determinados lugares agenciados de forma definitiva pela indústria popular, como vilarejos lacustres vivos da Amazônia, tal morro do Rio de Janeiro, tal agrupamento de mocambos no Recife, etc.;
- d) Folclore: música popular, contos, histórias, lendas, superstições, medicina, receitas culinárias, provérbios, ditos, danças dramáticas, etc..

Da arte histórica (4). Incluem-se nesta categoria todas as manifestações de arte pura ou aplicada, tanto nacional como estrangeira, que de alguma forma refletem, contam, comemoram o Brasil e a sua evolução nacional. Essas manifestações podem ser:

- a) Monumentos (Há certas obras de arte arquitetônica, escultórica, pictórica que, sob o ponto de vista de arte pura, não são dignas de admiração, não orgulham a um país nem celebrizam o autor delas. Mas, ou porque fossem criadas para um determinado fim que se tornou histórico — o forte de Óbidos, o dos Reis Magos — ou porque se passaram nelas fatos significativos da nossa história — a Ilha Fiscal, o Palácio dos Governadores em Ouro Preto — ou ainda porque viveram nelas figuras ilustres da nacionalidade — a casa de Tiradentes em São João del Rei, a casa de Rui Barbosa — devem ser conservadas tais como estão, ou recompostas na sua imagem “histórica”.): ruínas, igrejas, fortes, solares, etc... Devem pela mesma qualidade “histórica” ser conservados exemplares típicos das diversas escolas e estilos arquitetônicos que se refletiram no Brasil. A data pode ser fixada: de 1900 para trás, por exemplo, ou de cinquenta anos para trás;
- b) Iconografia nacional: todo e qualquer objeto que tenha valor histórico, tanto um espadim de Caxias, como um lenço celebrando o 13 de Maio. Pode ser considerado “histórico”, para fins de tombamento, o objeto que conservou seu valor evocativo depois de 30 anos;
- c) Iconografia estrangeira referente ao Brasil: gravuras, mapas, porcelanas, etc., referentes à entidade nacional em qualquer dos seus aspectos, história, política, costumes, Brasil, natureza, etc.;
- d) Brasiliana: todo e qualquer impresso que se refira ao Brasil, de 1850 para trás. Todo e qualquer manuscrito referente ao Brasil, velho de mais de 30 anos, se inédito, e de 100 anos, se estrangeiro e já publicado por meios tipográficos;
- e) Iconografia estrangeira referente a países estrangeiros: incluem-se nesta categoria objetos que tenham conservado seu valor histórico

universal de 50 anos para trás.

Da arte erudita nacional (5). Incluem-se nesta categoria todas e quaisquer manifestações de arte, de artistas nacionais já mortos, e também dos artistas vivos, as obras de arte que sejam propriedade de poderes públicos, ou sejam reputadas “de mérito nacional”. São condições para que uma obra de arte de artista nacional vivo seja reputada “de mérito nacional”:

- 1) ter a obra conquistado ao artista qualquer primeiro ou segundo prêmio no ano final de curso em escolas oficiais de Belas-Artes;
- 2) ter a obra conquistado ao artista qualquer espécie de primeiro prêmio em exposições coletivas organizadas pelos poderes públicos;
- 3) ter a obra conquistado o título acima referido por quatro quintos de votação completa do Conselho Consultivo do S.P.A.N..

Da arte erudita estrangeira (6). Incluem-se nesta categoria todas e quaisquer obras de arte pura de artistas estrangeiros que pertençam aos poderes públicos ou sejam reputadas “de mérito”. São condições para que um artista estrangeiro seja reputado “de mérito”:

- 1) figurar o artista em Histórias da Arte universais;
- 2) figurar o artista em museus oficiais de qualquer país;
- 3) no caso de o artista ainda estar vivo e não preencher nenhuma das duas condições anteriores, conquistar o título por quatro quintos de votação completa do Conselho Consultivo do S.P.A.N..

Das artes aplicadas nacionais (7). Incluem-se nesta categoria todas as manifestações de arte aplicada (móveis, torêutica, tapeçaria, joalheria, decorações, murais, etc.) feitas por artista nacional já morto, ou de importação nacional do Segundo Império para trás. Inclui-se ainda, dos artistas nacionais vivos, toda e qualquer obra de arte aplicada que pertença aos poderes públicos.

Das artes aplicadas estrangeiras (8). Inclui-se nesta categoria toda e qualquer obra de arte aplicada de artista estrangeiro, que figure em Histórias da Arte e museus universais.

Livros de tombamento e museus,

O S.P.A.N. possuirá quatro livros de Tombamento e quatro Museus, que compreenderão as oito categorias de artes acima discriminadas. Os

livros de tombamento servirão para neles serem inscritos os nomes dos artistas, as coleções públicas e particulares, e individualmente as obras de arte que ficarão oficialmente pertencendo ao Patrimônio Artístico Nacional. Os museus servirão para neles estarem expostas as obras de arte colecionadas para cultura e enriquecimento do povo brasileiro pelo Governo Federal. Cada museu terá exposta no seu saguão de entrada, bem visível, para estudo e incitamento do público, uma cópia do Livro de Tombamento das artes a que ele corresponde. Eis a discriminação dos quatro livros de tombamento e dos museus correspondentes:

- 1) Livro de Tombo Arqueológico e Etnográfico, correspondente às três primeiras categorias de artes, arqueológica, ameríndia e popular;
- 2) Livro de Tombo Histórico, correspondente à quarta categoria, arte histórica;
- 3) Livro de Tombo das Belas-Artes/Galeria Nacional de Belas-Artes, correspondentes às quinta e sexta categorias, arte erudita nacional e estrangeira;
- 4) Livro de Tombo das Artes Aplicadas/Museu de Artes Aplicadas e Técnica Industrial, correspondentes às sétima e oitava categorias, artes aplicadas nacionais e estrangeiras.

Discussões

Primeira objeção: Objetos há que pertencem a mais de uma categoria: em que livro de tombamento inscrevê-los e, se pertencentes ao Governo Federal, em que museu colocá-los?

Resposta: Estas dúvidas existirão sempre e são próprias exclusivamente das mentalidades sem energia. É um simples caso de adoção de critérios preliminares. Basta que tais critérios sejam idôneos, razoáveis, não será necessário que eles decidam problemas estéticos insolúveis. Que critérios preliminares poderão ser adotados? Por exemplo:

- 1) Objeto que seja ao mesmo tempo histórico e de real valor artístico (a Casa dos Contos; o livro de Debret; etc.) será tombado pelo valor histórico. Excetua-se naturalmente quadros ou esculturas que tomaram por tema um assunto histórico, mas que são evocativos e não reprodutores do real (O grito do Ipiranga de Pedro Américo; a Partida da monção de Almeida Júnior);
- 2) Nas manifestações artísticas que ainda e sempre se discutirá se são de arte pura ou arte aplicada, fixar discricionariamente um critério qual-

quer, o mais geralmente seguido: colocar, por exemplo, a Arquitetura entre as Belas-Artes; colocar a pintura mural, em qualquer dos seus processos, também entre as Belas-Artes; a Numismática toda entre as artes aplicadas e da mesma forma toda a cerâmica, com exceção única das estátuas possíveis em tamanho natural, para jardins.

Segunda objeção: Um objeto histórico pertencente à atual Escola Nacional de Belas-Artes, ou um quadro de Taunay, pertencente ao atual Museu Histórico só porque pertenceu a D. João VI, devem então mudar de museu ou permanecer onde estão?

Resposta: Está claro, a meu ver, que o objeto histórico que está na Escola Nacional de Belas-Artes deverá ir para o Museu Histórico, e acho que o quadro de Taunay deverá ficar onde está. Simplesmente porque D. João VI tem muito maior valor histórico que Taunay artístico, pra nós. Já se o quadro fosse de Rafael, de Rembrandt, de Delacroix, gênios universais, o quadro deveria ir para a Galeria de Belas-Artes. Apenas se juntaria ao seu título a designação de seu acidental valor histórico.

Terceira objeção: Como fazer-se um livro de tombo único para reunir várias categorias de artes, como o primeiro, por exemplo, que reúne a Arqueologia desde os povos pré-históricos, cerâmica marajoara e pedras esculpidas dos astecas, a Etnografia Ameríndia e a Etnografia nacional e estrangeira?

Resposta: Um livro pode ter vários volumes. Faça-se um volume para a Arqueologia, outro para a Etnografia Ameríndia, outro para a Etnografia Brasileira, outro para a Etnografia Universal. Sou de opinião, ainda, que mesmo a parte arqueológica da Etnografia Ameríndia deverá ser reunida a esta e não à Arqueologia Universal, para obter-se maior unidade.

Quarta objeção: Por que o quarto museu é chamado de Museu de Artes Aplicadas e Técnica Industrial? Então a técnica industrial é uma arte?

Resposta: Arte é uma palavra geral, que neste seu sentido geral significa a habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos. Isso foi aproveitado para preencher uma feia lacuna do sistema educativo nacional, a meu ver, que é a pouca preocupação com a educação pela imagem, o sistema talvez mais percuciente de educação. Os livros didáticos são horrorosamente ilustrados; os gráficos, mapas, pinturas das paredes das aulas são pobres, pavorosos e melancolicamente pouco incisivos; o teatro não existe no sistema escolar; o cinema está em três artigos duma Lei, sem nenhuma ou quase nenhuma aplicação. Aproveitei a oca-

são para lembrar a criação de um desses museus técnicos que já estão se espalhando regularmente no mundo verdadeiramente em progresso cultural. Chamam-se hoje mais ou menos universalmente assim os museus que expõem os progressos de construção e execução das grandes indústrias, e as partes de que são feitas, as máquinas inventadas pelo homem. São museus de caráter essencialmente pedagógico. Os modelos mais perfeitos geralmente citados são o Museu Técnico de Munique e o Museu de Ciência e Indústria de Chicago. Imagine-se a “Sala do Café”, contendo documentalmente desde a replanta nova, a planta em flor, a planta em grão, a apanha da fruta; a lavagem, secagem, os aparelhos de beneficiamento, desmontados, com explicação de todas as suas partes e funcionamento; o saco, as diversas qualidades de café beneficiado, os processos especiais de exportação, de torrefação e de manufatura mecânica (com máquinas igualmente desmontadas e explicadas) da bebida e, enfim, a xícara de café. Grandes álbuns fotográficos com fazendas, cafezais, terreiros, colônias, os portos cafeeiros; gráficos estatísticos, desenhos comparativos, geográficos etc. etc.. Tudo o que a gente criou sobre o café, de científico, de técnico, de industrial, reunido numa só sala. E o mesmo sobre algodão, açúcar, laranja, extração do ouro, do ferro, da carnaúba, da borracha; o boi e suas indústrias, a lã, o avião, a locomotiva, a imprensa; etc. etc..

Publicidade

O S.P.A.N. deverá ter necessariamente, pertencente ao seu próprio organismo, um serviço de publicidade. Em que consistirá essa publicidade?

1º — Na publicação dos quatro livros do tombo, assim que estiverem em dia, e na publicação anual de seus suplementos. Os livros do tombo devem ser publicados. Além de indispensáveis aos estudiosos, têm valor moral de incitamento à cultura e à aquisição de obras de arte.

2º — Na publicação da Revista do S.P.A.N.. A revista é indispensável como meio permanente de propaganda, e força cultural. Nela serão gradativamente reproduzidas também as obras de arte pertencentes ao patrimônio artístico nacional. Nela serão publicados os estudos técnicos, as críticas especializadas, as pesquisas estéticas, e todo o material folclórico do país.

3º — Na publicação de livros, de monografias com estudos biográficos, críticos, técnicos, descritivos, comparativos, dos autores, coleções e obras

individualmente tombadas; catálogos dos quatro museus federais e outros regionais pertencentes aos poderes públicos; cartazes e folhetos de propaganda turística.